



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA CULTURAL
LINHA DE PESQUISA: IDENTIDADES, TRADIÇÕES, PROCESSOS

GILIARD DA SILVA PRADO

**BATALHAS DA MEMÓRIA POLÍTICA EM SERGIPE:
AS COMEMORAÇÕES DAS MORTES DE FAUSTO CARDOSO
E OLÍMPIO CAMPOS (1906-2006)**

BRASÍLIA
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GILIARD DA SILVA PRADO

**BATALHAS DA MEMÓRIA POLÍTICA EM SERGIPE:
AS COMEMORAÇÕES DAS MORTES DE FAUSTO CARDOSO
E OLÍMPIO CAMPOS (1906-2006)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jaime de Almeida

BRASÍLIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Fonte

P896b Prado, Giliard da Silva.

Batalhas da memória política em Sergipe: as comemorações das mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos (1906-2006) / Giliard da Silva Prado. - 2009.

172 f. : il. ; 30 cm.

Inclui bibliografia e anexos.

Orientação: Jaime de Almeida.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

1. Memória. 2. Comemorações. 3. Monumentos. 4. Biografias. 5. Historiografia - Sergipe. I. Almeida, Jaime (orient.) II. Título.

CDU 94(813.7)

TERMO DE APROVAÇÃO

GILIARD DA SILVA PRADO

BATALHAS DA MEMÓRIA POLÍTICA EM SERGIPE:
AS COMEMORAÇÕES DAS MORTES DE FAUSTO CARDOSO
E OLÍMPIO CAMPOS (1906-2006)

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Jaime de Almeida (orientador)
Departamento de História, UnB

Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá
Departamento de História, UFS

Prof^a. Dr^a. Eleonora Zicari Costa de Brito
Departamento de História, UnB

Brasília, 13 de março de 2009

Aos meus pais, Geová e Clarice, por tudo o que, mesmo sem perceberem, continuam a me ensinar.

AGRADECIMENTOS

Nesta página, quero expressar a minha gratidão a pessoas que desempenharam um papel importante durante esta etapa de minha formação acadêmica, seja colaborando diretamente com a realização deste trabalho, seja partilhando diferentes momentos de meu cotidiano. Desse modo, agradeço:

Aos meus pais, Geová e Clarice, exemplos de caráter e dignidade, pelo amor que têm por mim, por tudo o que me ensinam e pelos esforços que sempre fizeram para assegurar a minha formação acadêmica.

Aos meus irmãos, Lindaura, Douglas, Rafael e Cíntia, que são também grandes amigos, por toda a cumplicidade, incentivo e carinho.

À minha tia Vanira, a quem desde cedo eu aprendi a chamar de mãe, pelo amor e pelo incentivo.

À minha tia Inaldete, a quem eu admiro muito, pela forma carinhosa com que me acolheu em Brasília e pela emoção que sempre demonstrou em relação às minhas conquistas.

Aos meus amigos, Carlos e Manoel, que são também irmãos, pela cumplicidade, pela preocupação e pela torcida e às minhas amigas, Amanda, Crécia, Lenalda e Andreza, pelo carinho enorme.

À Marcia, com quem vivi experiências inesquecíveis, por ter sido companheira e cúmplice em momentos muito importantes.

A Emerson, Sandro, Thereza Negrão, Alex, Elizabeth, Clóvis, Eliana, Ariete, Ailton e Daniel, pela amizade e pelo apoio em diversas ocasiões.

Ao professor Jaime de Almeida, orientador prestimoso, pela confiança, pelo estímulo intelectual e pela amizade.

Ao professor Fernando Sá e à professora Eleonora Zicari, pelas críticas e sugestões, mas principalmente pelo incentivo e pela amizade.

À professora Terezinha Oliva, amiga que foi responsável pelos meus primeiros passos na pesquisa histórica e que tem um papel importante na minha trajetória acadêmica.

Ao professor Ibarê Dantas, pela amizade, pelo envio de fontes para a pesquisa e pela leitura crítica.

Aos professores Estevão Rezende Martins, Maria Filomena, Antonio Lindvaldo e Dilton Maynard, que leram partes deste trabalho e fizeram valiosas sugestões.

A outras pessoas muito importantes cujos nomes não estão aqui registrados. Registro, porém, minha dívida com todas elas.

Nada fica de nada. Nada somos.
Um pouco ao sol e ao ar nos atrasamos
Da irrespirável treva que nos pese
Da humilde terra imposta,
Cadáveres adiados que procriam

Leis feitas, estátuas vistas, odes findas –
Tudo tem cova sua. Se nós, carnes
A que um íntimo sol dá sangue, temos
Poente, por que não elas?
Somos contos contando contos, nada.

Fernando Pessoa

(PESSOA, Fernando. *Poesias*. Porto Alegre: L&PM, 2007, p. 116.)

SUMÁRIO

Lista de figuras.....	ix
Resumo.....	x
Abstract	xi
Introdução.....	01
Capítulo 1 - A revolta de 1906 na historiografia sergipana.....	11
1.1 - Lugares e práticas de uma escrita da história.....	13
1.2 - As narrativas da revolta: documentos.	20
1.3 - As narrativas da revolta: monumentos.....	32
Capítulo 2 - As biografias: monumentos narrativos às memórias de Fausto Cardoso e Olímpio Campos.....	51
2.1 - Fausto Cardoso, o cavalheiresco líder de uma revolta	54
2.2 - Olímpio Campos, uma imagem entre as pedras e o altar.....	68
Capítulo 3 - Uma história da memória: as comemorações das mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos (1906-2006)	90
3.1 - Dos ritos fúnebres aos monumentos públicos.....	91
3.1.1 - As homenagens dos faustistas	91
3.1.2 - O monumento a Fausto Cardoso	101
3.1.3 - As homenagens dos olimpistas	116
3.1.4 - O monumento a Olímpio Campos.....	121
3.2 - Entre lembranças, esquecimentos e silêncios: dos monumentos públicos ao centenário da revolta	144
3.2.1 - A gestão da memória de Fausto Cardoso	144
3.2.2 - A gestão da memória de Olímpio Campos.....	152

Considerações finais	157
Fontes e referências bibliográficas.....	162
Anexos.....	172

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: 'Revolução de Sergipe em dois quadros'	26
Figura 2: 'Desastre na estrada de ferro política estadual'	29
Figura 3: Assassinato de Olímpio Campos - I	31
Figura 4: Assassinato de Olímpio Campos - II	31
Figura 5: Fausto de Aguiar Cardoso (1864-1906)	65
Figura 6: Olímpio de Souza Campos (1853-1906)	75
Figura 7: Lista de arrecadação de donativos para o monumento a Fausto Cardoso	102
Figura 8: Praça Fausto Cardoso no dia da inauguração do monumento	109
Figura 9: Monumento a Fausto Cardoso	113
Figura 10: Detalhe do monumento a Fausto Cardoso	114
Figura 11: Monumento a Olímpio Campos	138
Figura 12: Placa frontal (monumento a Olímpio Campos)	143
Figura 13: Placa traseira (monumento a Olímpio Campos)	143
Figura 14: Placa lateral esquerda (monumento a Olímpio Campos)	143
Figura 15: Placa lateral direita (monumento a Olímpio Campos)	143

RESUMO

Esta dissertação analisa as batalhas da memória presentes nas comemorações dos aniversários das mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, no período compreendido entre 1906 e 2006. Líderes políticos de grupos antagônicos, Fausto Cardoso e Olímpio Campos foram assassinados em decorrência de uma revolta ocorrida em Sergipe no ano de 1906. Desde então, faustistas e olimpistas empreenderam projetos concorrentes para o estabelecimento das memórias de seus líderes. Dentre as homenagens que compuseram o processo de mitificação dos dois políticos, constam: as missas fúnebres, as romarias cívicas, os discursos veiculados na imprensa; a reprodução e distribuição de seus retratos; a atribuição de seus nomes a logradouros públicos e a inauguração de seus monumentos. A maior parte dessas homenagens repetia-se anualmente durante as comemorações de suas mortes. Com o intuito de compreender que imagens póstumas foram construídas em torno das figuras de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, é feita inicialmente uma análise dos modos como eles foram representados na produção historiográfica sobre a revolta e também nas narrativas biográficas. Na seqüência é empreendida uma história da memória, identificando-se as mudanças por que passaram as comemorações ao longo do tempo, bem como os pontos de inflexão que marcaram os cultos às suas memórias. Verifica-se que os cultos tiveram intensidades desiguais e firmaram memórias com significados também diferentes. A figura de Olímpio Campos ficou associada a uma linhagem conservadora da política sergipana, ao passo que Fausto Cardoso transformou-se em símbolo das lutas libertárias.

Palavras-chave: Memória; Comemorações; Monumentos; Biografias; Historiografia.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the memory conflicts that are present in the commemorations of the deaths of Fausto Cardoso and Olímpio Campos, in the period between 1906 and 2006. The antagonistic group political leaders, Fausto Cardoso and Olímpio Campos, were assassinated following a rebellion that occurred in Sergipe in 1906. Since then, 'faustistas' and 'olimpistas' undertook concurrent projects to establish their leader's memories. The following is recorded, among the homages that were part of the mythification process of the two politicians: the funeral services, the civic pilgrimages, the press discourses; the reproduction and distribution of their pictures; the attribution of their names to public parks and the inauguration of their monuments. The greater part of these homages is repeated every year during the commemoration of their deaths. An analysis is initially made, of the ways in which they were represented in the historiographic production about the rebellion and also in the biographical narratives, with the intention of understanding the posthumous images which were built around the persons of Fausto Cardoso and Olímpio Campos. A memory history then follows, identifying the changes which the commemorations went through over time and also the inflection points that marked their memory services. One notes, that the services had unequal intensities and recorded memories which also had different meanings. The person of Olímpio Campos remained associated with a conservative line in Sergipana politics, so much so, that Fausto Cardoso became a symbol of freedom conflicts.

Keywords: Memory; Commemorations; Monuments; Biographies; Historiography.

Introdução

Sergipe, 1906. O estado foi teatro de importantes acontecimentos no campo político, quando atores sociais protagonizaram cenas de uma trama cujo desfecho foi marcado pela tragédia. Naquele ano, teve lugar uma revolta em que os opositores tencionavam substituir a facção que detinha o poder e assumir o controle do governo estadual. Esse movimento revoltoso foi marcado pela intervenção do governo federal no estado, pela grande repercussão que alcançou no país e por um desfecho que resultou nos assassinatos do deputado federal Fausto Cardoso e do senador Olímpio Campos – os dois principais políticos sergipanos na época.

A Revolta Fausto Cardoso, como passou à história o movimento político ocorrido em Sergipe no ano de 1906, foi emblemática dos problemas provocados pela crescente oligarquização nos estados durante a Primeira República e figurou como uma ameaça à estabilidade da política nacional. No período em questão, essa política estava alicerçada no pacto entre as oligarquias. Como São Paulo, Minas Gerais e, mais tarde, Rio Grande do Sul eram os estados mais poderosos, tidos como os representantes da política nacional de então, cabia aos seus respectivos grupos oligárquicos orquestrar os destinos do país, cuidando dos arranjos necessários à manutenção dos acordos políticos nos demais estados.

O pacto oligárquico celebrado entre os governos estaduais e o governo federal conheceu sua forma mais bem acabada durante a presidência de Campos Sales, através da conhecida “política dos governadores”. Por meio dessa política, dificultava-se a alternância de poder na medida em que eram eleitos apenas os grupos políticos que possuíssem o aval da União, ou seja, que estivessem abrigados sob o manto protetor do grande acordo regido pelos estados hegemônicos. Como as sucessões governamentais eram decididas por acordo de cúpula, o rumo da política interna dos outros estados dependia das relações que eles mantinham com o governo central.

À oposição restava aceitar a ordem vigente ou rebelar-se com riscos imprevisíveis. Em alguns estados, mesmo em face de sua vulnerabilidade às medidas impostas de fora, decidiu-se pela segunda opção. Um deles foi Sergipe, onde os revoltosos se insurgiram

contra o grupo que tinha à sua frente o senador Olímpio Campos e que controlava a política estadual desde 1899. Excluídos das benesses há sete anos, os oposicionistas tinham por objetivo a derrubada do governo e concretizaram o seu intento através de um golpe, quando, em 10 de agosto de 1906, um levante da polícia depôs Guilherme Campos, presidente do estado e irmão do senador Olímpio Campos.

Ocorre, porém, que o governo estabelecido pelos revoltosos não obteve êxito, tendo sido sufocado em apenas dezoito dias após a eclosão da revolta. As autoridades depostas obtiveram o apoio do governo da União, que enviou tropas do Exército para Sergipe. Na operação militar da força interventora, no dia 28 de agosto, foi assassinado, na principal praça de Aracaju, aquele que assumira a liderança da revolta – o deputado federal Fausto Cardoso. Com isso, o movimento revoltoso foi esmagado e os governistas restituídos aos seus cargos. Transcorridos pouco mais de dois meses deste acontecimento, os filhos de Fausto Cardoso, procurando vingar a morte do pai, assassinaram, no dia 09 de novembro, na Praça XV, no Rio de Janeiro, o senador Olímpio Campos, a quem atribuíam a responsabilidade pela intervenção e, conseqüentemente, pelo desfecho da revolta.

Deposição do governo estadual, intervenção de tropas do Exército e mortes. Esses elementos deram cores vivas à revolta de 1906. Dela resultaram, conforme foi visto, as mortes de dois líderes políticos: um oposicionista, outro situacionista. Ambos foram assassinados, tiveram praças públicas como palcos de suas mortes, foram os atores sociais que protagonizaram um espetáculo marcado pela tragédia. Naquela época a sociedade sergipana ficara dividida entre faustistas e olimpistas – denominações com as quais se identificavam os partidários e seguidores de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, respectivamente. Com os seus assassinatos, acentuou-se, de maneira significativa, essa divisão, tornando-se ainda mais intensos os conflitos e ódios entre os grupos rivais. À revolta seguiu-se uma onda de violência e perseguições políticas, mas sobreveio igualmente uma disputa simbólica entre os dois grupos a partir das homenagens póstumas prestadas aos respectivos líderes. Teve início uma verdadeira batalha no campo da memória.

A preservação das memórias de Fausto Cardoso e Olímpio Campos contou com práticas ritualísticas, como as missas e romarias, e com várias outras formas de

homenagem, tais como: os discursos veiculados na imprensa, a publicação de suas biografias; os elogios fúnebres pronunciados diante dos túmulos; a reprodução e distribuição de seus retratos; a colocação de suas efígies em broches, medalhas e objetos de louça; e o grande número de ruas, praças e escolas às quais foram dados os seus nomes em diversos municípios de Sergipe. As memórias dos dois políticos em questão ficaram particularmente gravadas no centro histórico de Aracaju. Nas duas principais praças da capital sergipana, que ficam localizadas frente a frente e que têm hoje os seus nomes, estão erguidos dois importantes pontos de ancoragem de suas memórias: os monumentos públicos.

Muitas destas homenagens que compuseram o processo de mitificação de Fausto Cardoso e Olímpio Campos foram levadas a efeito durante as comemorações das efemérides – 28 de agosto e 09 de novembro – que assinalavam os aniversários de suas mortes. Momentos de rememorar as figuras dos dois políticos, essas comemorações tiveram início em 1906, logo após o desfecho da revolta, e estenderam-se até a efeméride do centenário, em 2006, embora tenham conhecido ao longo desse período significativas interrupções, fases de esquecimento.

Foi prioritariamente nas cerimônias realizadas durante essas efemérides que faustistas e olimpistas empreenderam projetos concorrentes para o estabelecimento das memórias de seus líderes. Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar as batalhas da memória presentes nas comemorações dos aniversários das mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, no período compreendido entre 1906 e 2006.

Para analisar o processo por meio do qual os faustistas e olimpistas buscaram construir os mitos em torno de seus respectivos líderes políticos, atribuindo sentidos à realidade social, algumas noções e categorias de análise revestem-se de grande operacionalidade. Uma delas é a noção de *representação*. Representar é remeter a algo ou alguém que está ausente, tornando-o presente. Nessa relação representante/representado, o papel fundamental não está na idéia de substituição, na tensão presença/ausência, mas sim na atribuição de sentidos, os quais são expressos através de múltiplas linguagens. Pode-se dizer que há representações de duas ordens essencialmente: as textuais e as imagéticas, sendo que estas últimas podem ser tanto materiais quanto mentais.

As representações, de acordo com Roger Chartier, envolvem processos de percepção, interpretação e identificação de si e dos outros. Elas expressam os interesses, concorrências e competições dos grupos sociais, guiando-os nos modos de nomear e definir os aspectos da realidade¹. Desse modo, não só atribuem sentidos ao que é representado, como também expressam os indivíduos ou grupos que as forjam, sendo geradoras de práticas sociais e intervindo eficazmente na construção das identidades. Além disso, as representações têm o poder de instaurar versões da realidade que reforçam a coesão de um grupo quando são partilhadas pelos seus membros. Porém, comumente os valores e interesses desse grupo entram em conflito com os de outros grupos que compõem a sociedade, tendo lugar então as estratégias por meio das quais um grupo busca estabelecer uma dominação simbólica sobre o outro.

Ancoradas em múltiplas linguagens, as representações não portam, todavia, significados evidentes e universalistas, pois, segundo Roger Chartier, a construção de sentidos ocorre tanto nos processos de produção quanto de recepção das diferentes formas de expressão da realidade, resultando daí o papel essencial que a noção de *apropriação* tem nas suas análises. O modo como ele entende a apropriação é tributário, em grande medida, das reflexões de Michel de Certeau acerca dos “usos” ou “consumo”². Assim, Chartier destaca a importância de se analisar as múltiplas maneiras pelas quais os significados são apreendidos, compreendidos e manipulados no processo de recepção, uma vez que a tentativa de fixar e impor um sentido está ligada às diversas modalidades de sua apropriação: aceitação, subversão, resistência. Logo, essa produção de sentidos deve ser pensada na articulação entre práticas e representações, sem que se perda de vista, contudo, a sua dimensão social e histórica.

Para a análise das lutas de representações que foram intensificadas entre faustistas e olimpistas após o desfecho da revolta também é fundamental a noção de *imaginário*. Isto porque o imaginário social é o lugar onde se expressam as expectativas, aspirações, angústias, medos e ressentimentos coletivos. Trata-se de um sistema de representações que intervém efetivamente nas práticas sociais. De acordo com Bronislaw

¹ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, p. 169.

² CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

Baczko³, o imaginário tornou-se não só o lugar, como também o objeto dos conflitos entre grupos sociais antagônicos. Tanto é assim, que o controle da produção do imaginário e do simbólico tem sido alvo da disputa de diversos grupos que buscam a legitimação de seu poder.

Por meio de produções simbólicas, faustistas e olimpistas marcaram a diferença em relação ao grupo adversário, definiram o par identidade/alteridade, uma vez que as *identidades* são relacionais, estabelecem-se sempre a partir de um 'eu' e de um 'outro', constituindo-se, portanto, numa construção cultural⁴. Evidencia-se assim a existência de uma relação dialógica entre identidades e representações, pois é através das mais diversas representações que indivíduos e grupos dão sentido a práticas e relações sociais, definindo quem é incluído e quem é excluído. Os faustistas e olimpistas construíram suas identidades em meio a confrontos políticos, a uma dupla tragédia e à produção simbólica que marcou os cultos a seus respectivos líderes. É justamente esse pertencimento a um grupo político que marca os lugares sociais a partir dos quais os indivíduos interpretam a realidade, resultando daí as diferentes leituras e interpretações que faustistas e olimpistas faziam quando evocavam a revolta de 1906.

A discussão das *identidades* leva-nos inapelavelmente ao tema da *memória*, pois, conforme argumenta Joël Candau, memória e identidade são elementos indissociáveis, constituindo-se um erro pensá-los como fenômenos distintos, um preexistindo ao outro, já que não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade. É a partir dessa relação dialética que se produzem trajetórias de vida, histórias, mitos e narrativas. Contudo, no jogo identitário, como na elaboração de memórias, não são apenas as lembranças que importam, pois muitas vezes, sobretudo no caso de tragédias e conflitos, o esquecimento e o silêncio são recursos utilizados na conformação de identidades. Para o autor, a construção de identidades é a consequência de processos de inclusão e de exclusão

³ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

⁴ A esse respeito, cf.: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005; WOODWARD, Katryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

efetivados pelos “diferentes atores que põem em prática estratégias de designação e de atribuição de características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados a custo de outros provisoriamente ou definitivamente afastados”⁵.

Os diferentes usos que indivíduos e grupos fazem do passado são significativos da coexistência de memórias concorrentes. Assim, o entendimento que norteia este estudo rejeita a “sedução consensualizadora da memória”⁶, concebendo-a, por sua vez, como alvo de disputas e conflitos, como um campo de forças que está em constante construção. A perspectiva aqui adotada é a de batalhas entre memórias. Aproxima-se, portanto, da concepção de memória defendida por Michael Pollak, que se interessa pelos dissensos, pelos conflitos, ou mais precisamente, “pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias”⁷, pois entende que o estabelecimento de uma memória resulta de uma imposição, de uma forma específica de dominação ou violência simbólica.

Para a análise do processo de mitificação de Fausto Cardoso e Olímpio Campos é fundamental também o conceito de *lugares de memória*. De acordo com Pierre Nora, o processo de aceleração da história causou no homem o sentimento de perda de sua relação identitária com o passado, gerando um esforço de recuperação e reconstituição desse passado através da produção de lugares de memória. Esses “lugares”, contudo, não são simplesmente físicos, pois comportam os sentidos material, simbólico e funcional: “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres”⁸.

As *comemorações* são aqui entendidas, portanto, como lugares de memória no seu sentido imaterial, simbólico. Elas constituem-se numa forma de representação e reatualização do passado, desempenhando um importante papel contra a fluidez do

⁵ CANDAU, Joël. **Mémoire et identité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998, p. 18-19. [Livre tradução].

⁶ CATROGA, Fernando. **Memória, história, e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 56.

⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC, v. 2, n. 3, 1989, p. 4.

⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993, p. 13.

tempo. Não foi sem motivos que, em diferentes espaços e temporalidades, ao longo do século XX – momento marcado pela fragmentação, pela desagregação dos laços de continuidade e pela crise das identidades – um certo comemoracionismo cívico se fez presente de maneira bastante acentuada. Diante dessa verdadeira obsessão pelo fenômeno comemorativo, é bastante pertinente a denominação empregada por Pierre Nora, ao referir-se a esse período como “a era da comemoração”⁹.

Esse comemoracionismo que se acentuou ao longo do século XX, remonta, no entanto, ao século XIX, tendo resultado, conforme explica Fernando Catroga¹⁰, das idéias formuladas por Auguste Comte em seu *Sistema de política positiva*. Nessa obra, o filósofo francês sistematizou a sua proposta de uma religião da humanidade, uma espécie de “religiosidade cívica que teve nas comemorações um dos seus ritos essenciais que funcionavam como um complemento ou um sucedâneo das religiões tradicionais”¹¹. Essas comemorações destinavam-se a tornar consensual um poder e uma memória, bem como a criar solidariedade social. Em virtude disso, Comte propôs um calendário – inspirado no catolicismo e nas festas cívicas da Revolução Francesa – para o culto positivista dos “grandes homens” e dos “grandes acontecimentos”.

As comemorações das efemérides que assinalavam as mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos são aqui concebidas como “liturgias cívicas” efetivadas por grupos que se reuniam para rememorar seus “mortos ilustres”, recorrendo a práticas ritualísticas e representações simbólicas que “pudessem funcionar como lições vivas de memorização”¹². Fernando Catroga enfatiza a importância desse ritualismo comemorativista, pois a comunhão cultural era necessária para que as representações racionais tivessem poder mobilizador.

O modelo de culto proposto por Comte não foi exclusivo dos positivistas republicanos. Disseminou-se nos mais diversos meios intelectuais, sendo praticado em

⁹ NORA, Pierre. L'ère de la commémoration. In: NORA, Pierre (dir.). **Les lieux de mémoire** (Les France). Vol. 3. Paris: Gallimard, 1997, p. 4687-4719.

¹⁰ CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: TORRAL, Luis Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal**: da historiografia à memória histórica (séculos XIX e XX). Vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 221-361.

¹¹ Ibid., p. 222-223.

¹² Ibid., p. 221.

diferentes países e momentos históricos, de modo que proliferaram por toda a parte as galerias hagiográficas de “grandes homens”.

Não sem motivos, recentemente, as comemorações passaram a ser bastante tematizadas nas investigações históricas. Elas têm um caráter político, sendo muito raras aquelas que possuem fins unicamente culturais. O ato de comemorar, mais do que mera evocação de lembranças, é um momento que permite problematizar memórias instituídas, podendo-se tanto reforçá-las quanto rejeitá-las. É, portanto, cada tempo presente que cria seus instrumentos de comemoração, “que escolhe as datas e as figuras a comemorar, que as ignora pelo silêncio ou as multiplica pela lembrança”¹³, que dá significações às comemorações, estabelecendo identidades, afirmando simbolicamente filiações e forjando diferentes projetos políticos.

O caráter social e político dos rituais comemorativos também é destacado por Fernando Sá¹⁴, que os entende como momentos privilegiados de disputa em torno da significação do passado, do estabelecimento do que deve ser lembrado e igualmente do que deve ser esquecido. Para esse autor, a atividade comemorativa é atravessada por relações de poder que evidenciam os usos conflitantes do passado pelos grupos sociais, com vistas a viabilizar projetos coletivos futuros.

Entendendo a comemoração como o ato de lembrar junto, como uma cerimônia pública e solene que possui uma dimensão performativa, Franklin Ankersmit¹⁵ enfatiza o papel das cerimônias comemorativas na invenção das tradições e na construção de identidades.

No tocante à questão da temporalidade, cumpre destacar que as práticas comemorativas transcorrem num tempo de curta duração, de um dia, de um instante, que é passageiro e fugaz, mas que, passando, deixa marcas no presente e projeta-se no devir¹⁶. O tempo dessas cerimônias pode ser entendido ainda, a partir da perspectiva

¹³ NORA, Pierre. L'ère de la commémoration..., p. 4704 [Livre tradução].

¹⁴ SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Combates entre história e memórias**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

¹⁵ ANKERSMIT, Franklin R. Commemoration and national identity. **Textos de História**: Revista da Pós-Graduação em História da UnB, Brasília, v. 10, n. 1/2, p. 15-40, 2002.

¹⁶ ZACCUR, Edwiges. Metodologias abertas a iterações, interações e errâncias cotidianas. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Método**: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 177-198.

benjaminiana, como um “tempo saturado de ‘agoras’”¹⁷, como um momento que evidencia a ambivalência do tempo presente, no qual o passado se inscreve e se atualiza. É, portanto, à luz desse tempo descontínuo, passageiro e saturado de ‘agoras’, próprio das efemérides – utilizadas aqui no seu sentido de registros de acontecimentos no mesmo dia do mês em épocas diferentes –, que serão analisadas as comemorações dos aniversários das mortes de Fausto Cardoso e de Olímpio Campos.

Para levar a efeito a análise dos confrontos de memórias que marcaram o processo de mitificação de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo é analisada a produção historiográfica sobre a revolta de 1906. Busca-se inicialmente caracterizar os lugares de produção, algumas de suas práticas e o tipo de escrita histórica produzida, de modo a situar as obras sobre a revolta no âmbito das diferentes fases da historiografia sergipana. Em seguida, são apresentados os episódios do movimento revoltoso narrados pela historiografia, buscando-se demonstrar não apenas o que contam os historiadores, mas também como isto é feito e, conseqüentemente, que representações são elaboradas em torno da revolta e das figuras dos dois líderes políticos.

No segundo capítulo são examinados os modos como Fausto Cardoso e Olímpio Campos são representados em suas biografias fundadoras. Pretende-se demonstrar como suas trajetórias de vida são construídas por seus respectivos biógrafos; que imagens predominam nas narrativas; que etapas das vidas dos biografados são privilegiadas; o que é selecionado como digno de ser lembrado e igualmente o que se quer apagar, silenciar; enfim, que memórias os biógrafos buscam firmar.

No terceiro capítulo são analisadas as diversas práticas e representações presentes nas comemorações dos aniversários das mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, no período compreendido entre 1906 e 2006. O intuito é empreender uma história das metamorfoses da memória, verificando os diferentes modos como os dois políticos foram lembrados ao longo destes cem anos. Através dos textos veiculados na imprensa são examinadas as primeiras produções discursivas que concorreram para as construções das imagens póstumas de Fausto Cardoso e Olímpio Campos. Por meio

¹⁷ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 229.

também do noticiário e dos artigos de jornais são acompanhados os rituais fúnebres – missas e romarias – realizados nas efemérides que assinalavam as passagens de suas mortes, bem como reconstituídas as campanhas de arrecadação de donativos que resultaram na inauguração de seus monumentos em praças públicas, sendo analisados os discursos da cerimônia de inauguração, as representações contidas nos monumentos e a simbologia dos lugares onde eles foram erguidos. Ao longo deste capítulo, demonstra-se as transformações por que passaram as homenagens prestadas aos dois políticos, com vistas a identificar os períodos que marcam a vitalidade e o enfraquecimento dos cultos às suas memórias, bem como as diferentes apropriações de suas imagens.

Vejamos então como, através de representações textuais – historiográficas, biográficas, jornalísticas –, de representações imagéticas, da oralidade e de cerimônias, foram construídas as imagens póstumas de Fausto Cardoso e Olímpio Campos e como historicamente foram ressignificados os seus “restos imortais”.

Capítulo 1 - A revolta de 1906 na historiografia sergipana

Importante acontecimento da história política de Sergipe, a revolta ocorrida em 1906 é um tema em torno do qual há uma considerável produção historiográfica. Esse movimento revoltoso que resultou nos assassinatos de Fausto Cardoso e Olímpio Campos e que, durante muito tempo, repercutiu na vida das pessoas por ter dividido a sociedade sergipana em função das paixões políticas, despertou especial interesse entre os historiadores.

Sobre a ‘tragédia de Sergipe’¹⁸ e seus protagonistas foram produzidos textos de gêneros diversos: crônicas, memórias, histórias, sínteses biográficas. Todas essas narrativas são aqui incluídas sob a rubrica historiografia. A adoção de um entendimento amplo do que seja historiografia apóia-se no critério da expressão da identidade do autor e, principalmente, da obra¹⁹. Assim, são entendidas como historiográficas as narrativas que anunciavam a intenção de serem assim consideradas e/ou que simplesmente eram reconhecidas por seus contemporâneos como pertencentes a essa forma de conhecimento.

A amplitude dessa concepção de historiografia passa igualmente por uma questão de ordem epistemológica: negar a excessiva polarização existente entre memória e história. Ao incluir, por exemplo, textos de memórias como constituintes da produção historiográfica sobre a revolta rejeita-se aqui o entendimento segundo o qual a memória seria eminentemente sacralizadora, subjetiva e afetada pelas paixões, emoções e afetos do sujeito que a evoca; ao passo que a história – termo empregado aqui com o sentido de historiografia – seria uma operação intelectual crítica, desmistificadora, objetiva, marcada pela exatidão de suas interpretações relativas ao passado²⁰. Não se pretende aqui contestar as especificidades de cada uma dessas formas narrativas. Busca-se apenas

¹⁸ Expressão amplamente utilizada pela imprensa da época para se referir à revolta, logo após o seu desfecho.

¹⁹ A esse respeito, ver: FALCON, Francisco. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 7-30, 1996.

²⁰ O entendimento marcado por uma separação radical entre memória e história está presente, por exemplo, em: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004; NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ressaltar a existência de características comuns a ambas, pois tanto a memória quanto a história são incapazes de atingir a totalidade da verdade, de resgatar a realidade passada tal como ela aconteceu. Em vez disso, o que elas permitem são narrativas verossímeis, aproximativas da realidade que têm como referente e que buscam reconstruir, ou seja, tanto a memória quanto a história constroem representações do passado²¹.

Entende-se ainda que a atribuição de sentidos ao passado pela escrita da história se faz por meio de uma *operação*²², que resulta da correlação existente entre um *lugar* social/institucional, as *práticas* que lhe são próprias e a produção de uma determinada *escrita*. Nessa perspectiva, o discurso histórico se articula a um conjunto de práticas próprias de um *lugar* que, por sua vez, circunscreve possibilidades e limites para a pesquisa e, conseqüentemente, para as narrativas que são produzidas a partir dele.

A escrita da história sobre a revolta de 1906 é constituída pelos estudos de: Cupertino Dantas²³, José Calasans²⁴, Epifânio Dória²⁵, Edilberto Campos²⁶, Manoel Cabral Machado²⁷, Zózimo Lima²⁸, Ariosvaldo Figueiredo²⁹, Pires Wynne³⁰, José Côrtes Duarte³¹, Terezinha Oliva³² e Ibarê Dantas³³. Nessa vasta bibliografia, a revolta de 1906 e as figuras

²¹ Sobre a narrativa histórica como representação do passado, baseio-me nas reflexões dos seguintes autores: CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001; RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

²² CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Ver especialmente o capítulo “A operação historiográfica”, p. 65-119.

²³ DANTAS, José Cupertino. Revolta Fausto Cardoso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 12, n. 17, p. 11-65, 1943.

²⁴ CALASANS, José. Fausto Cardoso e a revolução de 1906. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 13, n. 18, p. 19-23, 1943-1944; _____. **Fausto Cardoso**. Salvador: [s.e.], 1970.

²⁵ DÓRIA, Epifânio. Monsenhor Olímpio Campos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 16, n. 21, p. 107-112, 1951-1954.

²⁶ CAMPOS, Edilberto. Se não me falha a memória. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 17, n. 22, p.141-177, 1955-1958.

²⁷ MACHADO, Manoel Cabral. A tragédia de Fausto Cardoso. **Revista de Aracaju**, n. 6, p. 59-96, 1957.

²⁸ LIMA, Zózimo. Revivendo Fausto Cardoso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 20, n. 25, p. 85-89, 1960.

²⁹ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1986-1996.

³⁰ WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe (1575-1930)**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Pongetti, 1970.

³¹ DUARTE, José Côrtes. **A tragédia de Sergipe e outras narrativas**. Belo Horizonte: Lemi, 1979.

³² OLIVA DE SOUZA, Terezinha. **Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; _____. Fausto Cardoso: as idéias de um líder. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 28, p. 89-123, 1979-1982; _____. Fausto Cardoso: um tobiático na

de Fausto Cardoso e Olímpio Campos são tematizadas tanto em obras de síntese da História de Sergipe quanto em estudos monográficos. Estes últimos, apresentando diferentes níveis de elaboração, foram veiculados majoritariamente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, havendo, todavia, alguns textos publicados também na *Revista de Aracaju*³⁴.

Para analisar a historiografia sergipana produzida sobre a revolta, este capítulo foi dividido em três seções. Na primeira delas, são brevemente caracterizados os *lugares* de produção, algumas de suas *práticas* e o tipo de *escrita* histórica produzida. Na segunda parte, busca-se tornar compreensíveis os acontecimentos da revolta – condição fundamental para que se entenda melhor o processo de culto às memórias dos líderes políticos – a partir da elaboração de uma síntese do conjunto das narrativas produzidas sobre o movimento revoltoso. Na terceira seção do capítulo, depois de apresentado o que contam os historiadores, é feita uma análise dos sentidos construídos em torno da revolta e também das figuras de Fausto Cardoso e Olímpio Campos por essa historiografia.

1.1- Lugares e práticas de uma escrita da história

Os estudos acerca da revolta de 1906, a exemplo do que ocorre com outras temáticas relativas à história local, têm no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) seu principal *lugar* de produção. Entre os autores que se dedicaram a esboçar uma

política. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 30, p. 111-114, 1989; OLIVA, Terezinha Alves de. Fausto Cardoso, herói de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 35, p. 17-44, 2006.

³³ DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe**: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. Petrópolis: Vozes, 1974; _____. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004; _____. A trajetória política de Olímpio de Souza Campos (1853-1906). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 36, p. 225-238, 2007.

³⁴ Além do já citado texto de Manoel Cabral Machado, há uma edição especial da *Revista de Aracaju* (n. 5, 1954) em homenagem ao centenário do nascimento de Olímpio Campos, na qual há textos de: Enoch Santiago, J. Freire Ribeiro, Cônego Domingos Fonseca, João Pires Wynne, Dom Fernando Gomes, Gervásio de Carvalho Prata e Jorge Campos Maynard.

história da historiografia sergipana³⁵, com vistas a identificar suas principais fases constitutivas, há consenso em apontar a fundação do IHGS como um importante marco institucional da produção do conhecimento histórico no/sobre o Estado.

Inaugurado em 6 de agosto de 1912, O IHGS³⁶ foi concebido nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), também sob influência das idéias iluministas³⁷. Assim como sua matriz inspiradora no plano nacional, o Instituto sergipano deveria promover, em âmbito local, a civilização, a ciência e o progresso. Não obstante o IHGS ter projetado para si diretrizes semelhantes às do IHGB, a relação entre as duas agremiações não se constituiu, todavia, num mero jogo de espelhos. Eram dois lugares de produção distintos que, conseqüentemente, apresentavam práticas institucionais e sobretudo projetos diferenciados:

O projeto inicial do IHGB estava plenamente sintonizado com a política estabilizadora e centralista das primeiras décadas do Império brasileiro. Previa-se a implantação de uma rede de instituições em todas as províncias que serviriam como coletoras de fontes a serem enviadas ao Rio de Janeiro. Ao IHGB caberia a escrita da história nacional... [Contudo], a presença do IHGS na primeira década do século XX no circuito dos demais Institutos brasileiros não deve ser encarada como participação retardatária no plano inicial do IHGB já que esse mesmo projeto se havia enfraquecido com a vitória do novo regime em 1889. O nascimento do IHGS deve ser encarado como um projeto da periferia em relação ao centro, um esforço de reafirmação da identidade dos pequenos Estados no

³⁵ CALASANS, José. Introdução ao estudo da historiografia sergipana. In: **Aracaju e outros temas sergipanos**: esparsos de José Calasans. Aracaju: Governo de Sergipe - FUNDESC, 1992, p. 7-37; FONTES, José Silvério Leite. Um projeto de História de Sergipe. **Momento**: Revista Cultural da Gazeta de Sergipe, Aracaju, n. 2, p. 7-14, mar. 1976.

³⁶ Na caracterização relativa ao IHGS – quadro social, organização administrativa, práticas acadêmicas, produção intelectual –, valho-me, em larga medida, da pesquisa de fôlego realizada por Itamar Freitas em sua dissertação de mestrado. Cf.: FREITAS, Itamar. **A “Casa de Sergipe”**: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. O quarto capítulo da dissertação que trata especificamente da Revista do IHGS teve, posteriormente, seu recorte temporal ampliado e foi publicado sob a forma de livro: FREITAS, Itamar. **A escrita da História na “Casa de Sergipe” – 1913/1999**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002. Salvo indicação em contrário, a obra citada aqui será a dissertação.

³⁷ Sobre a influência das idéias iluministas na criação do IHGB e, conseqüentemente, na sua escrita da história, cf.: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

bojo da experiência federativa: o IHGS é, pois, um projeto republicano, diametralmente oposto à estratégia inicial do IHGB³⁸.

A prioridade para o IHGS, que passou a ser carinhosamente denominado por muitos de seus sócios como a ‘Casa de Sergipe’, era investir na construção de uma memória e uma identidade local. Seus estatutos, entre outras finalidades, registravam a preocupação de levantar fontes relativas à história e à geografia de Sergipe; publicar uma revista que veiculasse, em linguagem científica, os resultados de pesquisas e também as atividades do próprio Instituto; e organizar um arquivo, um museu e uma biblioteca que pudessem guardar as tradições locais, de modo a desempenhar uma função pedagógica para toda a sociedade. Desse modo, o IHGS passava a se constituir em “lugar de memória e produtor privilegiado de historiografia”³⁹ em/sobre Sergipe.

A ‘Casa de Sergipe’, primeira academia científica do Estado, logo atraiu um público específico de freqüentadores: os intelectuais⁴⁰. Mas quem eram esses intelectuais para quem ser sócio da ‘Casa’ ou simplesmente visitá-la representava um indício de distinção social? A intelectualidade vinculada ao IHGS nas primeiras décadas do século XX era constituída, principalmente, por bacharéis em Direito, bacharéis em Medicina, engenheiros, militares de alta patente, padres e professores. Nessa época, era muito comum que os intelectuais não limitassem sua atuação à área de conhecimento em que obtinham a sua formação acadêmica/titulação⁴¹. Quase sempre ocupavam cargos na administração pública, militavam na política, colaboravam na imprensa, exerciam o magistério e se dedicavam também às composições literárias – poesias, poemas, contos. Reuniam-se em torno de partidos políticos, grêmios recreativos, instituições culturais e

³⁸ FREITAS, Itamar. Op. cit., p. 59-60.

³⁹ Ibid., p. 8.

⁴⁰ Utilizo aqui a concepção segundo a qual os intelectuais são os sujeitos que desempenham a tarefa de “elaborar e transmitir conhecimentos, teorias, doutrinas, ideologias, concepções de mundo ou simples opiniões, que acabam por constituir as idéias ou os sistemas de idéias de uma determinada época e de uma determinada sociedade”. Cf.: BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 110.

⁴¹ Os intelectuais sergipanos obtinham sua formação acadêmica, majoritariamente, nos seguintes locais: os bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais eram formados pela Faculdade de Direito do Recife; os bacharéis em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia; os padres estudavam teologia no Seminário da Bahia; os militares graduavam-se pela Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro. Cf.: CALASANS, José. O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 21, n. 26, p. 46-57, 1965-1967.

sociedades de beneficência, instituindo entre si redes de sociabilidade. Atuavam como formadores de opinião em temas políticos, econômicos, sociais, educacionais e religiosos, desempenhando um importante papel como “criadores”, “mediadores” e difusores culturais⁴². Outra característica da intelectualidade sergipana, nada surpreendente quando se leva em conta as questões de gênero e os valores sociais da época, diz respeito à diminuta participação feminina. Neste sentido, parece redobrada a pertinência de se denominar esses intelectuais por meio da expressão ‘homens de letras’.

Eram esses homens de letras, considerando-se aqui tanto os fundadores da ‘Casa’ quanto os que se associaram a ela posteriormente, os responsáveis pela condução das atividades literárias e científicas do Instituto. As práticas acadêmicas eram efetivadas através de sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, às quais se destinavam a discutir e votar pareceres das comissões, a celebrar os aniversários do IHGS e a comemorar quaisquer outros acontecimentos notáveis⁴³. Nas sessões, duas práticas protocolares eram os discursos e as conferências, em que os oradores prestavam homenagens a mortos ilustres, faziam o elogio a governantes e intelectuais e, ainda, discorriam sobre temáticas diversas, com ênfase para as referências às atividades do próprio Instituto e para os discursos relativos à educação pública, ao território sergipano e às efemérides locais, embora também fossem evocadas algumas datas comemorativas nacionais e internacionais.

Por meio dessas práticas acadêmicas o IHGS buscava cumprir suas funções sociais, merecendo destaque o empenho dos sócios da Casa em estabelecer os contornos tanto geopolíticos quanto simbólicos para o menor Estado da federação. A questão envolvendo os limites territoriais entre Sergipe e Bahia – que ia além das disputas de terras, pois abrangia também conflitos relativos à jurisdição eclesiástica e jurídica – suscitou diversos debates no Instituto e impulsionou alguns intelectuais sergipanos a desenvolverem pesquisas históricas e geográficas que pudessem se constituir em eficazes instrumentos

⁴² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996, p. 242.

⁴³ Cf.: FREITAS, Itamar. Op. cit., p. 77-84.

na defesa dos interesses de sua terra natal. Nessa contenda com a Bahia, a demarcação do território sergipano assumiu o significado de uma luta patriótica⁴⁴.

Para a afirmação e o reconhecimento de Sergipe no cenário nacional era preciso, entretanto, mais do que definir as terras que lhe pertenciam. Outros pertencimentos, os de ordem simbólica, deveriam ser difundidos e consolidados. Era imprescindível investir na construção de uma identidade para o Estado e isso passava, forçosamente, pela elaboração de uma memória comum. Neste sentido, a ‘Casa de Sergipe’ teve um importante papel na construção de memórias e tradições locais, desenvolvendo, entre outras atividades, a organização das comemorações das principais datas cívicas – como o centenário de emancipação política do Estado em 1920 –; a confecção da Bandeira de Sergipe; a publicação de obras sobre o passado local; e a inauguração de retratos, bustos e estátuas em homenagem a destacados políticos e intelectuais sergipanos que eram apontados como exemplos a serem seguidos. Dentro dessa perspectiva pedagógica, além de apontar os personagens que deveriam servir de modelo para as gerações futuras, o IHGS incumbiu-se ainda da missão de instruir e civilizar a sociedade sergipana, empenhando-se na disseminação da instrução pública e no combate ao analfabetismo⁴⁵.

Contudo, a principal função do IHGS era mesmo escrever a História de Sergipe. Isto implicava em traduzir a experiência local a partir da produção de um conhecimento que estivesse de acordo com pressupostos cientificistas. Nada mais coerente, uma vez que o Instituto fora idealizado por seus fundadores como legítimo “templo da história e da ciência”⁴⁶, lugar onde deveria ser cultivada a neutralidade científica e ideológica, onde não haveria espaço para ódios e paixões e nem mesmo para polêmicas filosóficas⁴⁷ ou

⁴⁴ Ibid., p. 85-88.

⁴⁵ Sobre o papel do IHGS na fundação, em 24 de setembro de 1916, da Liga Sergipense contra o Analfabetismo. Cf.: FREITAS, Itamar. Op. cit., p. 91-92.

⁴⁶ Ibid., p. 52.

⁴⁷ Neste sentido, Jackson da Silva Lima argumenta que poucas foram as polêmicas circunscritas ao “campo científico propriamente dito”. O mais comum eram as querelas que antepunham “a crença espiritual, retrógada por natureza, ao conhecimento científico, de essência progressista”. Os principais debates opunham os intelectuais da corrente cientificista aos da corrente espiritualista e as divergências gravitavam em torno de oposições como: fé *versus* ciência; Deus *versus* natureza. Cf.: LIMA, Jackson da Silva. **Os estudos filosóficos em Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, p. 98. Essas divergências não eram nada surpreendentes quando se considera que boa parte dos intelectuais ligados ao IHGS era constituída por discípulos de Tobias Barreto e Sílvio Romero na Escola do Recife, onde foram influenciados pelas idéias combativas de parte da “geração 70” – denominação dada ao movimento intelectual que

político-partidárias. Foi sob essa orientação que se gestou uma cultura historiográfica no IHGS.

As características da escrita da história empreendida pelo IHGS apontam para a existência de uma correlação com as práticas acadêmicas e as funções sociais do Instituto. Neste sentido, produziu-se na ‘Casa de Sergipe’ uma história de caráter comemorativo, marcada pela celebração das datas cívicas locais e pela primazia conferida às ações dos grandes homens⁴⁸. Tratou-se de uma história eminentemente política cujas narrativas estavam muito presas a uma periodização de cunho político-administrativo e priorizavam as ações individuais de líderes políticos. Em consonância com essa perspectiva, as biografias se constituíram num dos gêneros mais praticados pelos historiadores que narraram as histórias de vida de intelectuais e políticos que, por suas idéias e feitos, eram apontados como exemplos para as gerações futuras.

O registro e a difusão do que era digno da memória e da história locais eram feitos através da própria *Revista do IHGS* – a mais antiga do Estado dentre as que ainda estão em circulação. Não obstante as interrupções da publicação da Revista, foi nas suas páginas que diferentes gerações de historiadores, dedicados a estudar e narrar aspectos relativos ao passado sergipano, veicularam seus escritos⁴⁹. A Revista continuou sendo o principal veículo de divulgação das pesquisas históricas sobre Sergipe mesmo depois que o IHGS deixou de ser o principal lugar dessa produção historiográfica.

marcou a década de 1870 e que se caracterizou pelo anticlericalismo e pelo empenho em renovar os estudos filosóficos no Brasil. Cf.: FREITAS, Itamar. Op. cit., p. 24.

⁴⁸ Nessa perspectiva, as vontades humanas, isto é, as ações individuais efetivadas nas instâncias superiores de decisão, eram consideradas como o motor da história. FREITAS, Itamar. Op. cit., p. 125 e 131.

⁴⁹ No livro em que analisa a produção historiográfica veiculada na Revista do IHGS, Itamar Freitas identifica três gerações de intelectuais que, em certa medida, correspondem também às três fases principais da Revista. A primeira geração foi constituída pelos seguidores de Tobias Barreto e Sílvio Romero e sua atuação compreendeu o período que foi da fundação do Instituto, em 1912, até fins da década de 1930. Quando os fundadores da ‘Casa de Sergipe’ começaram a sair de cena, formou-se uma segunda geração de intelectuais cuja atuação se estendeu do início da década de 1940 até o final da década de 1960 e na qual se destacaram historiadores como José Calazans, Sebrão Sobrinho, Epifânio Dória, Bonifácio Fortes, entre outros. A terceira geração do IHGS surgiu no início da década de 1970 e estende-se aos dias atuais. Entre os membros dessa geração estão alguns professores/pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe, ligados ao Projeto de Levantamento das Fontes Primárias e Secundárias para a História de Sergipe, como, por exemplo: José Silvério Leite Fontes, Maria Thetis Nunes, Beatriz Góis Dantas e Maria da Glória Santana de Almeida. Dessa terceira geração merecem destaque, entre outros, os nomes de Emanuel Franco, Pedrinho Santos, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo e Ibarê Dantas. Cf.: FREITAS, Itamar. **A escrita da História na “Casa de Sergipe” – 1913/1999...**, p. 16-19.

A partir da década de 1970, a sistematização da pesquisa histórica ficou a cargo de professores do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), fundada no ano de 1968. A consolidação deste novo lugar destinado à escrita da história local assinala o início de outra fase da historiografia sergipana cujo marco pode ser instaurado com o Projeto de Levantamento das Fontes Primárias e Secundárias para a História de Sergipe (1972). Coordenado pelo professor José Silvério Leite Fontes, esse projeto, motivado por uma preocupação heurística, visou organizar e preservar o patrimônio arquivístico de instituições sergipanas, tendo contribuído significativamente para impulsionar a pesquisa histórica no Estado. Nessa época, o Instituto Histórico já não mais era o templo da ciência, nem mesmo uma agência de civismo, porém, continuaria a desempenhar um importante papel como instituição de pesquisa e como centro cultural⁵⁰. Havia passado, portanto, de principal produtor de historiografia para assumir a condição de lugar onde os historiadores faziam a prospecção de suas fontes históricas.

No âmbito do Departamento de História da UFS, a escrita da história apresentou traços distintivos do novo lugar e também do novo momento de produção. Um diferente percurso analítico foi trilhado pela historiografia sergipana nas décadas de 1970 e 1980, quando a primazia antes conferida às ações individuais dos grandes homens e à história político-administrativa deu lugar ao interesse pelas coletividades, às abordagens estruturalistas e à ênfase nos estudos de história econômica. Ainda que não tenham sido exclusivas, passaram a predominar as análises historiográficas de inspiração teórica marxista. Naquele momento, não mais eram as vontades humanas, mas sim as lutas de classes que eram consideradas como o motor da história.

Contudo, apesar do estímulo que o projeto coordenado por Silvério Fontes possibilitou, a escrita da história em/sobre Sergipe nas décadas de 1970 e 1980 ficou quase que restrita aos poucos trabalhos de pós-graduação produzidos por alguns professores do Departamento de História. Essa situação mudaria, porém, de modo significativo no início da década de 1990. Mais precisamente a partir da reforma curricular que instituiu, em 1993, a obrigatoriedade da monografia para o curso de licenciatura em História e que foi responsável por um verdadeiro surto historiográfico. Não sem motivos, o momento em que foram escritas as primeiras monografias (1995) é

⁵⁰ Ibid., p. 19.

apontado como um divisor de águas, como um marco instituidor de uma nova fase da historiografia sergipana⁵¹. Desde então, essa historiografia universitária vem contribuindo para ampliar o conhecimento acerca de múltiplos aspectos da experiência sergipana. Em linhas gerais, os estudos monográficos produzidos no Departamento de História têm sido influenciados pelas reflexões teórico-metodológicas provenientes da corrente dos *Annales* e da corrente pós-moderna. Neste sentido, é possível notar que essas monografias, tanto pelos temas abordados – experiências dos trabalhadores, aspectos do escravismo, cangaço, historiografia, intelectuais, festas populares, religiosidades, produções artísticas⁵² – quanto pelas problemáticas que as orientam, caracterizam-se, em sua maioria, como estudos de história social e história cultural.

Vê-se, portanto, que, a despeito das especificidades de cada lugar social/institucional, a trajetória da escrita da história em/sobre Sergipe tem acompanhado as tendências historiográficas predominantes em cada momento de produção. São justamente as transformações significativas nas formas da escrita da história local, consoante o momento de produção, que permitem demarcar as diferentes fases da historiografia sergipana. Ao longo das três fases aqui apresentadas distribuem-se as narrativas historiográficas sobre a revolta de 1906. Mas o que é narrado nessas obras? E que representações essas narrativas constroem em torno da revolta e das figuras de Fausto Cardoso e Olímpio Campos?

1.2- As narrativas da revolta: documentos

O que contam os historiadores sobre a revolta? Justapondo todas as narrativas e analisando-as em conjunto, o que é dado a conhecer sobre esse movimento revoltoso que marcou a história de Sergipe? Que acontecimentos são selecionados e como eles são articulados, ordenados sob a forma de narrativas?

⁵¹ A esse respeito, ver: SÁ, Antonio Fernando de Araújo. História da historiografia de/em Sergipe (1972-2007). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 37, p. 15-26, 2008.

⁵² FREITAS, Itamar. Indicadores da nova historiografia universitária. In: *Historiografia sergipana*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2007, p. 65-68.

Pretende-se demonstrar aqui o processo por meio do qual os acontecimentos da revolta são transformados em documentos pelos historiadores. Nessa perspectiva, endosso o argumento de Michel de Certeau, afinal “o que é um acontecimento senão aquilo que é preciso supor para que a organização dos documentos seja possível? Ele é o meio pelo qual se passa da desordem à ordem. Ele não explica, permite uma inteligibilidade”⁵³. Assim, os acontecimentos da revolta serão tomados como ponto de partida da compreensão e da subsequente atribuição de sentidos pelos historiadores. Baseado nisso, dividi a discussão relativa às narrativas em duas partes. Nesta seção, busco apresentá-las enquanto *documentos*, termo empregado aqui no sentido de testemunho, de registro de algo. Na seção seguinte, apresento essas mesmas narrativas enquanto monumentos, no sentido de evocar e perpetuar uma memória, de construir uma representação e atribuir significados a algo.

Essa divisão foi motivada pelo intento de conferir maior didatismo ao texto, mas é, em certa medida, arbitrária, pois não corresponde à orientação epistemológica deste trabalho no tocante a existência de uma dicotomia entre documentos e monumentos. Isto porque longe de serem contrários, documentos e monumentos apresentam características essencialmente semelhantes. Afinal, assim como o monumento deve ser visto como documento de uma determinada época; também o documento deve ser entendido como monumento, pois há nele recortes, escolhas, intencionalidades, seleção do que vai ser registrado e, por tudo isso, há nele atribuição de sentidos⁵⁴. Numa perspectiva semelhante, convém superar também a tradicional dicotomia entre narrativa e interpretação, uma vez que as narrativas comportam interpretações e estas, por sua vez, são expostas através de narrativas. Desse modo, embora as narrativas sejam tratadas nesta seção do capítulo como documentos, há nelas algo de monumento⁵⁵. Tecidas essas considerações, passemos ao trabalho ambivalente de fragmentar e compor que é próprio

⁵³ CERTEAU, Michel. Op. cit., p. 103.

⁵⁴ A esse respeito, ver: LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 525-541.

⁵⁵ De certa forma, há inevitavelmente algo de monumento na narrativa que apresento nesta seção do capítulo.

das narrativas históricas⁵⁶ e vejamos, enfim, o que sobre a revolta nos contam os historiadores.

O ponto de partida da maioria das narrativas sobre a revolta comumente remonta à campanha política que contribuiu para a vitória de Fausto Cardoso nas eleições de janeiro de 1906, para a representação federal, e que fez com que ele ascendesse à condição de grande líder da oposição ao governo do Estado⁵⁷. A campanha dos opositoristas não se restringiu, porém, ao período eleitoral. Mesmo após a vitória obtida nas urnas, continuaram os ataques ao grupo político liderado por Olímpio Campos e a propaganda em torno da figura de Fausto Cardoso.

Nessa campanha, veiculada pelas páginas do *Jornal de Sergipe*, a oposição buscava sensibilizar a opinião pública ao atribuir unicamente à má administração do governo a responsabilidade pelo desemprego e pela crise por que passava o Estado naquele momento⁵⁸. Em contraposição aos governistas, Fausto Cardoso era apontado como o político capaz de solucionar esses problemas e instaurar uma nova fase na política sergipana. Por meio dessa propaganda, Fausto Cardoso “assemelhava-se ao Messias anunciado pelos profetas políticos, vindo para curar todas as mazelas criadas pela incúria da administração pública, pela falta de justiça social”⁵⁹.

O enaltecimento do deputado federal recém-eleito era, pois, uma atividade incessante por parte da imprensa opositorista que, em julho daquele ano, passou a veicular a notícia da viagem de Fausto Cardoso que partiria do Rio de Janeiro para Sergipe com o propósito anunciado de agradecer pelo resultado das eleições e fundar um partido que tornassem coesas as forças de oposição ao governo do Estado. Entre os opositoristas havia grande entusiasmo em relação ao futuro do partido a ser criado uma

⁵⁶ Sobre o trabalho de fragmentação e montagem efetivado pelas narrativas históricas, cf.: SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997.

⁵⁷ Entre os estudiosos da revolta quem empreende um recuo temporal maior é Terezinha Oliva. Sua análise remonta ao período da Proclamação da República, a partir do qual ela apresenta a trajetória da complexa disposição dos grupos e partidos políticos – marcada por adesões, cisões – de modo a explicar o processo que levou à formação das duas forças políticas em confronto na revolta de 1906. Cf.: OLIVA DE SOUZA, Terezinha. **Impasses do federalismo brasileiro...**, p. 53-69.

⁵⁸ OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 101.

⁵⁹ DUARTE, José Côrtes. **A tragédia de Sergipe e outras narrativas...**, p. 11.

vez que Fausto Cardoso possuía prestígio junto ao governo federal, contando com a simpatia do presidente Rodrigues Alves, de quem era amigo.

Ocorre que a notícia sobre a organização do partido foi acompanhada por rumores inquietadores de que uma significativa mudança na política estadual estava prestes a acontecer. Tudo isso mexia de maneira diversa – já que diversos eram também os interesses – com o ânimo dos sergipanos. Os opositores estavam tomados pela euforia. Entre os situacionistas havia receio, apreensão. Por toda a parte, espalhavam-se boatos sobre a queda iminente do governo estadual, mas denunciava-se também a pretensão do governo de assassinar o deputado no ato do desembarque⁶⁰.

As inquietações cresciam à medida que se aproximava a data da tão aguardada visita de Fausto Cardoso. Enquanto isso, iam chegando à capital sergipana pessoas provenientes de diversos municípios do interior no afã de participarem da grande festa de recepção⁶¹ preparada para o líder opositor por alguns de seus correligionários. No dia 1º de agosto Fausto Cardoso desembarcava em Aracaju, sendo recebido em meio à aclamação popular. Confetes, fogos, hino sergipano, banquete, baile e cinema ao ar livre compuseram a festa⁶². A imponência de que se revestiu a festa tinha um papel importante no sentido de pôr em evidência a força da oposição e o prestígio de seu líder.

Após a chegada de Fausto Cardoso não tardariam a acontecer – sempre no chalé em que ele ficou hospedado e onde fez seu discurso de agradecimento pela recepção – as reuniões políticas dos opositores. Na primeira delas, tratou-se de conciliar interesses diversos, discutir planos, definir dirigentes e fundar o partido, que recebeu o nome de Partido Progressista⁶³. A agitação política tomava conta da cidade, sendo intenso o movimento tanto no Palácio do Governo quanto no ‘Palácio da Redenção’ – forma como

⁶⁰ OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 163.

⁶¹ No período em questão, costumava-se organizar recepções para a chegada de visitantes ilustres – políticos e intelectuais, fossem eles sergipanos ou não – que aportavam em Aracaju pela Ponte do Imperador. A recepção a Fausto Cardoso, no entanto, foi incomum pela grandiosidade de que se revestiu a festa que lhe foi preparada.

⁶² MACHADO, Manoel Cabral. A tragédia de Fausto Cardoso..., p. 80.

⁶³ Fausto Cardoso indicou o senador Coelho e Campos para a chefia do partido, reservando-se o papel de delegado junto às autoridades e políticos do Rio de Janeiro. Foi criado um Diretório Central em Sergipe, presidido pelo padre Leonardo Dantas e integrado por Antônio Mota, Olegário Dantas, Leandro Maciel e Gonçalves Rolemberg. Cf.: OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 174.

os opositoristas passaram a se referir ao chalé onde se reuniam. Em meio a essa polarização da política sergipana em torno de dois grupos principais, havia políticos que

discretamente rendendo bandeiras à oposição, que viam em caminho do triunfo, apareciam à noite, levando ao Dr. Fausto protestos de solidariedade política, ou de mera simpatia pessoal. À luz meridiana acatavam o governo paternal do Monsenhor [Olímpio Campos]; de uma ou de outra forma marombavam de jeito que se tornasse fácil e seguro, sem compromissos, o salto final para qualquer lado⁶⁴.

Entre os seguidores de Fausto Cardoso e Olímpio Campos prosseguiram as críticas e ameaças mútuas. De um lado, falava-se dos planos dos governistas para assassinar Fausto Cardoso; de outro lado, havia rumores de que a oposição estava articulando um movimento armado para depor o governo e assumir o controle da política estadual.

As especulações sobre a proximidade de um golpe deram lugar a um questionamento que gravitava numa atmosfera repleta de tensão: quando e como ocorreria a derrubada do grupo no poder? Na manhã de 10 de agosto de 1906, um levante da polícia colocava um fim nessa inquietante dúvida e um hiato no domínio do grupo liderado por Olímpio Campos.

A oposição, já há algum tempo, aliciava a polícia e contava com ela para promover a derrubada do grupo no poder⁶⁵. Informados desse envolvimento de integrantes do corpo policial no plano da oposição, os governistas tinham ordenado, no dia anterior ao da revolta, a prisão dos soldados apontados como os cabeças do motim. Essa ordem do governo teria precipitado os acontecimentos. Alguns oficiais e soldados da polícia rebelaram-se e marcharam em direção ao Palácio do Governo. Ali chegando, iniciaram o tiroteio contra a guarda do Palácio. O fato de os dois grupos estarem armados precariamente fez com que não durasse muito tempo o confronto. Acabada a munição da guarda, cessou também a resistência que ela oferecia e, sem que ninguém tivesse sido vitimado, os policiais revoltosos assumiram o controle da situação, depondo o Guilherme Campos e Pelino Nobre, respectivamente, presidente e vice-presidente do Estado. Os rebeldes assistiram ainda as autoridades depostas retirar-se do Palácio, na companhia de

⁶⁴ DANTAS, José Cupertino. Revolta Fausto Cardoso..., p. 24.

⁶⁵ Ibid., p. 30-31.

Olímpio Campos, à procura de refúgio na Capitania dos Portos e aguardaram a chegada dos líderes da oposição para lhes entregar o governo⁶⁶.

Antes, porém, de chegarem à Capitania dos Portos, Olímpio e Guilherme Campos telegrafaram ao presidente da República, comunicando sobre o levante da polícia e a subsequente deposição. A revolta deflagrada em Sergipe tornou-se uma questão de interesse nacional, sendo amplamente noticiada pela imprensa em diferentes estados do país.

Na revista *O Malho*, periódico do Rio de Janeiro que tinha na sátira política sua principal linha de ação, é veiculada uma charge [figura 1] que apresenta a revolta em dois cenários distintos. No primeiro deles, em Sergipe, é representada a ação da polícia revoltosa na tomada do poder, tendo Fausto Cardoso à sua frente⁶⁷. No pano de fundo da imagem, *O Malho* retrata, no estilo irreverente que lhe é próprio, Guilherme e Olímpio Campos abandonando o Palácio após saltarem pela janela. O outro cenário apresentado é o do Palácio do Catete, na capital federal, onde o presidente Rodrigues Alves é representado numa atitude apreensiva, de quem sabia que as revoltas estaduais que vinham ocorrendo – pouco antes ocorrera uma revolta congênere em Mato Grosso⁶⁸ – significavam agitação e instabilidade política para o período final de seu governo.

⁶⁶ Curiosamente, alguns líderes oposicionistas tinham se retirado de Aracaju, no dia anterior ao da revolta, para municípios do interior. Os motivos da ausência de Fausto Cardoso, que havia viajado para Divina Pastora, constituem-se, conforme veremos adiante, num aspecto sobre o qual divergem as interpretações dos historiadores.

⁶⁷ Conforme foi dito, Fausto Cardoso não participou da tomada do Palácio, ao contrário do que aparece no primeiro plano da imagem. Neste caso, duas hipóteses para que ele figure à frente da tropa da polícia apresentam-se como plausíveis. Uma delas buscaria sua explicação no fato de que as informações emitidas de Sergipe, quase sempre por meio de telegramas, não tenham chegado ao Rio de Janeiro de forma precisa, dando a entender que Fausto Cardoso, por ser o principal líder da oposição, teria comandado a polícia revoltosa na tomada do Palácio. A segunda hipótese, que em certa medida possui relação com a primeira, consistiria no seguinte: ainda que se soubesse que Fausto Cardoso não comandava a tropa da polícia no dia da tomada do poder, o seu prestígio no cenário político nacional e o fato de ser o líder da oposição faziam dele inexoravelmente o líder da revolta, sendo, portanto, esta condição que se buscava expressar através da charge. Em qualquer uma das hipóteses, é preciso levar em consideração que uma charge é portadora de uma linguagem própria e que sua análise como fonte não se deve pautar na tentativa de aferir a fidedignidade de seus elementos constitutivos, já que eles não se prestam a ser uma correspondência fiel da realidade que representam.

⁶⁸ Na revolta de Mato Grosso, os oposicionistas, liderados por Generoso Ponce, voltaram-se contra o domínio do Cel. Antônio (Totó) Paes de Barros, que foi destituído do poder e assassinado. Diferentemente do que ocorreria um pouco mais tarde em Sergipe, no caso de Mato Grosso os revoltosos tiveram seu governo reconhecido pelo Congresso Nacional.

Com uma velocidade ainda maior do que a da divulgação das notícias, a revolta espalhou-se pelos municípios do interior de Sergipe, onde os chefes locais ligados ao grupo oposicionista iam depondo intendententes e ocupando quartéis de polícia. Apesar de na maior parte dos municípios não ter havido resistência, naqueles em que houve conflitos, diferentemente do que ocorreu na capital, registraram-se algumas mortes. Motivados por um clima de revanchismo, líderes políticos do interior aproveitaram-se da oportunidade para investir contra os seus antigos desafetos locais, praticando atos de violência.

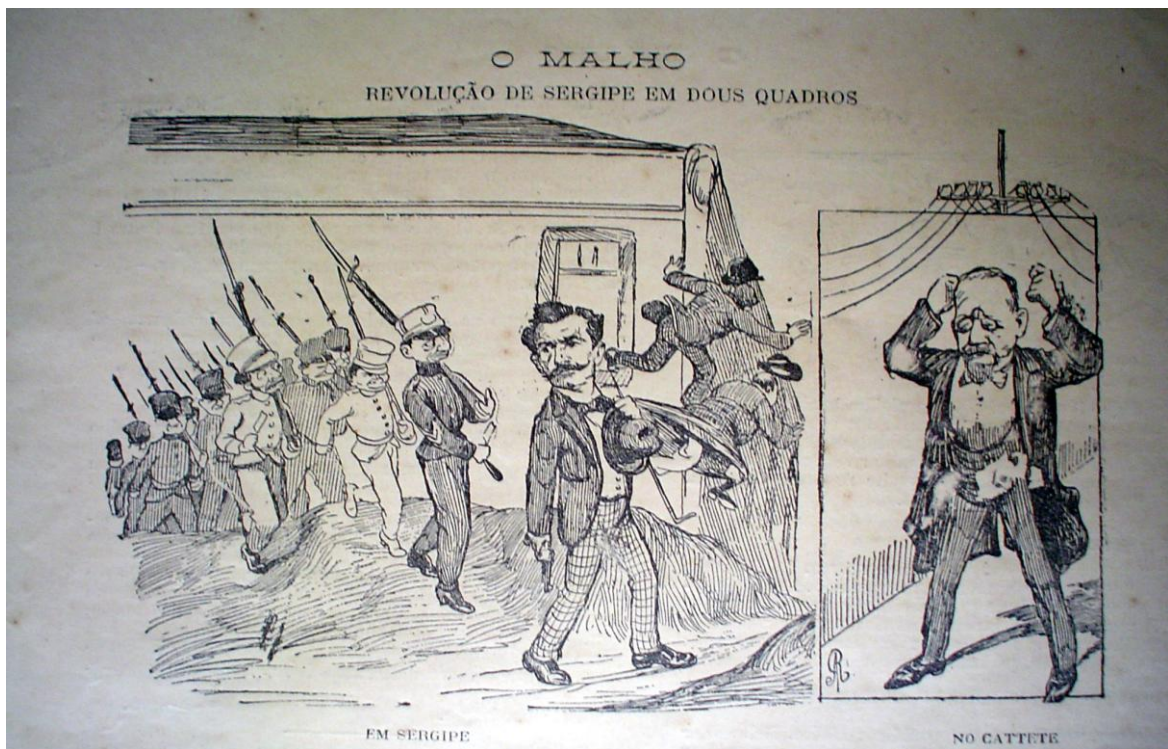


Figura 1: “Revolução de Sergipe em dois quadros”

Fonte: **O Malho**, Rio de Janeiro, n. 205, 18 ago. 1906, p. 9.

Enquanto isso, em Aracaju, aguardava-se a chegada de Fausto Cardoso. Assim que ele chegou à cidade, ainda na tarde do dia 10 de agosto, dirigiu-se à Capitania dos Portos para conferenciar com as autoridades depostas que ali estavam sob a proteção do capitão Amintas Jorge. Estabelecido o diálogo, Fausto Cardoso entregou uma folha para que o

presidente e o vice renunciassem por escrito a seus cargos e em troca assegurou que lhes seriam dadas garantias de vida.

De posse das renúncias, os faustistas cuidavam agora para que o novo governo fosse constituído e tivesse sua legitimidade reconhecida. Como naquele momento não havia ninguém investido de poder no Legislativo, já que o mandato dos deputados da última legislatura havia expirado e os deputados eleitos ainda não tinham sido reconhecidos e empossados, o governo foi entregue ao Judiciário. Diante da recusa do presidente do Tribunal da Relação, assumiu o poder, na condição de sucessor legal, o vice-presidente, o desembargador João Maria Loureiro Tavares.

A composição do novo governo e a efetivação dos primeiros atos administrativos, apesar de terem sido importantes, ainda não garantiam a permanência dos revoltosos no poder. A situação era incerta. De um lado, os governantes depostos empenhavam-se em conseguir que o Governo Federal interviesse no Estado. Neste sentido, tinham como importante trunfo a seu favor o fato de o vice-presidente ter telegrafado ao presidente da República, comunicando que a renúncia tinha se dado sob coação. De outro lado, os revoltosos tentavam evitar a intervenção e buscavam ter reconhecida a legitimidade de seu governo. Para isso, contavam com as renúncias que se tinham consumado e com fato de terem respeitado a ordem dos substitutos legais na sucessão do governo. Este último argumento não era, porém, um ponto pacífico. Houve uma discussão jurídica, cujos méritos não nos interessam aqui, sobre a legitimidade da ordem de sucessão e de Loureiro Tavares à frente do governo. Contudo, o que estava em jogo não era a legitimidade do ocupante do cargo de presidente, mas a do governo revoltoso como um todo.

Em meio às diversas medidas que vinham sendo adotadas por faustistas e olimpistas, houve, no dia 13 de agosto, o ensaio de uma intervenção federal que não chegou a se efetivar. O 26º batalhão sediado na Bahia foi deslocado para Sergipe. Porém, por avaliar insuficiente o número de soldados, Olímpio Campos julgou mais prudente que não se procedesse à operação militar, informando sua decisão ao comandante da tropa. As narrativas que se ocupam desse episódio dão conta de que essa intervenção teria servido apenas para manter a aparência de que o presidente da República agiria de

maneira imparcial, apesar dos laços de amizade que o uniam a Fausto Cardoso. Tratar-se-ia de uma intervenção para “inglês ver”.

O episódio desse ensaio de intervenção federal em Sergipe não faria cessar, entretanto, a disputa entre os dois grupos pelo controle do governo. Da parte das autoridades depostas, teria sido importante o comunicado que Olímpio Campos fez ao Congresso, informando que o presidente e o vice não tinham reassumido seus cargos porque, nos moldes em que fora preparada, a intervenção não lhes dava garantias e, ainda, referindo-se à solicitação que fizera para que as autoridades fossem transferidas da Capitania dos Portos para o quartel do Exército, sob o argumento de que a desordem e a insegurança reinavam em Sergipe. Esse comunicado, segundo algumas narrativas, teria levado os membros do Congresso a pressionarem o presidente Rodrigues Alves para que ele fizesse uma nova intervenção que garantisse, de fato, a reposição do governo olímpista.

Uma questão teria sido decisiva no julgamento do Congresso: o medo de que o caso de Sergipe desencadeasse uma série de revoltas nos demais estados de modo a comprometer o equilíbrio da política nacional, que, no período em questão, estava assentado no pacto entre os grupos oligárquicos. É neste sentido que vai o testemunho de Cupertino Dantas ao afirmar que “os governadores dos estados recomendavam às respectivas bancadas que não deixassem passar o precedente, que seria uma perpétua ameaça a qualquer governo”⁶⁹.

Essa preocupação com os perigosos rumos que poderia tomar a política nacional está muito bem expressa na charge abaixo [figura 2]. Nela, são representados: a queda de Olímpio Campos, o descarrilamento do vagão de Sergipe e o esforço de membros do Congresso – representados na charge por Pinheiro Machado, Rui Barbosa, João Luiz Alves e Sá Peixoto – para colocá-lo de volta nos trilhos, fazendo-o assim retomar o seu curso normal junto aos demais estados que compõem essa locomotiva política. Colocar Sergipe de volta nos trilhos significava esmagar a revolta. E foi esse propósito que fez com que tanto a Câmara quanto o Senado votassem pareceres favoráveis ao prosseguimento da intervenção federal.

⁶⁹ DANTAS, José Cupertino. Op. cit., p. 41.



Figura 2: “Desastre na estrada de ferro política estadual”

Fonte: **O Malho**, Rio de Janeiro, n. 207, 01 set. 1906, p. 3.

Com essa resolução do Congresso, começavam a ser feitos diversos preparativos para que a operação militar obtivesse êxito. A partir do dia 24, deslocava-se, da Bahia, “um contingente de 200 praças do 9º e do 16º Batalhão de Infantaria, e bem assim o comandante do 3º Distrito Militar, general Firmino Lopes Rego, enquanto do Recife partia o caça torpedeiro *Gustavo Sampaio* e ficavam de prontidão as forças do Exército”⁷⁰.

Numa tentativa de opor resistência à intervenção votada pelo Congresso, os revoltosos colocaram em prática o plano de conflagração do estado. Os principais líderes faustistas cuidaram da organização de grupos paramilitares que ficaram conhecidos como “legiões libertadoras”⁷¹. Esses grupos foram dispostos em pontos estratégicos do interior de Sergipe, ocupando os municípios de Itabaiana, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Laranjeiras, Rosário e Divina Pastora. Nessas localidades foram adotadas algumas medidas para a manutenção das tropas, com destaque para a extorsão de contribuições de guerra junto aos adversários políticos, enquanto era esperado o dia da intervenção federal.

⁷⁰ OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 198.

⁷¹ DANTAS, José Cupertino. Op. cit., p. 47-48 e 53-54.

O dia 28 de agosto de 1906 marcou o fim dessa espera e o desfecho da revolta. Foi nesta data que o general Firmino Rego, comandante da força interventora, dirigiu-se até a casa onde estava hospedado Fausto Cardoso para lhe comunicar que, atendendo à decisão do Congresso Nacional, efetuará a reposição do governo legítimo. Por considerar que não deveria ser obedecido “o Governo que salta por cima do cadáver de Mato Grosso e recua diante do caso jurídico de Sergipe”⁷², Fausto Cardoso, tentou, sem sucesso, dissuadir o general de efetuar a reposição dos governantes olímpistas. Diante dessa situação, Fausto Cardoso seguiu, acompanhado por alguns correligionários e populares, para o Palácio do Governo com o intuito de tentar impedir a reposição. Ali chegando, o grupo seria expulso a tiros pela tropa do Exército. Das ações militares da força interventora resultaram duas mortes: a de um popular, chamado Nicolau Nascimento, e a de Fausto Cardoso⁷³. Com o assassinato do líder da oposição, era desarticulada a tentativa de resistência das legiões libertadoras. A revolta estava definitivamente esmagada.

Com o desfecho da revolta, surgiram versões as mais divergentes para explicar o assassinato de Fausto Cardoso. Jamais, porém, apurou-se quem foi o autor do disparo. Isso contribuiu para disseminar a sensação de impunidade entre os faustistas, que passaram a atribuir a Olímpio Campos a culpa pela intervenção federal e conseqüentemente pela morte de seu líder.

Essa culpa presumida fez aumentar o desejo de vingança, que foi concretizado no dia 09 de novembro de 1906 pelas mãos de Humberto e Armando Cardoso, filhos de Fausto⁷⁴, que, auxiliados pelo primo Délio Guaraná, assassinaram, com onze tiros e duas facadas, o monsenhor Olímpio Campos na Praça XV (antigo Largo do Paço) no Rio de Janeiro. A violência de que se revestiu este crime premeditado chamou a atenção do país para as lutas políticas de Sergipe. Com a morte de Olímpio Campos, a revolta de 1906

⁷² MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 90.

⁷³ A morte de Fausto Cardoso será abordada de modo mais detalhado na próxima seção deste capítulo.

⁷⁴ Os filhos de Fausto Cardoso foram presos e assumiram sozinhos a culpa pelo assassinato, procurando inocentar o primo. No julgamento, porém, eles foram absolvidos sob o argumento de que agiram sob coação moral irresistível.

fazia mais uma vítima. E é também com a sua morte que as narrativas sobre a revolta têm o seu ponto de chegada⁷⁵.



Figura 3: Assassinato de Olímpio Campos - I (gravura de Ângelo Agostini, 1906)

Fonte: **O Malho**, Rio de Janeiro, n. 218, 17 nov. 1906, p. 15.



Figura 4: Assassinato de Olímpio Campos - II (gravura de Ângelo Agostini, 1906)

Fonte: **O Malho**, Rio de Janeiro, n. 218, 17 nov. 1906, p. 16.

⁷⁵ Com o ponto de chegada das narrativas, a exemplo do que aconteceu com o ponto de partida, também é na obra de Terezinha Oliva onde há um itinerário mais longo. Seu estudo sobre a revolta estende-se até o momento em que o general Siqueira de Menezes, em virtude de um movimento de amplitude nacional – a “Política das Salvações” –, chega à presidência do estado de Sergipe (1911), pondo um fim ao predomínio dos governantes olimpistas na política estadual. Cf.: OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., 232-244.

1.3- As narrativas da revolta: monumentos

Depois de apresentado ‘o quê’ é narrado pelos historiadores, passemos ao ‘como’ isto é feito. Trata-se de efetuar um sutil deslocamento do ‘mostrar’ ao ‘significar’. Considerando, como faz Michel de Certeau, que “a escrita representa o papel de um *rito de sepultamento*; ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso”⁷⁶, importa saber: como Fausto Cardoso e Olímpio Campos, os mortos em questão, são representados no decorrer de um itinerário narrativo? Ou, formulado de outro modo, que ‘túmulos escriturários’ são construídos para eles?

Entre todas as narrativas, a de Cupertino Dantas⁷⁷ constitui-se, de modo iniludível, no estudo canônico sobre a revolta. Em sua crônica, escrita em março de 1907, os acontecimentos do movimento revoltoso são narrados passo a passo, com uma riqueza de detalhes digna de nota. A época em que foi escrito o texto, além de ter favorecido os pormenores da narrativa, é utilizada pelo autor como um argumento para afirmar a legitimidade de seu discurso, uma vez que ele reivindica a autoridade de ter sido testemunha ocular dos acontecimentos que narra. No entanto, a agitação do momento em que escreveu – marcado pelas paixões e perseguições políticas – e sua preocupação com a imparcialidade e a objetividade – o que pressupunha o necessário distanciamento temporal – fazem com que o autor apenas publique sua crônica em 1943, ou seja, 37 anos após a revolta. Ainda assim, o seu texto, veiculado na *Revista do IHGS*, é o primeiro estudo de fôlego sobre a revolta. Antes dele, as narrativas se restringiram às conferências e discursos publicados em jornais.

Em sua obra, Cupertino Dantas demonstra uma preocupação em atestar a veracidade dos fatos narrados, fazendo questão de apresentar as fontes utilizadas – jornais, depoimentos colhidos na tradição oral, além de sua observação direta – e o procedimento adotado diante dos testemunhos. Afirma, por exemplo, ter se valido dos testemunhos de pessoas ligadas tanto a Olímpio Campos quanto a Fausto Cardoso e,

⁷⁶ CERTEAU, Michel. Op. cit., p. 107.

⁷⁷ Cupertino Dantas era bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, tendo obtido o título no ano de 1877. Quando deu publicidade à sua crônica sobre a revolta, ele tinha 88 anos de idade.

ainda, de pessoas que, segundo ele, seriam estranhas “às duas facções e aos seus manejos”. Nota-se aí uma pretensão de imparcialidade e um cuidado em cotejar informações provenientes de fontes diversas e até mesmo contraditórias. Informações que ele afirma terem sido “apanhadas na pureza de narrações espontâneas”⁷⁸. A preocupação do autor com as fontes e com o conteúdo verdadeiro dos relatos não o leva, porém, a se descuidar com a forma da narrativa. Assim, a despeito da modéstia professada quando revela “jamais ter aninhado vaidades e pretensões imbecis, de escrever para ser lido com deleite ou mesmo pouco fastio”⁷⁹, sua narrativa, repleta de malícia e suaves ironias, impressiona pela qualidade literária.

A partir de uma narrativa fluente, Cupertino Dantas procura apresentar como vão se manifestando as reações, sentimentos, expectativas, medos, esperanças, isto é, como vai sendo construído o imaginário da sociedade sergipana diante da agitação política do momento. Faz isso a partir do relato de algumas cenas que se passam no cotidiano de uma família. Ao longo desse itinerário narrativo, o autor oferece aos seus leitores a companhia de algumas personagens: o velho Sr. João Madureira, sua esposa D. Genoveva, sua filha Zizi e seu genro, o jovem Marcelo. Ocasionalmente, aparecem também as amigas de Zizi, “as irrequietas meninas Lemos”, meninas que possuíam, de acordo com Cupertino Dantas, “uma perpétua juventude na imutável escala dos 30 a 40”⁸⁰.

Mais do que a suave ironia utilizada para caracterizar as meninas Lemos, o que chama a atenção é o caráter de narrador onisciente que o autor revela no relato dessas cenas cotidianas. Seu relato – marcado por diversas caracterizações psicológicas, pela riqueza de detalhes e pela precisão dos diálogos entre as personagens – parece ir muito além do que as narrações espontâneas que ele afirma ter colhido lhe permitiriam saber. Teria o autor, tão preocupado com a objetividade e a verdade dos fatos históricos que narra, recorrido a elementos acentuadamente ficcionais que poderiam comprometer a confiabilidade de seus testemunhos e interpretações? O que haveria de real e/ou ficcional nas personagens e nos diálogos reconstituídos? Seria uma forma encontrada

⁷⁸ DANTAS, José Cupertino. Op. cit., p. 11.

⁷⁹ Id.

⁸⁰ Ibid., p. 13.

pelo autor para dar vazão à sua subjetividade, aos seus julgamentos mais íntimos? Essas são algumas questões instigantes, formuladas mais com o intuito de registrar um estranhamento do que com a pretensão de respondê-las.

É, pois, este estudo de características bastante peculiares que serve de matriz discursiva para as demais obras sobre a revolta. E isto não apenas pelos pormenores da narrativa, pelos eventos que são destacados e pelo pioneirismo da publicação, como também pelos aspectos da revolta que são problematizados. É com o texto de Cupertino que dialogam grande parte dos autores, sendo que alguns apenas extraem citações de sua narrativa, ao passo que outros retomam algumas de suas interpretações, corroborando-as ou polemizando-as e divergindo delas.

A principal polêmica envolvendo a revolta diz respeito aos motivos da visita de Fausto Cardoso a Sergipe: pretendia apenas agradecer pela vitória nas eleições e fundar um partido ou planejava também uma revolta para depor o governo? Tinha ele conhecimento do levante da polícia que se preparava?

Para Cupertino Dantas, a motivação de Fausto Cardoso ao viajar para Sergipe ia além da simples fundação do partido, pois seu intuito era depor o governo do Estado. O autor fundamenta esse entendimento referindo-se ao trecho final do discurso que Fausto Cardoso teria proferido em agradecimento à recepção que lhe foi preparada. No dia de sua chegada, Fausto Cardoso

Num surto de irrefreável arremesso patriótico, terminou a maravilhosa oração, concitando os sergipanos, que 'há longos anos sofriam o jugo humilhante de sátrapas ignorantes e brutalmente despóticos a unirem-se em libertadora revolta contra a prepotência truculenta, que envilecia os nossos brios; concitando-os ainda a se utilizarem das suas energias indomáveis, dos seus braços invencíveis, encaminhando-se consigo ao palácio, onde um governo inepto degradava o amado torrão natal, a terra que guardava, como relíquias sagradas, os restos saudosos dos nossos antepassados, para, em honra a Sergipe, expulsarem do governo o detentor que nos envergonhava e infelicitava. Marchemos, marchemos, bradou'⁸¹.

⁸¹ Ibid., p. 22.

O incitamento à revolta, na opinião de Cupertino Dantas, não era apenas retórica, mas sim o objetivo concreto de Fausto Cardoso, que teria afirmado “que se naquele lance tivesse encontrado meia dúzia de rapazes como os do Rio, que sabem com firmeza e coragem sustentar as convicções, teria imediatamente deposto o presidente”⁸². Para o autor, o fato de ter sido ovacionado pela população e, principalmente, o fato de contar com a suposta complacência do presidente da República concorreram para esse intuito de Fausto Cardoso, que, ao interpelar seus correligionários, teria ainda declarado: “pois não vêem que eu não viria executar o que projetamos se não estivesse garantido pelo meu grande amigo?... se não tivesse tido as seguranças que tive, aqui não estaria, que me exporia ao ridículo e os sacrificaria inutilmente”⁸³.

Como se sabe, a deposição do governo ocorreu poucos dias depois da chegada de Fausto Cardoso, num momento em que ele havia se retirado de capital para o interior. No entendimento de Cupertino Dantas a ida de Fausto Cardoso à sua cidade natal fazia parte dos planos da revolta e não passava de uma estratégia para afastar suspeitas e despistar as autoridades olimpistas.

Já Manoel Cabral Machado, num texto escrito por ocasião do cinquentenário da revolta, não é tão categórico ao tratar dessa questão. Considera que, por serem contraditórios os depoimentos, o motivo da viagem de Fausto Cardoso a Sergipe é um assunto a ser ainda esclarecido. Contudo, mesmo sem se posicionar de maneira explícita, o autor permite-nos inferir sua opinião a esse respeito, pois ao ver em Fausto Cardoso um homem para quem “a revolução é um gesto glorioso e necessário”⁸⁴, parece estar mais inclinado a aceitar a hipótese de que Fausto Cardoso tinha conhecimento da conspiração para depor o governo. Neste sentido, o autor endossa o argumento de que a retirada de Fausto Cardoso para o interior fazia parte da estratégia da revolta.

Uma interpretação diferente aparece na obra publicada na década de 1980 por Terezinha Oliva. Referindo-se aos comentários divergentes, veiculados na imprensa pouco antes da eclosão da revolta, sobre as razões da visita do deputado sergipano, a autora considera que “tudo se mistura em meio a palavras de significação pouco

⁸² Ibid., p. 23.

⁸³ Ibid., p. 30.

⁸⁴ MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 60.

precisa”⁸⁵. Discorda das interpretações segundo as quais o objetivo de Fausto Cardoso era depor o governo, pois considera pouco confiável que tenha havido incitamento à revolta e à deposição no discurso de Fausto Cardoso no dia de sua chegada, uma vez que Cupertino Dantas, ao relatá-lo, endossa “uma citação cuja fonte não menciona”. Desse modo, julga ser “mais verdadeira” a versão do jornal governista que atribuiu a Fausto Cardoso apenas a seguinte frase: “armai vossos braços e teremos o poder, lutaremos e venceremos”. De acordo ainda com o jornal: “dessas palavras muita coisa se inferiu, muitos planos, desde logo, se concertaram”⁸⁶. O entendimento da autora é que a fundação do partido era o objetivo precípua de Fausto Cardoso e que, desde então, por ser um defensor da legalidade, ele passou a conclamar seus correligionários para lutar “dentro da ordem e do direito”⁸⁷. O deputado teria encontrado uma revolta preparada pelos principais líderes políticos da oposição e logo percebido “a profunda falta de entrosamento entre o seu projeto político e os desejos imediatos dos chefes locais”⁸⁸. Assim, em virtude das ponderações de Fausto Cardoso diante dos planos da revolta, o golpe teria ocorrido à sua revelia. Com base num telegrama remetido por Fausto Cardoso ao presidente da Câmara dos Deputados e num artigo veiculado pelo jornal oposicionista, Terezinha Oliva entende que a revolta foi arquitetada apenas pelos chefes locais e que isto explicaria a moderação de Fausto Cardoso desde que eclodiu aquele movimento revoltoso.

Se há divergências no que diz respeito às interpretações sobre as intenções de Fausto Cardoso ao visitar Sergipe, o mesmo não ocorre em relação aos momentos da revolta que são privilegiados nas narrativas. Os historiadores fazem coro na narração de determinados acontecimentos e diálogos, o que se reflete no modo como estruturaram seus relatos, havendo uma nítida demarcação de três eventos principais: a chegada de Fausto Cardoso a Sergipe, a tomada do poder pelos oposicionistas e o desfecho da revolta. Mais do que os momentos que são enfatizados, os diálogos nos quais os historiadores se detêm, e que reproduzem em suas narrativas, concorrem para as

⁸⁵ OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 160.

⁸⁶ Ibid., p. 170.

⁸⁷ Ibid., p. 172.

⁸⁸ Ibid., p. 174.

significações construídas acerca da revolta e dos líderes políticos mortos em decorrência dela.

A chegada de Fausto Cardoso a Sergipe é amplamente descrita nas narrativas, sendo sempre destacada a grandiosidade, o caráter apoteótico, da festa organizada para recepcioná-lo. Da imponência da festa e da agitação das ruas em virtude da aguardada visita daquele que era tido na época como uma espécie de “libertador”⁸⁹, de “Messias”⁹⁰, de “capitão do povo”⁹¹, de “salvador de Sergipe”⁹², os historiadores passam a reproduzir um trecho do discurso proferido no chalé no dia de sua chegada, quando Fausto Cardoso

declarou ser aquele o dia mais feliz da sua atividade política; que tinha a ventura, chegando à terra amada, de encontrar amigos extremosos, prontos como ele ao sacrifício pela prosperidade do idolatrado Sergipe, por cuja libertação da negregada opressão, que o jugulava, empenhava todas as veras de su’alma, todas as audácias do seu patriotismo, oferecendo em holocausto ao seu ideal a sua própria vida, se preciso fosse⁹³.

Ao tratarem do momento da eclosão da revolta, os historiadores destacam outro discurso de Fausto Cardoso. Mais do que o levante da polícia, por meio do qual os revoltosos tomaram o poder, as narrativas fazem sobressair o retorno de Fausto Cardoso do interior para Aracaju e o seu diálogo com as autoridades depostas, das quais obteve as declarações de renúncia, tendo lhes oferecido, em contrapartida, garantias de vida. Os relatos informam que ao redor da Capitania dos Portos⁹⁴, local onde estavam refugiados os depostos, havia vários populares contrários ao governo com os ânimos exaltados e armados. Visando cumprir a palavra empenhada às autoridades olimpistas, Fausto Cardoso teria então se dirigido aos populares, fazendo-lhes repetir um juramento que

⁸⁹ DANTAS, José Cupertino. Op. cit., p. 15.

⁹⁰ DUARTE, José Côrtes. Op. cit., p. 11.

⁹¹ MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 60.

⁹² OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 177.

⁹³ DANTAS, José Cupertino. Op. cit., p. 23. Essa citação do discurso, em que Fausto Cardoso declara estar disposto a morrer pelo ideal de libertar Sergipe da opressão, é reproduzida também nas obras de MACHADO, Manoel Cabral, p. 80; e de OLIVA DE SOUZA, Terezinha, p. 170.

⁹⁴ Edilberto Campos afirma que, ao contrário do que informam as demais narrativas sobre a revolta, as autoridades depostas não ficaram asiladas na Capitania dos Portos, mas sim na própria residência do capitão Amintas Jorge. Afirma ainda que Fausto Cardoso só teria regressado a Aracaju na manhã do dia 11 de agosto e não na tarde do dia 10, como está registrado na maior parte das narrativas. CAMPOS, Edilberto. Se não me falha a memória..., p. 163.

ficou conhecido como “juramento da paz”. Seriam os seguintes os termos desse juramento:

Juro que não praticarei ato algum violento, nem consentirei que alguém o pratique. Juro que respeitarei a vida e a pessoa dos meus adversários defendendo-os como coisas sagradas, castigando a quem os ofender, porque é de paz a nossa missão, e para a tolerância e para o perdão a nossa vitória⁹⁵.

Embora o discurso do dia da chegada e o juramento da paz sejam muito referidos, eles nem de longe podem ser comparados às falas atribuídas a Fausto Cardoso no dia em que se deu o desfecho da revolta. Estas últimas são reproduzidas em quase todas as narrativas historiográficas. O desfile das frases do líder da oposição começa já durante o diálogo travado entre ele e o general Firmino Rego, quando este foi comunicar a decisão do Congresso Nacional de repor os governantes olimpistas. Tentando dissuadir o general do Exército, Fausto Cardoso teria afirmado que aquela era “a reposição do regime da desonestidade, do monopólio, da mentira e da tirania”⁹⁶; que o general iria “infelicitar esta terra, entregando o povo a seus opressores”⁹⁷; e, arrematando a sua argumentação, disse a Firmino Rego que “o Governo que salta por cima do cadáver de Mato Grosso e recua diante do caso jurídico de Sergipe não deve ser obedecido. Vá comandar a sua tropa e eu irei morrer na praça pública defendendo a honra de minha terra”⁹⁸.

No momento em que decidiu partir do chalé em direção ao Palácio do Governo para tentar impedir a reposição, Fausto Cardoso ter-se-ia dirigido a alguns companheiros, afirmando: “o Palácio é dos sergipanos, siga quem quer morrer comigo”⁹⁹. As narrativas descrevem com detalhes o instante em que, após alguns amigos terem tentado contê-lo, Fausto Cardoso saiu para o Palácio “agitando o chapéu freneticamente”¹⁰⁰. Estava “elegantemente trajado, num jaquetão verde de quadros, chapéu Chile à mão, rosto

⁹⁵ MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 85. O juramento da paz também é citado na obra de OLIVA DE SOUZA, Terezinha, p. 184; e apenas referido na obra de DANTAS, José Cupertino, p. 34.

⁹⁶ CALASANS, José. Op. cit., p. 22.

⁹⁷ DUARTE, José Côrtes. Op. cit., p. 16.

⁹⁸ MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 90; CALASANS, José. Op. cit., p. 22; DUARTE, José Côrtes. Op. cit., p. 16; OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 206.

⁹⁹ OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 207. Com a modificação, supressão ou acréscimo de uma ou outra palavra – o que, por sua vez, não altera o sentido da frase –, essa citação está presente também em: CALASANS, José. Op. cit., p. 22; DANTAS, José Cupertino, p. 55; MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 91.

¹⁰⁰ DANTAS, José Cupertino, p. 55.

afogueado, mãos e gestos nervosos”¹⁰¹. Tão logo Fausto Cardoso e alguns companheiros chegaram ao Palácio do Governo, o general Firmino Rego deu ordens para que o local fosse evacuado. Ali o grupo desarmado seria expulso a tiros pela tropa do Exército. Fausto Cardoso que já tinha uma das mãos alvejada por um tiro, “descia as escadas, levado pelo ajudante-de-ordens do general, o tenente Franco, e assistia à morte de Nicolau Albino do Nascimento, que se lhe pusera à frente, recebendo tiros e golpes de baioneta”¹⁰². Já na praça, em frente ao Palácio, Fausto Cardoso “dirigiu-se destemido aos soldados, numa apóstrofe veemente: ‘miseráveis, Exército de bandidos, covardes, atirem, matem um representante da Nação’”¹⁰³. Da tropa do Exército partiu um único tiro, atingindo-o no ventre e fazendo-o cair. Imediatamente, um de seus filhos e alguns amigos socorreram-no e levaram-no de volta ao chalé. “A caminho do chalé, agonizante, Fausto Cardoso não perdia a postura heróica. Ao beber água, nos braços dos companheiros erguia um último brinde: ‘bebo à alma de Sergipe’. Meia hora depois expirava”¹⁰⁴.

Após a morte de Fausto Cardoso surgiram versões as mais diversas sobre o seu assassinato. Entre os faustistas passou a circular a versão, nada fundamentada, de que teria partido de um olimpista a ordem do disparo¹⁰⁵. Entre os olimpistas, houve inicialmente um esforço das autoridades restituídas para inocentar o seu próprio governo e isentar de responsabilidades o general interventor e seus subordinados. Para isso, tanto o presidente do Estado, em sua mensagem à Assembléia Legislativa, quanto o general do Exército, em telegrama ao presidente da República, passaram a sustentar a versão, também pouco consistente, de que o disparo foi casual e que teria ocorrido quando um soldado “levava a arma ao ombro”¹⁰⁶, atingindo acidentalmente Fausto Cardoso. Depois os olimpistas passaram a atribuir o desfecho sangrento da revolta ao desespero, à insensatez, aos desvarios de Fausto Cardoso. Desse modo, “aquilo que para os faustistas foi o gesto heróico de seu líder o órgão governista considera a atitude de um tresloucado

¹⁰¹ MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 91.

¹⁰² OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 211.

¹⁰³ DANTAS, José Cupertino, p. 56; OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 211.

¹⁰⁴ OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 212. A referência à frase do brinde – “bebo à alma de Sergipe” – está presente também em: DANTAS, José Cupertino, p. 56; CALASANS, José. Op. cit., p. 23; MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 92; DUARTE, José Côrtes. Op. cit., p. 18.

¹⁰⁵ DANTAS, José Cupertino, p. 56.

¹⁰⁶ OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 209 e 213.

suicida, um aventureiro vulgar”¹⁰⁷. Interpretando o episódio, Terezinha Oliva considera que os últimos gestos de Fausto Cardoso

foram ainda os de quem confiava na força do Direito, no respeito que deveria inspirar sua condição de representante do povo, na força de idéias que considerava como as melhores para o futuro de seu Estado, mas foram também, antes que manifestações de paranóia, fruto do desencanto, do desespero de quem via ruir por terra todas as esperanças, tudo aquilo em que acreditara, de quem finalmente via terem sido vão todos os esforços pela moderação, pelo respeito às vidas e propriedades dos adversários¹⁰⁸.

O fato é que, em meio às muitas versões, nunca foi apurada a autoria do assassinato de Fausto Cardoso¹⁰⁹, nem sequer foi apontado o nome do soldado que alegaram ter efetuado o disparo acidental. Assim, em virtude da impunidade em que ficou o crime e por considerarem os olimpistas culpados ou pelo menos cúmplices¹¹⁰ do assassinato de Fausto Cardoso, os faustistas justificaram politicamente o assassinato de Olímpio Campos.

Ao tratarem do assassinato de Olímpio Campos, os historiadores são unânimes quanto à injustiça cometida pelos filhos de Fausto Cardoso, pois consideram que Olímpio Campos não tinha culpa alguma na morte do líder oposicionista. Neste sentido, assinalam em seus relatos a crueldade de um crime cometido contra um inocente. Contudo, um aspecto digno de nota é o modo contrastante como as mortes dos dois políticos em

¹⁰⁷ Ibid., p. 211.

¹⁰⁸ Ibid., p. 207.

¹⁰⁹ Para Cupertino Dantas, “o crime do autor do disparo estava perfeitamente individualizado; não foi um crime coletivo; só houve, às claras, debaixo dos olhos das pessoas que estavam próximas à fila dos soldados, pessoas essas que apontavam o assassino, o qual agiu à face dos seus superiores; e entretanto esse crime monstruoso ficou impune”. Cf.: DANTAS, José Cupertino. Op. cit., p. 62. Manoel Cabral Machado, ao refletir sobre quem teria atirado em Fausto Cardoso, conclui: “evidentemente um dos soldados e o fizera com *‘animus necandi’* numa reação às ofensas. Claro que houve um crime simples, sem co-autores, embora as paixões do tempo ampliassem a responsabilidade, atingindo até a pessoa do Monsenhor. Soldados estranhos ao meio não seriam instrumentos dos ódios locais. O criminoso agiu, portanto, por conta própria e a seu próprio interesse, a fim de vingar os ataques”. Cf.: MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 93. Sobre esse assunto, Edilberto Campos acrescenta uma informação importante extraída do depoimento de Francisco d’Ávila Garcez – deputado estadual na época da revolta – que, em 1951, teria lhe confessado que ouviu do próprio ajudante-de-ordens do general – o tenente Franco – que “fora ele mesmo quem deu o tiro, em revide aos insultos lançados ao Exército pelo Dr. Fausto”. Cf.: CAMPOS, Edilberto. Op. cit., p. 169.

¹¹⁰ Após a restituição dos olimpistas no poder, uma moção da Assembléia Legislativa congratulando o general Firmino Rego pela reposição aumentou ainda mais os ressentimentos e conclusões precipitadas dos faustistas. DANTAS, José Cupertino. Op. cit., p. 62.

questão são tratadas pela historiografia. Enquanto a morte de Olímpio Campos é apenas brevemente mencionada na reta final das narrativas, a morte de Fausto Cardoso consiste no ponto alto da maioria dos relatos, chegando-se a ver nela, por exemplo, “a grandeza do ato final de uma tragédia”¹¹¹.

A partir dos relatos dos principais momentos da revolta e da reprodução dos diálogos e falas, evidencia-se o que, em certa medida, já está sinalizado nos próprios títulos das obras: Fausto Cardoso ocupa o papel de maior destaque na maioria das narrativas historiográficas. E se ele é o personagem central, a sua morte é tratada pelos historiadores como a principal cena da revolta, ganhando nos escritos cores épicas. Então se a revolta é considerada, como diz Manoel Cabral Machado, “a única página de romantismo político da história sergipana”¹¹² é porque coube a Fausto Cardoso ser a “legenda romântica”¹¹³, coube a ele ser o “símbolo de todo um romantismo político. De toda aspiração idealista, dos que se batem contra a tirania. Dos que desejam o progresso e o perfeccionismo social”¹¹⁴.

O entendimento de que Fausto Cardoso era um idealista é compartilhado por praticamente todos os historiadores que estudam a revolta – Cupertino Dantas, José Calasans, Manoel Cabral Machado, José Côrtes Duarte, Terezinha Oliva, Ibarê Dantas. Em mais de um de seus estudos, Terezinha Oliva destacou a crença que Fausto Cardoso tinha no poder das idéias, pois era a partir delas que ele buscava pautar sua atuação na vida pública, concebendo a “atividade política como atividade intelectual ou luta pelas idéias”¹¹⁵. Também Cupertino Dantas, ao refletir sobre a atuação política de Fausto Cardoso, considera que “os impulsos do seu espírito referto de doutrinas filosóficas e sociológicas adiantadas, inspiravam-lhe práticas governamentais”¹¹⁶. Ao lado do idealismo, os historiadores destacam em Fausto Cardoso sua falta de experiência e de

¹¹¹ OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 211.

¹¹² MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 72. Ao narrar a cena do juramento da paz, o autor considera que Fausto Cardoso agiu “como vencedor romântico e cavalheiresco”, op. cit., p. 84.

¹¹³ Ibid., p. 70.

¹¹⁴ Ibid., p. 93.

¹¹⁵ OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Fausto Cardoso, um tobiático na política..., p. 112. Sobre o papel das idéias na atuação política de Fausto Cardoso, ver também, da mesma autora: Fausto Cardoso: as idéias de um líder..., p. 89-123; Impasses do federalismo brasileiro..., p. 115-151.

¹¹⁶ DANTAS, José Cupertino. Op. cit., p. 49.

habilidade política, o fato de ser mais teórico que prático, de faltar-lhe “a percepção necessária da realidade em sua volta”¹¹⁷, de ser precipitado.

Contudo, a falta de tino político não teria impedido Fausto Cardoso de tornar-se um líder “popular” e “carismático”¹¹⁸. As narrativas dão conta de que se tratava de um homem de “cultura poliédrica”¹¹⁹, de um intelectual que havia se notabilizado pelo talento e brilhantismo como orador. Afirma-se que “era um orador completo, de vasta erudição, com que enriquecia os pensamentos, imaginação ferosa, numa dicção que enfeitava, com uma expressão fisionômica, que atraía e empolgava”¹²⁰. Alguns autores chegam a compará-lo a “Cícero”¹²¹, “Demóstenes”¹²² e até mesmo a considerá-lo como “Danton traduzido em língua nacional”¹²³. Além disso, Fausto Cardoso é amplamente caracterizado nas narrativas como um homem de temperamento arrebatado, impulsivo, irreverente. Reunindo todas essas características apresentadas, Fausto Cardoso foi o responsável pelas tonalidades épicas do movimento revoltoso ou, pelo menos, o personagem que permitiu aos historiadores narrarem a revolta como “a epopéia sergipana”¹²⁴. E nessa epopéia, coube a ele ser o “mártir de uma causa”¹²⁵, sacrificando-se e morrendo como um herói¹²⁶.

Nos relatos historiográficos dessa “epopéia” há um evidente contraste nos modos como Fausto Cardoso e os líderes políticos locais são representados. Enquanto Fausto Cardoso aparece como “o chefe, o caudilho, o guia”¹²⁷ que foi sacrificado por um ideal, os demais políticos locais figuram como não sendo dignos desse sacrifício. Terezinha Oliva,

¹¹⁷ Ibid., p. 50.

¹¹⁸ OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 169 e 216.

¹¹⁹ LIMA, Zózimo. Op. cit., p. 86.

¹²⁰ DANTAS, José Cupertino. Op. cit., p. 22.

¹²¹ DUARTE, José Côrtes. Op. cit., p. 9.

¹²² MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 63.

¹²³ CALASANS, José. Op. cit., p. 21.

¹²⁴ Ibid., p. 20.

¹²⁵ Ibid., p. 22.

¹²⁶ Fausto Cardoso é representado como herói por: DANTAS, José Cupertino. Op. cit., p. 56 e 60; CALASANS, José. Op. cit., p. 22; MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 92 e 96; DUARTE, José Côrtes. Op. cit., p. 17, 18 e 21; OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 151 e 212.

¹²⁷ CALASANS, José. Op. cit., p. 20.

por exemplo, chama a atenção para “a distância que havia entre os altos ideais propugnados por Fausto Cardoso e os interesses pessoais da velha política de desforras e violência”¹²⁸. Contudo, quem tece as mais fortes críticas aos chefes políticos locais, como de resto à política da época, é Cupertino Dantas, que repudia o personalismo com que era tratada a política, revelando indignação com o fato de os políticos pautarem suas ações pelos jogos de interesses e conveniências pessoais. A propósito dessas conveniências de momento, o autor refere-se aos vira-casacas que até o dia 9 de agosto eram olimpistas e que com a eclosão da revolta, no dia 10, tornaram-se os mais fervorosos faustistas. Durante a revolta, porém, a partir do momento em que se passou a dar como certos a reposição dos governantes e o fracasso dos rebeldes, “os adesistas da última hora, mais do que apressados, só faltavam arrancar os cabelos, sem saberem como poderiam recompor a antiga cara de olimpistas”¹²⁹. A essa altura passaram a render elogios à figura de Olímpio Campos, celebrando-lhe “nos termos mais encomiásticos, a serenidade e o tino de estadista”, ao passo que Fausto Cardoso já era considerado por alguns dos adesistas como “desastrado sonhador”¹³⁰. Destacando a corrupção de valores na política, Cupertino Dantas entende que os correligionários de Fausto Cardoso eram movidos pelo interesse de obter posições de mando, empregos públicos e outras vantagens próprias da politicagem praticada na época e que, por isso, utilizavam Fausto Cardoso a serviço de seus desejos pessoais e imediatos de mando¹³¹.

As significações construídas em torno da memória de Fausto Cardoso são ainda mais consagradas quando se considera outro contraste. Desta vez, evidenciado pelo modo como Olímpio Campos, seu principal adversário político, é representado. Em geral, as narrativas apresentam-no como um político hábil, astuto, experimentado, de senso prático, mas, ao mesmo tempo, como uma figura prepotente e autoritária. Reunindo essas características, ele teria construído um grande poderio político, tornando-se “o mais importante político sergipano nas duas primeiras décadas republicanas”¹³² e

¹²⁸ OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 217.

¹²⁹ DANTAS, José Cupertino. Op. cit., p. 46.

¹³⁰ Ibid., p. 49.

¹³¹ Ibid., p. 40. Essa interpretação está presente também em: OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 166, 167 e 171.

¹³² OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 65.

passando a controlar, na condição de líder do grupo situacionista, a política estadual. Suas práticas políticas são, contudo, criticadas na maioria das narrativas sobre a revolta. As ações políticas de Olímpio Campos e dos governantes que agiam sob sua orientação são condenadas pelo caráter autocrático, “pelo partidarismo estreito e absorvente”¹³³ e pelos “atos de força e prepotência, de quem se julgava superior às leis e forte bastante para dominar as veleidades de independência e liberdade de pensar, que esporadicamente irrompiam”¹³⁴. Em relação à política olimpista, é Cupertino Dantas quem, entre os historiadores da revolta, faz a crítica mais contundente. Essa crítica é precedida por uma ressalva, quando reconhece que

o Monsenhor [Olímpio Campos] jamais se desviou das normas usuais dos governos da República, procedendo justamente da mesma forma que os seus antecessores, seguindo-lhes o exemplo, como um preceito de que nenhum administrador deve fugir, variando apenas as circunstâncias e os efeitos, segundo a especialidade de cada ocorrência e a diversidade de cada época.

Entretanto, essa ressalva feita por Cupertino Dantas não isenta Olímpio Campos nem anula a crítica, pois ele entende que

se não sairmos da esfera onde imperam os princípios democráticos, não deixaremos de estigmatizar os seus processos políticos, porque como os seus antecessores, o seu governo e o dos que obedeciam à sua orientação ostensiva, deixavam que as preocupações, que inelutavelmente deviam ter pela boa administração, pelo bem público, pela observância e aplicação dos princípios do justo e do honesto, fossem desviadas, deturpadas pela influência de corrilhos, pelos exclusivos interesses de sua grei, pelas sugestões do mandonismo. Questão de moral política¹³⁵.

Edilberto Campos, por sua vez, não endossa a crítica, mas insiste na ressalva, argumentando que as práticas políticas que são censuradas nos governantes olimpistas não lhes eram exclusivas, uma vez que “a prepotência e a perseguição de que se queixavam os partidários da revolta já eram instituições anteriores à tão falada

¹³³ Ibid., p. 111.

¹³⁴ DANTAS, José Cupertino. Op. cit., p. 19.

¹³⁵ Ibid., p. 25.

onipotência do padre Olímpio”¹³⁶. Numa perspectiva semelhante, Ibarê Dantas considera inapropriada a forma como os historiadores têm apresentado Olímpio Campos, ou seja, “como uma espécie de vilão”¹³⁷ e aponta para a necessidade de se compreender melhor a trajetória do político sergipano, bem como as disputas nas quais ele esteve envolvido.

Contudo – apesar das referidas ponderações e ressalvas, e excetuando-se os textos¹³⁸ que tematizaram apenas a figura de Olímpio Campos –, no conjunto das narrativas sobre a revolta, ao contrário do que ocorre com Fausto Cardoso, as representações construídas em torno de Olímpio Campos são predominantemente negativas.

Em consonância com as representações construídas acerca da figura de Fausto Cardoso, de seus correligionários e da figura de Olímpio Campos estão as visões que os autores têm da revolta. Num aspecto os historiadores são unânimes: em considerar a revolta como uma tragédia. Já no que diz respeito às interpretações, há algumas divergências. Em relação às explicações sobre a revolta – bem como à falta delas em alguns textos –, é preciso que se tenha em mente o caráter essencialmente heterogêneo das obras, que apresentam diferentes características e pretensões analíticas.

Cupertino Dantas, autor do primeiro estudo publicado sobre o movimento revoltoso, centra sua narrativa nos personagens e embora não se detenha em buscar explicações para a revolta, entende que ela não passou de uma luta pelo poder, motivada pelo desejo dos chefes opositores de obterem posições de mando, os quais exploraram o idealismo de Fausto Cardoso para concretizarem seus interesses pessoais.

Uma interpretação diferente é dada por José Calasans. Em seu texto, que foi originalmente um discurso pronunciado a 28 de agosto de 1938, no Centro Estudantil de Sergipe, o autor considera que a revolta “não foi, apenas, um embate político-partidário; muito menos ainda, simples luta pessoal entre Fausto e Olímpio. Foi principalmente, um choque de mentalidades. O livre pensamento contra o dogma. Liberdade versus

¹³⁶ CAMPOS, Edilberto. Op. cit., p. 160.

¹³⁷ DANTAS, José Ibarê Costa. A trajetória política de Olímpio de Souza Campos..., p. 225.

¹³⁸ Refiro-me aqui aos textos contidos na edição especial da Revista de Aracaju – já citados neste capítulo na nota 16 –, que não analisam a revolta, mas sim determinados aspectos da trajetória de vida de Olímpio Campos.

caciquismo”¹³⁹. Para ele, a revolta teve uma base doutrinária e foi preparada por bacharéis idealistas egressos da Faculdade de Direito do Recife e da Escola Militar da Praia Vermelha. Seu entendimento é que a situação do país, as inimizades pessoais e as intrigas partidárias apenas completaram o quadro¹⁴⁰.

Num texto escrito por ocasião do cinquentenário da revolta, Manoel Cabral Machado endossa a interpretação de José Calasans, entendendo que a revolta foi motivada por seu conteúdo ideológico. Para o autor, com a revolta comandada por Fausto Cardoso “tudo foi diferente”, pois

Até então, os movimentos políticos em Sergipe limitavam-se à simples conquista do poder. Visavam mudar os homens de governo e não substituir idéias. Eram embates de facções e jamais conflitos de mentalidades, de aspirações e de programas... Foram, todas, portanto, simples tentativas de substituição de homens e facções¹⁴¹.

Para Manoel Cabral Machado, o conflito de mentalidades manifestou-se porque enquanto Fausto Cardoso encarnava “o espírito da revolução” e representava a renovação, a mudança radical, Olímpio Campos, por sua vez, traduzia o “ideal contrário”, representava “o espírito conservador”, a “contra-revolução”¹⁴². Desse modo, o autor conclui que a revolta foi “no fundo, um cansaço da política conservadora, um conflito de gerações, um antagonismo de escolas filosóficas, ‘o livre pensamento contra o dogma’”¹⁴³.

Há outros autores que, ao contrário de José Calasans e Manoel Cabral Machado, não vêem a revolta de 1906 como uma revolução. Edilberto Campos – num texto que faz comentários à obra de Cupertino Dantas “com o desejo de completar ou esclarecer alguns episódios”¹⁴⁴ e que, assim como a obra de Manoel Cabral Machado, foi escrito

¹³⁹ CALASANS, José. Op. cit., p. 19.

¹⁴⁰ Ibid., p. 19-20.

¹⁴¹ MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 72.

¹⁴² Ibid., p. 59.

¹⁴³ Ibid., p. 76.

¹⁴⁴ CAMPOS, Edilberto. Op. cit. p. 153. Em seu texto, Edilberto Campos preocupa-se em reabilitar as imagens de Guilherme e Olímpio Campos, dos quais era, respectivamente, filho e sobrinho. Embora dedique algumas páginas a fornecer informações biográficas sobre a família Campos, a parte substancial de sua narrativa é dedicada a comentar que ele faz de cada um dos 48 pequenos capítulos da obra de

também nas proximidades dos cinquenta anos da revolta – vê o movimento revoltoso como a tentativa de concretizar pretensões pessoais de poder, definindo-o como uma “patriotada espetacular, evidentemente de fundo egoístico”¹⁴⁵. Além disso, identifica nos discursos de Fausto Cardoso “chavões de alta eloquência demagógica”¹⁴⁶ e opõe-se à idéia de que a revolta pudesse efetivar mudanças na política estadual. Neste sentido, aludindo à indicação do padre Leonardo Dantas para a presidência do diretório do Partido Progressista, Edilberto Campos faz um comentário breve, subliminar, mas bastante expressivo de sua opinião sobre a exeqüibilidade das mudanças anunciadas pelos opositores de Olímpio Campos: “não deixava de ser interessante, padre contra padre na chefia”¹⁴⁷.

Não adotando definições iconoclastas como a de Edilberto Campos, mas opondo-se também ao caráter revolucionário atribuído à revolta estão os trabalhos de Ibarê Dantas e Terezinha Oliva. Inicialmente referindo-se à revolta de 1906 de maneira retrospectiva numa obra que tem como objeto de estudo o movimento tenentista em Sergipe e, depois, retomando a interpretação numa obra de síntese da História de Sergipe, Ibarê Dantas não vislumbra transformações significativas a serem implementadas pelos rebeldes, vendo na revolta apenas a luta para por um fim à dominação olimpista e alcançar o poder¹⁴⁸. Neste mesmo sentido vai a interpretação de Terezinha Oliva. Em sua obra – que foi originalmente a sua dissertação de mestrado e que consiste no estudo mais abrangente sobre a revolta –, a autora argumenta que não havia nada de revolucionário na proposta oposicionista, não havia um programa político consistente, jamais se indicava soluções concretas para aquilo que era objeto de crítica.

Cupertino Dantas. O esforço principal de Edilberto Campos é combater as acusações de “mole”, “fraco”, “medroso” que eram feitas contra seu pai – e às quais Cupertino Dantas faz referência em sua obra. Numa parte de seu texto intitulada “Nem moleirão nem maricas”, Edilberto Campos argumenta que Guilherme Campos, seu pai, não tinha nenhuma dessas qualidades negativas que lhe eram atribuídas por alguns amigos e por adversários. Contra a acusação de que o pai era medroso, o autor faz referência ao pulso forte com que Guilherme Campos, depois da morte de Monsenhor Olímpio, contornou as brigas e disputas entre os partidários do olimpismo por cadeiras na Assembléia. Refere-se ainda a um episódio em que, mais tarde, ocupando o cargo de Senador, Guilherme Campos teria enfrentado Pinheiro Machado, recusando um pedido para que votasse a seu favor num determinado projeto.

¹⁴⁵ Ibid., p. 175.

¹⁴⁶ Ibid., p. 157.

¹⁴⁷ Ibid., p. 162.

¹⁴⁸ DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe...**, p. 27; **História de Sergipe: República...**, p. 32-34.

Além disso, considera que os chefes políticos locais utilizavam o idealismo de Fausto Cardoso a serviço de seus interesses pessoais, estando motivados apenas pelo “desejo de poder pelo poder, sem pretensões de mudança”¹⁴⁹, ao tempo em que questiona o alcance das idéias de Fausto Cardoso na condução do movimento. Para Terezinha Oliva, não se deve atribuir a essa luta pelo poder um caráter revolucionário, uma vez que os revoltosos não pretendiam alterar a ordem oligárquica. Desse modo, conclui que

O que se queria, pois, empreender era antes uma correção que uma transformação... O assalto ao poder revela uma tentativa de mudar em bloco o grupo palaciano e, por conseqüência, seus agentes, os partidários do olimpismo... Achavam que o mal estava nas pessoas e, por isso, desejavam substituí-las, promovendo novo arranjo do pacto coronelista e alijando velhos coronéis conservadores¹⁵⁰.

Considerando-se em conjunto as narrativas historiográficas, é possível identificar a existência de duas linhas interpretativas bem distintas sobre a revolta. Uma delas, presente nas interpretações de José Calasans e Manoel Cabral Machado, advoga que a revolta estava apoiada em bases doutrinárias e teve motivações ideológicas, defendendo a idéia de que se trataria de uma revolução. Sustentada pelos demais autores – ainda que com nuances entre si – a linha interpretativa predominante entende que, a despeito do reconhecido idealismo de Fausto Cardoso, a revolta consistiu numa luta em que os opositoristas tencionavam apenas substituir a facção que detinha o poder e assumir o controle do governo estadual, ocupando posições de mando e obtendo outras benesses políticas.

Tomando-se ainda em conjunto essas narrativas, é possível perceber também a existência de correlações entre a escrita da história sobre a revolta e os seus lugares de produção. Conforme foi dito, a maior parte dessa escrita da história está associada ao IHGS e, embora as obras não obedeçam necessariamente a fórmulas herméticas, notam-se nelas algumas características próprias da historiografia da ‘Casa de Sergipe’. A começar pela formação acadêmica dos autores que, em consonância com os intelectuais sergipanos da primeira metade do século XX, eram majoritariamente bacharéis em Direito – como é o caso de Cupertino Dantas, José Calasans e Manoel Cabral Machado –

¹⁴⁹ OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 101.

¹⁵⁰ Ibid., p. 243.

e, em menor escala, em Medicina – a exemplo de Edilberto Campos, havendo também aqueles que profissionalmente se dedicavam aos negócios, mas que ao mesmo tempo se dedicavam ao cultivo das letras – como é o caso de José Côrtes Duarte. Só quando o lócus dessa produção historiográfica passou a ser o Departamento de História da UFS é que a revolta passou a ser estudada por historiadores de formação através das obras de Terezinha Oliva – que à época era graduada e mestre em História – e de Ibarê Dantas – graduado em História e mestre em Ciência Política. Mesmo assim, convém reiterar que esses historiadores atuavam também no âmbito do IHGS e veiculavam boa parte de sua produção na *Revista do Instituto*.

Outra característica dessa escrita da história que está relacionada com as práticas do IHGS diz respeito à história de caráter comemorativo cuja produção é impulsionada pelas efemérides. Foi assim com o texto de José Calasans – originalmente um discurso, prática comum aos intelectuais ligados ao IHGS – que foi produzido em 28 de agosto de 1938, ou seja, no aniversário de 32 anos da revolta. Também foram estimulados pelas efemérides os textos contidos no número especial da *Revista de Aracaju*¹⁵¹ em comemoração ao centenário de nascimento de Olímpio Campos, bem como os textos produzidos por Manoel Cabral Machado e Edilberto Campos por ocasião da passagem do cinqüentenário da revolta.

A historiografia sobre a revolta tem ainda como traço marcante a preocupação em firmar a verdade dos fatos históricos e em narrá-los de maneira objetiva. Essa preocupação aparece de maneira mais explícita na obra de Cupertino Dantas, mas está presente também em algumas das outras narrativas. Contudo, a maior parte dos estudos, apesar da pretensa objetividade/neutralidade, traz consigo a marca do envolvimento passional, concentrando a narrativa na figura dos dois líderes políticos assassinados e construindo em torno deles, conforme foi visto, representações não apenas diferentes, mas principalmente antagônicas. Desse modo, esses estudos produzidos no âmbito do IHGS estão em consonância com a idéia de que o que rege a experiência histórica são as vontades humanas ou, mais precisamente, os vícios e as virtudes de cada personagem enfocado. Escrevendo num momento posterior e a partir de outro lugar de produção,

¹⁵¹ A *Revista de Aracaju* – publicação ainda em circulação, embora com periodicidade irregular – foi criada por intelectuais ligados ao IHGS e passou a ser um importante veículo de divulgação de seus escritos.

Terezinha Oliva busca minimizar a importância do papel dos indivíduos, centrando a interpretação nas estruturas e explicando a revolta em virtude da ordem oligárquica e da política coronelista. Apesar disso, há uma tensão na sua obra que se manifesta pelo destaque dado à figura de Fausto Cardoso e às suas virtudes.

Os vícios e virtudes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos constituem a tônica das narrativas historiográficas sobre a revolta. Assim, considerando que a historiografia constrói túmulos escriturários para os mortos, podemos concluir, diante dos túmulos dos dois políticos em questão, que o epitáfio dedicado a Fausto Cardoso é mais honroso e consagrador.

Capítulo 2 - As biografias: monumentos narrativos às memórias de Fausto Cardoso e Olímpio Campos

No processo de construção das memórias de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, as narrativas biográficas desempenharam um importante papel, constituindo-se em verdadeiros empreendimentos de monumentalização ao exaltarem as virtudes desses dois homens ilustres. Suas trajetórias de vida despertaram o interesse de diferentes autores e foram apresentadas em relatos também diversos. Neste estudo, porém, o foco da análise incidirá sobre duas biografias: *Fausto Cardoso – escorço biográfico*¹⁵², de autoria de Moreno Brandão, e *Olímpio Campos perante a história*¹⁵³, de autoria do padre Antônio Carmelo.

Essas biografias são marcadas pelo pioneirismo de suas publicações, por terem sido produzidas com o explícito propósito de render homenagens aos seus biografados e por se constituírem em matrizes discursivas para as outras sínteses biográficas posteriormente elaboradas¹⁵⁴. A análise das representações construídas em torno das figuras de Fausto Cardoso e Olímpio Campos está centrada, portanto, nessas duas biografias fundadoras. Os demais relatos biográficos, por repetirem quase que inalteradamente as matrizes discursivas das obras de Moreno Brandão e de Antônio

¹⁵² BRANDÃO, Moreno. **Fausto Cardoso – escorço biográfico**. Penedo-AL: Tipografia de Carvalho Filho, 1909.

¹⁵³ CARMELO, Antônio. **Olímpio Campos perante a história**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Gomes, Irmãos & Cia, 1910. [As citações feitas neste capítulo baseiam-se na paginação da segunda edição dessa obra: Aracaju: SCESE, 2005].

¹⁵⁴ Sobre Olímpio Campos foram consultadas as sínteses biográficas presentes nos seguintes textos publicados na **Revista de Aracaju** (n. 5, 1954): SANTIAGO, Enoch. Centenário de Monsenhor Olímpio Campos..., p. 7-32; RIBEIRO, J. Freire. 1º centenário de Olímpio Campos..., p. 33-35; FONSECA, Domingos. Monsenhor Olímpio Campos – professor da Escola Normal..., p. 37-41; WYNNE, J. Pires. Um chefe político..., p. 43-48; GOMES, Fernando. Homenagem da Diocese ao Monsenhor Olímpio Campos..., p. 49-50; PRATA, Gervásio de Carvalho. Discurso: Olímpio Campos na história de Sergipe..., p. 51-92; MAYNARD, Jorge Campos. Discurso..., p. 93-96. Além desses textos presentes na Revista de Aracaju, foram consultados ainda: DÓRIA, Epifânio. Monsenhor Olímpio Campos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 16, n. 21, p. 107-112, 1951-1954 e GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Dicionário biobibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 445-446. Sobre Fausto Cardoso foram consultadas as sínteses biográficas presentes nas seguintes obras: MACHADO, Manoel Cabral. A tragédia de Fausto Cardoso. **Revista de Aracaju**, n. 6, p. 59-96, 1957; GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. Op. cit., p. 152-156; OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Fausto Cardoso: as idéias de um líder. In: **Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 115-151; ROLLEMBERG, Francisco. Introdução. In: **Perfis parlamentares – Fausto Cardoso**. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1987, p. 19-112 (Coleção Perfis Parlamentares; 31).

Carmelo, desempenharam um papel acessório nesta análise, apenas sendo referenciados pelo que apresentaram de informações complementares, originais e/ou divergentes em relação às biografias principais.

Entre as obras de Moreno Brandão e Antônio Carmelo há, obviamente, peculiaridades, diferenças, mas há também características semelhantes, comuns a ambas. Algumas das diferenças parecem ser decorrentes da extensão dos textos. A obra de Moreno Brandão consiste num esboço biográfico, no qual a trajetória de Fausto Cardoso é apresentada de maneira sintética pelas exíguas 34 páginas que compõem o texto. Já a obra de Antônio Carmelo consiste numa extensa biografia de 201 páginas, em que a trajetória de Olímpio Campos é narrada de modo mais detalhado, onde há espaço para várias citações de documentos e para longos comentários do autor, que, em algumas passagens de seu texto, jacta-se de ter sido amigo de Olímpio Campos.

O pertencimento social dos autores é outro aspecto importante a ser considerado. O enredamento entre biógrafo e biografado é, aliás, uma característica comum neste tipo de obra. Antônio Carmelo também era um padre sergipano, que, assim como seu biografado, havia cursado Ciências Eclesiásticas no Seminário da Bahia e que, em consonância com uma característica da ala dos ultramontanos, também possuía certo pendor para a política. Depois de ter exercido a atividade paroquial em várias freguesias da arquidiocese da Bahia, o biógrafo mudou-se para um município do interior de São Paulo, onde exerceu, concomitantemente, as funções de padre e o cargo de intendente municipal. Transferindo-se em seguida para o Rio de Janeiro, onde se dedicou ao magistério e à atividade paroquial, Antônio Carmelo costumava recepcionar Olímpio Campos, quando este desembarcava na cidade, e acompanhá-lo em algumas sessões do Senado. Continuando a viver no Rio de Janeiro, tornou-se, mais tarde, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe¹⁵⁵.

Quanto a Francisco Henrique Moreno Brandão, não foram encontrados registros de que tenha sido amigo de Fausto Cardoso. Todavia, isso é bastante plausível, quando se considera que o biógrafo dedica a obra ao seu amigo Serapião de Aguiar Melo – que era

¹⁵⁵ Com exceção das informações relativas às relações de amizade com Olímpio Campos, referidas pelo próprio Antônio Carmelo em sua obra, os demais dados foram obtidos em: GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. Op. cit., p. 30.

primo de Fausto Cardoso e que assumira a presidência da Assembléia Legislativa de Sergipe durante o governo revoltoso. Moreno Brandão foi um destacado intelectual e político de Alagoas. Contista, historiador, professor e jornalista, ele foi membro da Academia Alagoana de Letras e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas¹⁵⁶. Não se tem conhecimento, porém, de que ele tenha atuado nos cenários intelectual e político de Sergipe.

Os diferentes níveis de aprofundamento das informações e interpretações – resultantes do tamanho dos textos – e os também diversos pertencimentos sociais dos autores não impedem, contudo, que as duas obras sejam essencialmente semelhantes em vários aspectos. Ambas reúnem características que permitem classificá-las como biografias tradicionais¹⁵⁷. São duas biografias impelidas para a exemplaridade das virtudes públicas de dois grandes protagonistas da história cujos valores morais e façanhas deveriam ser glorificados, servindo de modelo para as gerações futuras¹⁵⁸. As duas obras apresentam narrativas panegíricas em que as vidas dos personagens são apresentadas de acordo com um desenvolvimento linear. Além dessa linearidade, comum às duas biografias, a obra de Antônio Carmelo tem ainda como característica acentuada o fato de a vida do biografado ser descrita como se seguisse um itinerário coerente de modo a atingir um destino previamente determinado. A esse trabalho de extrair da existência humana “uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva”¹⁵⁹, de criar para as trajetórias de vida uma aparência de unidade e de totalidade, quando elas são, ao invés disso, essencialmente imprevisíveis, descontínuas e fragmentárias, Pierre Bourdieu denominou “ilusão biográfica”.

¹⁵⁶ COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras, 2001, v. 1, p. 372.

¹⁵⁷ Em sua obra, Giovanni Levi refere-se às novas perspectivas biográficas que têm procurado utilizar a biografia como instrumento de conhecimento histórico em substituição à biografia tradicional, linear e factual. O autor propõe a seguinte tipologia para essas abordagens biográficas mais recentes: a) prosopografia e biografia modal; b) biografia e contexto; c) biografia e os casos extremos; d) biografia e hermenêutica. Cf. LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 167-182.

¹⁵⁸ Sobre os tipos ideais de biografados e a função pedagógica presente nas biografias tradicionais, ver: LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996, p. 141-184.

¹⁵⁹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 184.

Vejamos então como as trajetórias de vida de Fausto Cardoso e Olímpio Campos são apresentadas e, conseqüentemente, construídas por seus respectivos biógrafos; que imagens dos biografados predominam nas narrativas; que etapas de suas vidas são privilegiadas; o que os biógrafos selecionam como digno de ser lembrado e igualmente o que eles buscam apagar, silenciar; enfim, vejamos que memórias eles buscam firmar.

2.1 - Fausto Cardoso, o cavalheiresco líder de uma revolta

Um “tributo de veneração póstuma”. Eis em que consistia, segundo o próprio Moreno Brandão, o esboço biográfico sobre Fausto Cardoso. O texto foi inicialmente publicado no número especial de um hebdomadário¹⁶⁰ e reeditado, em 1909, sob a forma de um opúsculo. No prefácio em que apresentou a reedição da obra, o biógrafo declarou que não era o seu propósito “fazer com que facções ou partidos continuassem a se digladiar em redor do epitáfio de um morto”¹⁶¹. Com esse epitáfio, buscava-se tão somente prestar uma homenagem “à memória de um dos tipos mais singulares de nossa história, individualidade verdadeiramente empolgante que não tem par nos anais políticos do Brasil”¹⁶².

A individualidade de Fausto Cardoso, de acordo com o biógrafo, poderia ser constatada na figura do político, mas manifestava-se também na figura do intelectual e sob qualquer aspecto que se considerasse a sua atuação, ele deveria ser venerado e apontado como exemplo para as gerações futuras. É dessa trajetória de vida louvável que Moreno Brandão elabora uma síntese, destacando, numa perspectiva cronológica, os principais momentos.

Como é comum neste tipo de obra, os primeiros anos da vida do biografado são apresentados com brevidade, não só pela natural escassez de informações sobre o período, mas também porque o que importa registrar são os feitos e virtudes de um

¹⁶⁰ O esboço biográfico foi originalmente publicado numa edição especial do jornal *O Nacional*, da cidade de Penedo-AL, por ocasião do primeiro aniversário da morte de Fausto Cardoso, em 28 de agosto de 1907.

¹⁶¹ BRANDÃO, Moreno. Op. cit., Prefácio, I.

¹⁶² Id.

grande homem, em sua dimensão pública e por seu caráter exemplar¹⁶³. Assim, apresentadas as informações sobre o nascimento de Fausto Cardoso¹⁶⁴, a primeira etapa a ser descrita é a sua formação escolar. O biógrafo relaciona os nomes de localidades, professores e estabelecimentos de ensino pelos quais passou o seu biografado, que fez os estudos primários em diversos municípios de Sergipe e o curso secundário na capital da Bahia.

A trajetória até então percorrida por Fausto Cardoso já havia sido suficiente para evidenciar que a sua terra natal tornara-se uma “peanha diminuta para tão grande vulto”. Àquela altura, a sua inteligência fizera dele “uma formosa esperança de sua terra, tão diminuta em extensão territorial quanto fecunda em grandes talentos primaciais e criadores, que formam luzentíssima constelação no céu da pátria brasileira”¹⁶⁵. Referindo-se desse modo a seu biografado e a Sergipe, o alagoano Moreno Brandão fazia coro no discurso elaborado em torno da sergipanidade, por meio do qual se buscava compensar a pequenez territorial do menor estado da federação, evidenciando a grandeza intelectual de seus filhos ilustres que se projetavam para todo o país.

Uma peanha mais condizente com “tão grande vulto” seria encontrada em Pernambuco, mais precisamente, na Faculdade de Direito do Recife, onde Fausto Cardoso formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais¹⁶⁶. Segundo Moreno Brandão, nos tempos de estudante no Recife, seu biografado se destacou mais pelo comportamento irreverente e pelo espírito irrequieto do que pela disciplina nos estudos. Havia ingressado na Faculdade “um mocinho imberbe, franzino e de figura empolgante, que teve a singularidade de vestir ao avesso o fraque cinzento que trajava na ocasião”¹⁶⁷. Em diferentes situações ao longo de sua vida acadêmica, Fausto Cardoso distinguiu-se por ser espirituoso e

¹⁶³ LEVI, Giovanni. Op. cit., p. 172.

¹⁶⁴ Fausto de Aguiar Cardoso nasceu no engenho São Félix, na vila de Divina Pastora, em 22 de dezembro de 1864. Era filho de Félix Zeferino Cardoso e de Maria do Patrocínio de Aguiar Cardoso. Ibid., p. 1.

¹⁶⁵ Ibid., p. 2.

¹⁶⁶ Segundo Moreno Brandão, Fausto Cardoso teria ingressado na Faculdade em 1882 e concluído o curso em 1886. Dessa periodização diverge Armindo Guaraná, que aponta 1880 como o ano de ingresso e 1884 como o ano de término do curso. A periodização referida por Armindo Guaraná é utilizada também por Terezinha Oliva e Francisco Rollemberg. Já Manoel Cabral Machado, vale-se das datas mencionadas por Moreno Brandão.

¹⁶⁷ BRANDÃO, Moreno. Op. cit., p. 2.

arrebatado. Esses não foram, porém, seus únicos traços marcantes. De acordo com o biógrafo, o talento e a bondade de seu biografado também fizeram com que ele conquistasse simpatias entre colegas e mestres, sendo benquisto tanto na Faculdade quanto nos salões aristocráticos que freqüentava no Recife. Pelas características que compunham sua individualidade,

mereceu sempre a estima de seus mestres, salientando-se entre todos Tobias Barreto, que perspicazmente descobrira o enorme talento de seu conterrâneo, admirando-o com verdadeiro afeto. Tobias, que não era pródigo de elogios, não se cansava de render preitos à pujante inteligência de seu compatriota¹⁶⁸.

O fato de Fausto Cardoso ter sido um discípulo que obteve a admiração e o reconhecimento do mestre Tobias Barreto – expoente da Escola do Recife e considerado o principal intelectual sergipano de todas as épocas – é utilizado pelos biógrafos como um atestado da inteligência de seu biografado. Conforme testemunho de Manoel Cabral Machado, o discípulo teria feito questão de ressaltar para o mestre, assim que o conheceu, a posse de uma identidade comum, dirigindo-se a ele nos seguintes termos: “olhe bem para mim, Senhor Doutor, e veja que eu também sou sergipano”¹⁶⁹. Já os biógrafos, buscam ressaltar que o discípulo e o mestre, além de serem conterrâneos, têm em comum o fato de se constituírem em dois ícones da intelectualidade sergipana.

Finalizado o curso na Faculdade do Recife, Fausto Cardoso voltou a Sergipe¹⁷⁰, onde deu início à sua atuação profissional. Exerceu o cargo de promotor público na comarca de Capela, de onde foi removido para Gararu e depois para Riachuelo. Esses municípios eram, contudo, muito pequenos “para os surtos daquela águia de possante envergadura”¹⁷¹. Obteve, mais tarde, transferência para a comarca de Laranjeiras, cidade que era “menos díspar” do seu talento, pois se constituía num “centro mais ativo, em que

¹⁶⁸ Ibid., p. 4.

¹⁶⁹ MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 62.

¹⁷⁰ Logo que voltou a Sergipe, Fausto Cardoso filiou-se ao Partido Liberal. Segundo Terezinha Oliva, essa atitude desgostou seu pai, que era do Partido Conservador e, diante disso, retirou-se da política. Cf.: OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 120. É sabido que Fausto Cardoso não ocupou nenhum cargo eletivo durante o Império. O mesmo parece ser válido para seu pai, pois não se tem conhecimento de que ele tenha exercido quaisquer cargos eletivos.

¹⁷¹ BRANDÃO, Moreno. Op. cit., p. 6.

reinava uma certa atmosfera intelectual”¹⁷². Na então província de Sergipe, Laranjeiras era o fulcro das idéias científicas e dos movimentos abolicionista e republicano. Nesta cidade, Fausto Cardoso tomou parte ativa na propaganda republicana, tendo sido orador oficial do Clube Democrático – que promovia conferências sobre as novas idéias políticas – e colaborado no jornal *O Republicano*, sob o pseudônimo de *Black*¹⁷³. Por ocasião da proclamação da República, ele foi um dos oradores que saiu às ruas de Aracaju, saudando o novo regime político “com frases arrebatadoras e incisivas”¹⁷⁴.

Segundo Moreno Brandão, o discurso proferido por seu biografado era sincero e não oportunista, afinal de contas Fausto Cardoso já havia demonstrado sua fé republicana muito antes que o novo regime fosse instaurado. Prova disso, e de seu arrebatamento, foi o episódio do mal-estar causado pelo discurso que, ainda nos tempos da Faculdade, ele proferiu da janela do prédio do chefe de polícia de Pernambuco, por ocasião de uma passeata comemorativa da fundação dos cursos jurídicos, fazendo, em plena vigência do Império, “a apologia do regime republicano”¹⁷⁵.

Contudo, apesar de todo o empenho em prol da causa republicana, Fausto Cardoso foi, de acordo com o biógrafo, injustiçado e traído, pois, na composição do novo regime, ele e muitos outros republicanos históricos foram preteridos em relação aos políticos monarquistas que, demonstrando oportunismo, aderiram à República recém-proclamada. Em virtude disso, “acerbas decepções” tomaram conta dos que, como ele, “sinceramente amaram a crença democrática” e constataram que a República “se transformara numa tirania infame, em que só deveriam vencer e medrar os trampolins, os lapuzes, as almas abjetas dos nulos e dos gananciosos, sem moralidade, nem patriotismo”¹⁷⁶.

Logo após o advento da República, Fausto Cardoso, não bastasse ter sido excluído da composição do poder político e dos postos de comando, ainda seria destituído do cargo que ocupava. Isto teria acontecido, conforme relata Moreno Brandão, em

¹⁷² Ibid., p. 7.

¹⁷³ OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Op. cit., p. 56 e 61.

¹⁷⁴ BRANDÃO, Moreno. Op. cit., p. 7.

¹⁷⁵ Ibid., p. 4.

¹⁷⁶ Ibid., p. 8.

decorrência dos desmandos de Felisbello Freire, que, à frente da presidência do Estado, mandou prender alguns negros de Brejo Grande, sob a acusação de que eram conspiradores monarquistas. Surgiram diversas reações a essa medida, que foi considerada arbitrária. Como Fausto Cardoso estava entre os que se opuseram à prisão dos negros, Felisbello Freire – que havia sido seu colega de conferências no Clube Democrático e lhe dedicado, naquela época, um dos seus escritos – o demitiu, em fevereiro de 1890, da promotoria pública de Laranjeiras¹⁷⁷.

Esse fato levou Fausto Cardoso “a tomar a resolução de partir para o Rio de Janeiro”¹⁷⁸. No entendimento de Moreno Brandão, a saída de Sergipe demarca uma nova fase na vida de seu biografado, pois, na capital da República, ser-lhe-ia possível demonstrar todo o seu talento, “adquirir renome e preponderar na opinião nacional”. Isto porque

assim como o catolicismo deu à sua terrível fórmula – *‘fora da Igreja não há salvação’* –, os foros de um axioma, pode-se também afirmar, como verdade axiomática, que devido aos nossos hábitos centralizadores, fora do Rio de Janeiro não se pode satisfazer essa nobre e grata aspiração das almas bem nascidas – a glória... Limitando-se ao estreito círculo provinciano, Fausto Cardoso seria apenas tão conhecido em sua terra, quanto negado e desconhecido fora dela. Não passa pelo cérebro de nenhum dos expedidores de diplomas de fama no Brasil que possa haver longe da capital federal um talento superior nem uma sólida competência¹⁷⁹.

O Rio de Janeiro, na opinião do biógrafo, era o foco da civilização brasileira, um lugar onde havia muitos nomes consagrados, que se fossem, porém, “julgados no processo definitivo da crítica, não teriam... uma imortalidade de quinze dias”¹⁸⁰. Ali, seu biografado, que tinha méritos suficientes para resistir a qualquer processo de crítica, não demoraria a manifestar seu talento e a alcançar notoriedade, pois continuaria dando provas de ser um exímio orador, impondo-se como um grande intelectual e obtendo o reconhecimento de figura ilustres.

¹⁷⁷ Ibid., p. 7 e 9.

¹⁷⁸ Ibid., p. 9.

¹⁷⁹ Ibid., p. 9-10.

¹⁸⁰ Ibid., p. 10.

A apreciação positiva que homens ilustres fizeram de Fausto Cardoso é, aliás, utilizada pelo biógrafo como um recurso que confere autoridade e que legitima os méritos do biografado. Neste sentido, o primeiro testemunho evocado sobre o reconhecimento de seu talento oratório remonta ao tempo da Faculdade. Numa viagem que fez à capital da Bahia, Fausto Cardoso foi convidado, durante sua estada na cidade, para ser um dos oradores das festas que foram preparadas para homenagear o Barão de Cotegipe, político baiano e um dos principais estadistas do Império. Diante do “eloqüente e primoroso” discurso proferido pelo acadêmico sergipano, o Barão de Cotegipe teria se dirigido ao orador nos seguintes termos: “menino, quando você precisar de alguma coisa de mim, basta dirigir-me um telegrama, que será prontamente satisfeito”¹⁸¹. Não se tem conhecimento, contudo, de que lhe tenha sido feito nenhum pedido.

Uma situação semelhante ocorreu após a chegada de Fausto Cardoso ao Rio de Janeiro. Numa festa realizada em homenagem a Benjamin Constant, na Escola Militar da Praia Vermelha, o sergipano foi convidado para ser um dos oradores. “Depois daquela festa, podia-se dizer que tinha se imposto, pois a sua eloqüência animada, vívida, conceituosa, colorida de tropos e imagens, cativara a todos os ouvintes”¹⁸². Segundo Moreno Brandão, Benjamin Constant fez justiça ao talento do orador, nomeando-o professor de História Universal¹⁸³. Referindo-se também a esse episódio, Manoel Cabral Machado afirma que Benjamin Constant teria dito ao orador sergipano que “se tivesse sua palavra, pretenderia um lugar na Constituinte, porque, armado com ela, prestaria relevantes serviços à Pátria”¹⁸⁴.

Pouco tempo depois, durante o governo de Floriano Peixoto, Fausto Cardoso foi nomeado delegado auxiliar do chefe de polícia e, em seguida, secretário geral da prefeitura do Rio de Janeiro. Essas nomeações, a exemplo da anterior, são apontadas pelo biógrafo como decorrentes dos méritos de seu biografado, pois ele “tinha conquistado a admiração de Benjamin pelas cintilações da palavra realmente ciceroniana;

¹⁸¹ Ibid., p. 3-4.

¹⁸² Ibid., p. 11.

¹⁸³ Id.

¹⁸⁴ MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 68.

merecera as atenções de Floriano pela sua energia inquebrantável, porquanto aquele coração viril era um repositório, um escrínio de brios indomados e indomáveis”¹⁸⁵.

A carreira de Fausto Cardoso no Rio de Janeiro foi marcada por uma intensa e diversificada atuação profissional. Além dos cargos públicos já mencionados, o bacharel sergipano exerceu o magistério em diferentes instituições de ensino e a atividade jornalística em vários órgãos da imprensa. Foi professor de História Universal na Escola Normal e no Pedagogium – do qual foi também diretor –, de História das Belas-Artes na Escola Nacional de Belas-Artes e de Filosofia do Direito na Faculdade Livre de Direito¹⁸⁶. Na imprensa carioca, escreveu para os seguintes jornais: *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *União Federal*, *O Debate*, *A Aurora* e *A Imprensa*¹⁸⁷. De acordo com Moreno Brandão, Fausto Cardoso retirou-se deste último jornal após um desentendimento, “deixando um artigo veementíssimo dirigido aos seus colegas de redação e subordinado ao título de *Fiquem-se*”¹⁸⁸.

Sobre esse episódio mencionado por Moreno Brandão, algumas informações são acrescidas por Manoel Cabral Machado. Segundo ele, em 1901, o jornal *A Imprensa* convidou Fausto Cardoso para substituir temporariamente Rui Barbosa, que havia adoecido. Coube ao intelectual baiano anunciar pelas páginas do jornal, de que era redator-chefe, a chegada de seu substituto, a quem se referiu da seguinte forma

A convite d’*A Imprensa* vai começar a honrar nossas colunas o ilustre Sr. Dr. Fausto Cardoso, com as notáveis produções do seu talento. O nome de S. Ex., que lhe subscreverá os trabalhos, é o melhor penhor da valia dos serviços que com sua contribuição esperamos prestar à causa nacional. Pela sua franqueza, pela sua coragem, pela sua virilidade, pelo seu patriotismo... acreditamos oferecer aos nossos leitores uma escola de altas inspirações e sentimentos desinteressados,

¹⁸⁵ BRANDÃO, Moreno. Op. cit., p. 11.

¹⁸⁶ Ibid., p. 12.

¹⁸⁷ Ibid., p. 12-13. Em Sergipe, Fausto Cardoso havia colaborado nos seguintes jornais: *O Republicano*, *A Reforma* e *Gazeta de Sergipe*. O primeiro periódico circulava na cidade de Laranjeiras e os dois últimos em Aracaju. Em Pernambuco, na cidade de Recife, ele escreveu para o jornal *O Saara*. Cf. GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. Op. cit., p. 155-156.

¹⁸⁸ BRANDÃO, Moreno. Op. cit., p. 13.

quais os do nosso festejado colaborador, tão eminente no meneio da pena quanto no da palavra¹⁸⁹.

A importância da transcrição desse trecho estava “no fato de Rui que sempre fora sóbrio em elogios, derramar-se, exaltando as grandes qualidades morais e intelectuais de Fausto”¹⁹⁰. Com isso, Manoel Cabral Machado acrescentava o nome de Rui Barbosa à lista de intelectuais e estadistas que haviam reconhecido os méritos de Fausto Cardoso e da qual já faziam parte: Tobias Barreto, Barão de Cotegipe, Benjamin Constant e Floriano Peixoto.

Contudo, junto aos elogios que legitimavam a figura de Fausto Cardoso, Manoel Cabral Machado relatou também o “incidente pitoresco” do artigo. Após ter sido publicado um editorial que se contrapunha às opiniões emitidas, alguns dias antes, num artigo de Fausto Cardoso, este

irritado com o fato, abusado da confiança que tinha na redação de *A Imprensa*, às horas tardas da noite de 1º de março de 1901, deixa com o paginador um artigo insultuoso ao próprio Jornal e aos seus dirigentes. Intitulou-o ‘Fiquem-se’. Era uma despedida violenta e injuriosa. O artigo saiu na edição seguinte e foi uma celeuma¹⁹¹.

Apenas fazendo uma breve menção ao episódio do *Fiquem-se* em seu esboço biográfico, Moreno Brandão, ao tratar dos escritos veiculados na imprensa, refere-se também às demais produções intelectuais de Fausto Cardoso, que, “para satisfazer suas tendências, idealizou vastíssima obra filosófica, subordinada ao título de *Cosmos do Direito e da Moral*”¹⁹². Essa obra seria subdividida nas seguintes partes: *Concepção Monística do Universo*, *Taxionomia Social*, *Lei Fundamental da História e Cultura e Civilização*. Segundo o biógrafo, apenas os dois primeiros volumes foram publicados, tendo ficado inconclusos os dois últimos¹⁹³. A produção bibliográfica de Fausto Cardoso é

¹⁸⁹ MACHADO, Manoel Cabral. Op. cit., p. 70-71.

¹⁹⁰ Ibid., p. 71.

¹⁹¹ Id.

¹⁹² BRANDÃO, Moreno. Op. cit., p. 12.

¹⁹³ Segundo Armindo Guaraná, antes dos volumes que comporiam a obra *Cosmos do Direito e da Moral*, Fausto Cardoso publicou um livro, em 1892, sobre a história política brasileira desde a monarquia até a República, com o título *Cosmogonia Política e Americana*. Em 1894 publicou o volume *Concepção Monística do Universo*, obra prefaciada por Graça Aranha. O volume *Taxionomia Social* foi publicado no ano de 1898. Cf.: GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. Op. cit., p. 155.

integrada ainda por uma série de artigos publicados na *Revista Brasileira sobre a Ciência da História*¹⁹⁴.

No entendimento de Moreno Brandão, situa-se ao longo de toda a década de 1890 a primeira fase do período em que Fausto Cardoso viveu no Rio de Janeiro. Essa etapa de sua trajetória caracterizou-se pelos cargos públicos ocupados, pelo exercício do magistério e por concentrar a maior parte de sua atividade jornalística e de sua produção bibliográfica. Foi um momento marcado, portanto, pela atuação da figura do intelectual. A segunda e última fase teve início em 1900, quando ele assumiu o seu primeiro mandato de deputado federal, e encerrou-se em 1906, quando, na vigência de seu segundo mandato, foi assassinado no desfecho da revolta. Essa segunda fase, em que prevalece a figura do político, foi apresentada pelo biógrafo como aquela em que Fausto Cardoso “alteou-se de modo a ter hoje proporções gigantescas”¹⁹⁵.

Antes, porém, de tratar da atuação política, o biógrafo alude a uma tentativa frustrada de seu biografado de ocupar uma cadeira no Congresso Nacional, “para onde, entretanto, o mandara a maioria dos sufrágios do Distrito Federal, que conservara na memória a depuração iníqua de seu eleito”¹⁹⁶. Não tendo sido reconhecido pela Comissão de Verificação de Poderes nessa sua primeira candidatura, que ocorreu em 1893, Fausto Cardoso pleiteou novas eleições para a Câmara Federal no ano de 1900, desta vez, concorrendo pelo estado de Sergipe e sendo eleito. Porém, esta segunda candidatura sequer é mencionada por Moreno Brandão. Na sua narrativa, Fausto Cardoso já aparece ocupando a tribuna da Câmara.

É interessante notar o fato de o biógrafo fazer referência à primeira candidatura, que foi marcada pelo insucesso de seu biografado, e omitir completamente aquela em que ele foi eleito. Ainda que se leve em consideração o caráter da obra e não se espere que haja riqueza de detalhes num esboço biográfico, essa omissão suscita a hipótese de que o silêncio sobre a candidatura tenha sido intencional. Isto porque só foi possível a Fausto Cardoso ser eleito graças a um acordo celebrado em Sergipe entre Martinho Garcez e Olímpio Campos. Por meio desse acordo, facções políticas contrárias se uniram e

¹⁹⁴ BRANDÃO, Moreno. Op. cit., p. 12.

¹⁹⁵ BRANDÃO, Moreno. Op. cit., Prefácio, II.

¹⁹⁶ Ibid., p. 12.

fizeram concessões mútuas. Assim, Olímpio Campos se viu impelido a aceitar na chapa de seu partido o nome de Fausto Cardoso – que anos antes o havia criticado¹⁹⁷ e com quem não possuía afinidades políticas –, pois este foi um dos candidatos indicados por Martinho Garcez para o cargo de deputado federal.

Alheio às eleições, Moreno Brandão buscou dar ênfase à atuação parlamentar de seu biografado. Na política ficava evidente a singularidade de Fausto Cardoso, pois ele “entrou no parlamento como a luz do sol em uma pousada de morcegos”¹⁹⁸. Segundo o biógrafo, a atuação do deputado sergipano apoiava-se num programa previamente elaborado de acordo com uma firme orientação filosófica. Com erudição e ousadia, assumiu como tarefa principal de seu primeiro mandato combater a política financeira do governo de Campos Sales. Empenhava-se veementemente para assegurar o cumprimento da justiça e do direito. Assim, “é escusado dizer que se indispôs com quase toda a Câmara cujos interesses subalternos de baixa politicagem contrariava e cuja inveja pequenina e vilã suscitava”¹⁹⁹.

Em diversas passagens de sua obra, o biógrafo busca demonstrar o quanto Fausto Cardoso era um político que diferia e alteava-se em relação a seus pares. Por um deles, chegou até a ser chamado de “doido”, em plenário,

como se este epíteto ainda pudesse desmoralizar alguém, tão liberalizado tem sido às maiores sumidades do universo: Cristo, Sócrates, Galileu, Comte, Pascal... Jamais pôde semelhante convício deprimir àqueles que alvejava. E muito menos hoje. Na atualidade política do Brasil ser doido é ter brio; ser doido é ter caráter; ser doido é avultar sobre a massa amorfa dos chatins e dos lapuzes; devassar mais

¹⁹⁷ Durante a montagem das instituições republicanas, pouco após a Proclamação, Fausto Cardoso se opôs à onda de adesismo à República por parte dos políticos provenientes da Monarquia, pois entendia que isso desvirtuaria o novo regime. Inconformado com a exclusão de muitos republicanos históricos, ele publicou alguns artigos na imprensa, criticando fortemente as adesões de Olímpio Campos e de Coelho e Campos. Cf.: ROLLEMBERG, Francisco. Op. cit., p. 28. Convém ressaltar que algumas semanas antes de publicar esses artigos, Fausto Cardoso, numa passeata pelas ruas de Aracaju, quando se comemorava a Proclamação, proferiu um discurso saudando Olímpio Campos por sua decisão de não se opor ao novo regime. Como se percebe, para Fausto Cardoso, o assentimento de Olímpio Campos à República era bem-vindo, mas a sua participação política não.

¹⁹⁸ BRANDÃO, Moreno. Op. cit., p. 13.

¹⁹⁹ Ibid., p. 14.

altos e luminosos horizontes; procurar ascender, entre apoteoses de luz aos píncaros escarpados, onde a glória desfraldou o rubro gonfalo²⁰⁰.

Se, por um lado, Fausto Cardoso despertava inveja e conflitava com muitos de seus colegas deputados, por outro lado, atingiu grande popularidade em virtude do fascínio que exercia sobre o público que lotava as galerias da Câmara para assistir às sessões. Sua eloqüência e impetuosidade eletrizavam os espectadores²⁰¹. Por repetidas vezes, o estilo irreverente do deputado sergipano provocou protestos e tumultos. No entanto,

os apartes que procuravam perturbá-lo, desnorteá-lo, produziam o mais contraproducente dos efeitos. Ele os esmagava a golpes de ironia, que penetravam o coração do antagonista como a lâmina fria, rígida, percuciente de um florete. E o apartista esmagado então, enquanto era o ponto de mira do auditório em hilaridade, ia abrigando no peito o áspide do ódio²⁰².

Na opinião do biógrafo, Fausto Cardoso foi o mais destacado orador que já ocupou a tribuna do parlamento republicano brasileiro. Utilizando o seu talento oratório a serviço da política, “ele valia por uma legião indômita de fiéis sentinelas da liberdade pública, a que amou demais nos estos de seu patriotismo apaixonado e cálido”²⁰³. Finalizado o seu primeiro mandato em 1902, ele não seria eleito para a legislatura seguinte, apenas voltando à Câmara Federal no ano de 1906²⁰⁴. Neste segundo mandato – que teve duração de poucos meses, pois foi interrompido em virtude de sua morte – o parlamentar sergipano adotou uma postura moderada, “o tribuno impetuoso ia cedendo lugar ao político”²⁰⁵. A mudança era compreensível, visto que o contexto era diferente. No primeiro mandato, ele fora um opositor radical do governo de Campos Sales, mas, desta vez, apoiava o presidente Rodrigues Alves. Na política estadual, porém, havia se tornado o principal símbolo da oposição. Naquele momento, “estava feito chefe político em

²⁰⁰ Id.

²⁰¹ Ibid., p. 15.

²⁰² Ibid., p. 16.

²⁰³ Ibid., p. 19.

²⁰⁴ Segundo Moreno Brandão, no intervalo de tempo entre os dois mandatos legislativos, Fausto Cardoso exerceu a advocacia e voltou a atuar no magistério e a escrever esporadicamente na imprensa. Ibid., p. 20. Situa-se também nesse período a maior parte de sua produção poética. Cf.: GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. Op. cit., p. 153.

²⁰⁵ BRANDÃO, Moreno. Op. cit., p. 20.

Sergipe, com uma popularidade enorme e sonhara em vir à sua terra criar, pela razão ou pela força, um novo estado de coisas, que rasgasse novos horizontes à sua pequena pátria”²⁰⁶.



Figura 5: Fausto de Aguiar Cardoso (1864-1906)
(Óleo sobre tela de Arthur Sant’anna, 1914)
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

O biógrafo passa então a narrar a última etapa da vida de Fausto Cardoso: a sua atuação como líder da revolta de 1906. Refere-se à recepção apoteótica preparada para a chegada do deputado a Aracaju, justificando-a pelas razões que lhe haviam conferido popularidade: “um fanatismo louco por sua pequena pátria e pelos seus compatriotas... a privança e íntima amizade do presidente da República... e mais ainda o seu ardor de opositor a um partido de longo tempo predominante e sobremodo absorvente”²⁰⁷. Por tudo isso, tinha-se como certo que ele transformaria a situação vigente em Sergipe,

²⁰⁶ Id.

²⁰⁷ Ibid., p. 22-23.

principalmente depois das “frases mais incendiárias”²⁰⁸ que marcaram seus primeiros discursos.

Sobre a polêmica que se estabeleceu em torno do real objetivo dessa visita de Fausto Cardoso a Sergipe, Moreno Brandão adota com firmeza um posicionamento. Divergindo da maioria das interpretações, por meio das quais se buscava negar a intenção de depor o governo, o biógrafo considera que Fausto Cardoso partiu do Rio de Janeiro já com a revolta planejada, “porquanto de pessoa muito ligada ao oposicionismo sergipano ouvimos vaticínios que equivaliam à certeza da tramada conspiração”²⁰⁹.

Contudo, assinala que, alguns dias depois de ter chegado a Sergipe, houve um arrefecimento do ímpeto de seu biografado, que relutou quanto à idéia da revolta. As razões dessa relutância seriam a consciência das responsabilidades inerentes ao seu papel de chefe e também o desencanto ao constatar as ambições de alguns correligionários. Relacionada a isso estaria a retirada de Fausto Cardoso de Aracaju para o interior. Neste sentido, Moreno Brandão apresenta uma interpretação original. Para ele, a viagem que seu biografado fez a Divina Pastora, sob a alegação de que ia visitar o túmulo dos pais, consistiu numa retirada estratégica. Porém, o intuito dessa viagem, ao contrário do que se afirmava na maior parte das interpretações correntes na época da revolta, não seria despistar as autoridades governistas quanto ao levante armado que se estava tramando, mas sim arrefecer o ímpeto revoltoso de seus correligionários²¹⁰.

Com ou sem o consentimento final de Fausto Cardoso, eclodiu a revolta. Diante disso, ele voltou a Aracaju, conferenciou com os depostos, recebeu deles as renúncias e assumiu a frente da nova situação. Na seqüência de sua narrativa, o biógrafo detém-se numa “cena bela, comovedora, ideal e santa” em que seu biografado “orou longamente e acabou convidando a multidão a prestar um juramento em que solenemente... declarasse que manteria um respeito religioso à vida, à liberdade e à propriedade dos adversários”²¹¹. De todos os acontecimentos relativos à revolta, Moreno Brandão dá especial ênfase ao episódio do juramento. Por meio dele, busca demonstrar a bondade e

²⁰⁸ Ibid., p. 23.

²⁰⁹ Ibid., p. 24.

²¹⁰ Ibid., p. 23.

²¹¹ Ibid., p. 26.

a generosidade de seu biografado, que conteve os atos de represália – comuns nessas reviravoltas políticas e a que, de acordo com o biógrafo, já estavam inclinados muitos de seus correligionários –, não permitindo que se constituísse um governo opressor²¹². Ficava evidenciada assim a “lisura” do “chefe revolucionário” que, idealista, pensava ser possível mudar “os instintos rastejantes” da política²¹³.

Nada disso, porém, conseguiria evitar o desfecho que teve a revolta. Segundo o biógrafo, quando a deposição parecia tornar-se um fato consumado, após as primeiras medidas adotadas pelo governo dos revoltosos, chegaram a Aracaju as tropas do Exército para restituir as autoridades depostas. A partir de então, de modo bastante sucinto, ele menciona o diálogo de Fausto Cardoso com o general Firmino Rego, a ida do grupo de revoltosos ao Palácio, a ação da força interventora e o assassinato de Fausto Cardoso. Dessa narrativa, dois aspectos chamam a atenção. Um deles é que de todas as frases de efeito atribuídas a Fausto Cardoso no desfecho da revolta – e amplamente reproduzidas na imprensa da época –, apenas é mencionada a frase do brinde: “bebo à alma de Sergipe”. O outro aspecto diz respeito à descrição da morte, pois enquanto outras fontes informam que, fora do Palácio, Fausto Cardoso foi alvejado por um único tiro que partiu da tropa do Exército, o biógrafo relata que “em plena rua, vararam-no outras balas que horas depois o mataram”²¹⁴. Neste sentido, ele pode ter colhido informações equivocadas ou simplesmente buscado conferir mais dramaticidade à cena.

Se, por um lado, a descrição da morte foi breve e imprecisa, por outro lado, o biógrafo deteve-se em demonstrar o que essa morte significava e a repercussão que causou, pois ela

deu ao caso lúgubre de Sergipe algo de semelhante ao sacrifício sangrento do Calvário, em que Fausto de Aguiar Cardoso transformou-se no Messias nacional, que, por ter pregado o direito e evangelizado a liberdade, caísse na praça pública para se levantar no coração de seus compatriotas, morresse para governar os vivos, com aquelas *marcas de comando*, que só existem em quem, pelo

²¹² Ibid., p. 25-26.

²¹³ Ibid., p. 27.

²¹⁴ Ibid., p. 29.

patriotismo e pelo estudo se eleva acima das grandezas efêmeras, que não se alicerçam na vontade popular²¹⁵.

Dando prosseguimento à sua narrativa, de inspiração positivista, destinada ao culto do grande homem que foi seu biografado, Moreno Brandão afirmou que

Quando os seus antagonistas tiverem desaparecido no *Letes* tranqüilo e metálico da história, quando deles não sobreviver nem a recordação de seus nomes, o nome de Fausto Cardoso terá ainda a claridade sideral e lucilante nos céus côncavos da humanidade, fazendo parte da constelação lendária dos heróis²¹⁶.

Fausto Cardoso devia ser cultuado pelas lições que deixara de civismo e patriotismo. Devia igualmente ser lembrado o contraste entre sua “desnecessária e bárbara imolação” e a lisura com que ele exerceu a liderança de um movimento revoltoso “que não derramou uma gota de sangue, sobre o qual perpassou o bafejo de uma magnanimidade cavalheirosa”²¹⁷. Na opinião do biógrafo, Sergipe poderia murmurar diante do túmulo daquele morto ilustre as seguintes palavras: “*foi, meu filho, o excesso de tua moderação que te deixou a perder*”²¹⁸. Neste sentido, nada havia representado melhor a lisura e moderação do líder da revolta do que o episódio do juramento. Por isso, se “o homem que faz um juramento, deixa de ser homem, é um altar até o qual desce Deus”²¹⁹, pode-se considerar que aquela atitude de Fausto Cardoso o elevou em relação ao comum dos mortais. Pelo menos foi esse o objetivo de Moreno Brandão com o monumento narrativo que esculpiu para seu biografado.

2.2 - Olímpio Campos: uma imagem entre as pedras e o altar

“enquanto os maus lhe odeiam o nome ainda, nós, de tantas pedras que lhe atiram, havemos de fazer-lhe um altar”²²⁰.

²¹⁵ Ibid., p. 30.

²¹⁶ Id.

²¹⁷ Ibid., p. 33.

²¹⁸ Ibid., p. 34.

²¹⁹ Ibid., p. 26.

²²⁰ CARMELO, Antônio. Op. cit., p. 50.

Antônio Carmelo, logo nas primeiras linhas da biografia, já descreve o primeiro momento significativo da vida de Olímpio Campos²²¹. Trata-se do batismo, sacramento que inscrevia como cristão alguém cujo destino inexorável era o sacerdócio, era a dedicação suprema ao cristianismo. Registrada essa primeira etapa da vida cristã, o biógrafo afirma que da infância não era possível achar “coisas dignas de nota para a biografia”, uma vez que os primeiros anos das crianças são reservados para as proezas que “só podem figurar no caderno de contas da mamãe”. Contudo, a falta de informações sobre a infância é compensada pela criatividade do biógrafo, pois se Olímpio Campos consagrava fartas horas ao sono não era “tanto pelo dormir nem pelo repouso, quanto pelo prazer de sonhar com os extravagantes projetos que lhe incendiam a alma pura e maleável”²²².

Aos sete anos de idade Olímpio Campos inicia a sua vida escolar para descobrir o mundo, porque naquele momento já começava a “não caber em casa”²²³. Os rudimentos da doutrina cristã ele já havia aprendido com sua família, de longínqua tradição católica, mas era preciso agora ter contato com as primeiras letras. Em sua formação escolar, pelas diferentes matérias e mestres por que passou, Olímpio Campos dera sinais de promissora inteligência.

Depois da casa, era Sergipe que começava a ficar pequeno. Como precisava continuar descobrindo o mundo, Olímpio Campos vai estudar em Pernambuco. Pouco depois de haver chegado nesse estado e de ter cursado os preparatórios, ocorre o que Antônio Carmelo chamou de “fenômeno moral”²²⁴, isto é, a resolução de Olímpio Campos de, em vez de estudar Ciências Jurídicas em Pernambuco, seguir para a Bahia para dedicar-se aos estudos eclesiásticos e ao sacerdócio. Era o cumprimento de seu destino. Obedecendo à sua vocação, Olímpio Campos começava, em 1870, o curso superior no Seminário de Ciências Eclesiásticas da Bahia, que funcionava no Convento de Santa

²²¹ Olímpio de Souza Campos nasceu no engenho Periquito, na vila de Itabaianinha, em 26 de julho de 1853. Era filho de José Vicente de Souza e de Porfíria Maria de Souza Campos. *Ibid.*, p. 21.

²²² *Ibid.*, p. 22.

²²³ *Ibid.*, p. 23.

²²⁴ *Ibid.*, p. 25.

Teresa. Estava firmado, desse modo, um dos momentos-chave da trajetória de Olímpio Campos e, conseqüentemente, o ponto no qual o biógrafo passa a se deter.

Na preparação para o sacerdócio, após ter cursado todas as matérias do programa de ensino, estavam parcialmente coroados os “desejos e esforços” de Olímpio Campos. Isto porque o jovem seminarista teve que esperar atingir a “idade canônica para ascender ao presbiterado”²²⁵. Não tardaria, porém, a chegar o dia da “grande consagração”, da “imolação inteira do homem ao Cristo”²²⁶. No dia 22 de setembro de 1877 ocorreu a ordenação sacerdotal de Olímpio Campos, momento que Antônio Carmelo descreve de modo apoteótico

vai chegar o momento da agradável angústia para o coração e para a alma de todo ordinando... aquele do aparecimento do Cristo. Ouvido e escuta, lábios entreabertos, dicção pronta, uma a uma escandindo sílabas, em pausa ritmadas, ambos proferem aquelas palavras misteriosas, criadoras, profundas e eternas como o próprio Deus... sagrou-se mais um sacerdote, Olímpio Campos é um presbítero²²⁷.

Depois da ordenação sacerdotal, Olímpio Campos, “honrando a sociedade que o viu nascer”²²⁸, voltaria a Sergipe para dar início à sua carreira de padre. Durante um curto período – 15 de outubro de 1877 a 1º de julho de 1878 – atuou como coadjutor do vigário de Itabaianinha, sua terra natal. Logo, porém, assumiria sozinho a sua primeira paróquia, “fato histórico que se verificou a 2 de julho de 1878”²²⁹. Pouco tempo depois, em 8 de fevereiro de 1880, o padre Olímpio Campos foi transferido para Aracaju, onde, dali em diante, passaria a exercer toda a sua carreira religiosa. A transferência de Olímpio Campos para a capital sergipana é apresentada por Antônio Carmelo como um ato de “notável alcance político-religioso” do Arcebispo Metropolitano, pois aquela cidade era “quase uma conquista da irreligião” e estava repleta de “ímpios e maçons”²³⁰.

²²⁵ Ibid., p. 28. Segundo Antônio Carmelo, a idade mínima era 24 anos.

²²⁶ Ibid., p. 30.

²²⁷ Ibid., p. 31.

²²⁸ Ibid., p. 32.

²²⁹ Id.

²³⁰ Ibid., p. 32-33.

Olímpio Campos daria provas do acerto daquela decisão já no ano de 1881, empenhando-se na defesa dos interesses da Igreja católica. Naquele ano, o presidente da Província, Herculano Marques Inglês de Souza, promoveu uma reforma da instrução pública, suprimindo o ensino religioso da Escola Normal. Diante disso, Olímpio Campos redigiu um ofício, oferecendo-se para lecionar gratuitamente as matérias constantes do programa do ensino religioso. Para Antônio Carmelo, “nenhum dos dois cavalheiros se enganava: nem o Presidente pensando que efetivamente o Padre julgasse que aquela supressão era por motivo de ordem econômica, nem o Padre esperando fossem aceitos seus bons ofícios”²³¹. A polêmica que opunha a orientação científicista da reforma promovida por Inglês de Souza à defesa do clericalismo ganhou as páginas da imprensa, dando ensejo a uma série de correspondências comentadas em que Olímpio Campos, defendendo os interesses da Igreja, travou um intenso debate com um contendor que assinava sob o pseudônimo ‘Homo’²³².

Ao longo dos mais de vinte anos de atividade paroquial²³³, Olímpio Campos revelou um espírito combativo e “uma paixão nobre” na defesa dos princípios do catolicismo, “lutando sempre com as armas que soube e pode com honestidade manejar, ora falando, ora escrevendo, a todos oferecendo sempre a sã doutrina com o exemplo, que é a melhor e a mais eloqüente pregação”²³⁴. No relato que Antônio Carmelo faz da carreira religiosa de seu biografado há uma ausência significativa: a referência ao fato de Olímpio Campos ter sido agraciado, em julho de 1899, com o título de monsenhor pelo Papa Leão XIII, pelos serviços prestados à Igreja católica. A ausência dessa informação é curiosa levando-se em consideração o fato de que Antônio Carmelo, em algumas passagens de sua obra, refere-se a seu biografado como monsenhor, mas não faz alusão à

²³¹ Ibid., p. 34.

²³² Olímpio Campos atribuía os artigos ao presidente Inglês de Souza. Somente depois, descobriu-se que ‘Homo’ era, na verdade, Souza Botafogo, o inspetor da Alfândega. ‘Homo’ veiculava seus artigos no jornal *Eco liberal* e Olímpio Campos no jornal *Gazeta de Aracaju*. Depois da polêmica sustentada nos jornais, Olímpio Campos escreveu um livro sobre o tema. Cf.: CAMPOS, Olímpio de Souza. **O ensino religioso na Escola Normal da Província de Sergipe**. Aracaju: Tipografia da Gazeta de Aracaju, 1882.

²³³ Olímpio Campos exerceu a jurisdição paroquial até fins do ano 1900, quando se exonerou em função das obrigações decorrentes do cargo de presidente de Sergipe. Cf.: GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. Op. cit., p. 445.

²³⁴ CARMELO, Antônio. Op. cit., p. 35.

concessão desse título honorífico, o que contribuiria para o propósito de sua obra que é consagrar a memória de Olímpio Campos²³⁵.

Depois de ter apresentado a trajetória religiosa e relatado o grandioso empenho de Olímpio Campos na luta em prol do clericalismo, Antônio Carmelo considera ser o momento ideal para desfilas as virtudes do biografado e traçar o seu perfil, revelando-o “naquela feição que mais o nobilitou, o seu sacerdócio”²³⁶. Para isso, recorre a trechos de um discurso em que Homero de Oliveira²³⁷ faz o elogio à memória de Olímpio Campos. Desse epicéδιο, emerge a imagem de um modelo de sacerdote, puro, imaculado, caridoso, justo e de elevada moral. Antônio Carmelo afirma ter se valido dos conceitos emitidos por Homero de Oliveira porque neles não há idealização, apenas se expressam a realidade e a verdade sobre Olímpio Campos, pois, Homero de Oliveira, na obra que compôs, “assenta a ponta do pé de seu monumentado sobre base inamovível, a verdade mesma que é a força da história”²³⁸.

A personalidade de Olímpio Campos como um homem altruísta, generoso e bom continuou sendo traçada por Antônio Carmelo, para quem, em consonância com o seu declarado compromisso com a verdade, “dizer só, é nada; apontar o fato eis tudo”²³⁹. O biógrafo argumenta então que havia uma correspondência entre os sentimentos e as ações de Olímpio Campos. Tratava-se de um sacerdote com grande espírito cristão e que vivendo entre os pobres, reservava-lhes 2/3 de seus vencimentos. A caridade do padre o fez contribuir para a construção de um hospital que atendesse aos despossuídos. Contudo, esse não foi o seu único feito altruísta. Antes, porém, de se referir ao outro feito caridoso, o biógrafo lança um questionamento acompanhado de uma assertiva

porque deixar passar para o cemitério das idades mortas um traço fulgurante de sua caridosa humanidade? Bem sei que as boas ações não deixam invalidamente

²³⁵ A concessão do título de monsenhor a Olímpio Campos, amplamente noticiada pela imprensa sergipana, é referida nos seguintes trabalhos: GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. Op. cit., p. 446; FONSECA, Domingos. Monsenhor Olímpio Campos – professor da Escola Normal. **Revista de Aracaju**, n. 5, 1954, p. 38.

²³⁶ CARMELO, Antônio. Op. cit., p. 39.

²³⁷ OLIVEIRA, Homero de. **Olímpio Campos julgado pelo Desembargador Homero de Oliveira**. Aracaju: Tipografia d’O Estado de Sergipe, 1907.

²³⁸ CARMELO, Antônio. Op. cit., p. 39.

²³⁹ Ibid., p. 42.

sepultar; e, pois, quando mesmo nós por ventura as esquecêssemos, elas, como o óleo puríssimo da essência de nosso ser, do limbo a que as condenáramos levantar-se-iam não pedindo, senão reclamando o ar puríssimo, a grande luz de uma página da história²⁴⁰.

A outra obra caridosa que é anunciada, depois de tecidas essas considerações, manifesta-se no fato de Olímpio Campos ter ‘destinado’ a fazenda Tebaida, de sua propriedade, para o “sacrossanto fim” de que ali fosse instalada uma escola agrícola que beneficiaria a inúmeras crianças órfãs de Sergipe. Ao desfazer-se de sua fazenda, Olímpio Campos “voltou a ser pobre, como sempre foi, mas essa pobreza ele sentiu que trouxe, para si, uma riqueza incomparável: a felicidade de concorrer para a felicidade dos outros”²⁴¹.

Na narrativa desse episódio da fazenda Tebaida há um silêncio, um não-dito bastante significativo. O biógrafo deixa “passar para o cemitério das idades mortas”, relega para o limbo, para o esquecimento, toda a polêmica que essa ‘destinação’ da fazenda provocou. Quando ocupava o cargo de presidente de Sergipe, Olímpio Campos concedeu uma ajuda financeira do governo estadual para que os padres salesianos instalassem a escola agrícola. Ocorre que pela mesma quantia fornecida pelo Governo, Olímpio Campos vendeu a fazenda de sua propriedade. Isto causou indignação em seus adversários que passaram a criticá-lo fortemente por mau uso dos dinheiros públicos. A polêmica foi iniciada pelo jurista Gumercindo Bessa que escreveu uma série de artigos sobre o episódio e ganhou ainda mais amplitude depois que Fausto Cardoso – que ocupava na época o seu primeiro mandato de deputado federal – passou a denunciar o caso também na tribuna da Câmara.

Ao biógrafo o que importa mesmo é registrar o caráter exemplar de Olímpio Campos, os sentimentos humanitários e caridosos que compunham a sua individualidade e, ainda, o fato de seu biografado ter legado “um passado de virtudes cristãs e cívicas, um

²⁴⁰ Ibid., p. 45.

²⁴¹ Ibid., p. 46.

modelo inamalgável de caráter nobre, para exemplo da mocidade do presente e do futuro”²⁴².

Olímpio Campos deveria, pois, ser lembrado não apenas como modelo de sacerdote, mas também como modelo de cidadão, como um exemplar homem público que, ao longo de sua “trajetória de vida imaculada”²⁴³, destacou-se também como um importante líder político. Assim, depois de ter apresentado a trajetória religiosa, Antônio Carmelo passa a tratar da atuação política de seu biografado. Todavia, ele entende que as esferas política e religiosa não estão dissociadas, nem mesmo justapostas na vida de Olímpio Campos. Existe, segundo o biógrafo, algo de sagrado na política, uma vez que esta seria a expressão de “deveres santos e patrióticos de lutar pela felicidade, pelo bem-estar humano”²⁴⁴. A dedicação de Olímpio Campos à política teria sido decorrente, portanto, de solicitações irresistíveis a um espírito abnegado e patriota.

Há na obra de Antônio Carmelo uma preocupação em demonstrar que as virtudes religiosas de Olímpio Campos são extensivas à sua atuação política, em afirmar a existência de um silogismo perfeito entre religião e política. Neste ponto, o biógrafo discorda de Homero de Oliveira quando este, considerando que o líder político se sobrepôs ao líder religioso, afirma que o espírito combativo de Olímpio Campos fez com que um dia ele despertasse “mais patriota do que levita, levando-o a trocar os dogmas católicos, pelos preceitos civis; o sossego das naves sagradas pelo ruído dos comícios; a realidade pacífica da religião pelas ilusões tormentosas da política”²⁴⁵. Além de discordar de Homero de Oliveira, Antônio Carmelo também não leva em consideração o testemunho dado pelo próprio Olímpio Campos, declarando, nos seguintes termos,

²⁴² Ibid., p. 49.

²⁴³ Ibid., p. 50.

²⁴⁴ Ibid., p. 51.

²⁴⁵ OLIVEIRA, Homero de. Op. cit., p. 8. Outros biógrafos também entendem que há uma identificação maior de Olímpio Campos com a esfera política do que com a religiosa. Na opinião de Armindo Guaraná, Olímpio Campos se exonerou de suas atividades paroquiais “para mais livremente agir em uma esfera de ação mais ampla e mais acomodada às suas tendências naturais”. Cf.: GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. Op. cit., p. 445.

separar a religião da política: “faço praticamente a distinção entre a sacristia e a política, de acordo com o Evangelho – ‘a Deus, o que é de Deus e a Cesar o que é de Cesar’”²⁴⁶.



Figura 6: Olímpio de Souza Campos (1853-1906)
(Óleo sobre tela de J. de Oliveira, 1906)
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Ao tratar da carreira política de seu biografado, um “vulto digno da História, da veneração dos coevos e dos pósteros”, Antônio Carmelo pretende apresentar “uma estatueta” que, por sua vez, não será constituída “de conglomerados frangíveis”, pois a trajetória de Olímpio Campos “foi uma forte projeção do cristão disciplinado ao patriota, do patriota acendrado ao político coerente, sem desvios, sem soldaduras, sem emendas”²⁴⁷. Essa idéia de construir uma obra edificante, uma espécie de monumento narrativo, à memória de Olímpio Campos permeia toda a biografia.

Impulsionado, portanto, pelo patriotismo e pelos altos valores morais que sempre o acompanharam como sacerdote e como cidadão, Olímpio Campos ingressa na política.

²⁴⁶ CAMPOS, Olímpio de Souza. **Orientação política de Sergipe**. Aracaju: Tipografia d’O Estado Sergipe, 1906, p. 42.

²⁴⁷ CARMELO, Antônio. Op. cit., p. 53 e 54.

Antônio Carmelo aponta dois motivos principais para a entrada de seu biografado na arena das lutas políticas. Um deles, de ordem religiosa, manifestou-se no interesse de dispor de outro mecanismo para defender os interesses da Igreja, depois da polêmica em torno da supressão do ensino religioso na Escola Normal. O outro motivo, de ordem política e de caráter mais pessoal, estava relacionado ao desejo de ajudar ao pai numa contenda com um adversário político²⁴⁸. Assim, para defender melhor “a Religião e as leis do país”²⁴⁹, Olímpio Campos passou a integrar as fileiras do Partido Conservador. Candidatou-se e foi eleito deputado provincial em duas legislaturas consecutivas (1882-1883; 1884) e, em seguida, elegeu-se deputado geral (1885; 1886-1889)²⁵⁰.

Com o advento da República, Olímpio Campos, que já era um dos principais líderes políticos durante o Império, aderiu ao novo regime²⁵¹, logo demonstrando a sua força política. De imediato foi nomeado Intendente de Aracaju²⁵². Contudo, demorou-se pouco tempo no cargo, demitindo-se assim que o Governo Provisório da República decretou a inelegibilidade do clero brasileiro. Para Antônio Carmelo, essa medida republicana representava uma ingratidão e uma injustiça

porque, se nas conquistas da democracia brasileira classe alguma havia que muito merecesse das liberdades e franquias da República, pelo muito de dedicação, de sacrifício, de tributo de sangue que lhe prestaram seus representantes mortos outrora em suas lidas pela liberdade, sem receios de contestação é o clero brasileiro²⁵³.

²⁴⁸ O pai de Olímpio Campos, o coronel José Vicente de Souza era chefe político do Partido Conservador na vila de Itabaianinha e travava uma acirrada disputa política com João Dantas Martins dos Reis que controlava o 3º distrito eleitoral, composto por vários municípios, inclusive a terra natal de Olímpio Campos. Cf.: DANTAS, José Ibarê Costa. A trajetória política de Olímpio de Souza Campos..., p. 226.

²⁴⁹ CARMELO, Antônio. Op. cit., p. 57.

²⁵⁰ Em sua atuação como deputado geral, Olímpio Campos combateu principalmente o projeto do casamento civil e a secularização dos cemitérios. Ibid., p. 58.

²⁵¹ Por ocasião da Proclamação da República em Sergipe, Fausto Cardoso, que era da propaganda republicana, proferiu um discurso saudando Olímpio Campos por sua acertada decisão de aderir ao novo regime. Ibid., p. 60.

²⁵² Desse dado, mencionado por Antônio Carmelo e por outros autores, discorda Ibarê Dantas, para quem Olímpio Campos apenas integrou o Conselho da Intendência. Cf.: DANTAS, José Ibarê Costa. Op. cit., p. 228.

²⁵³ CARMELO, Antônio. Op. cit., p. 61. Para justificar seu argumento em defesa do clero, Antônio Carmelo refere-se a “heróis eclesiásticos da democracia brasileira”: Padre Roma e Frei Caneca cujos martírios os tornaram tão grandiosos quanto Tiradentes.

A reação do clero a essa medida ocorreu em âmbito nacional. Em Sergipe, Olímpio Campos se encarregou de fundar o Partido Católico, em consonância com o que estava acontecendo em outros estados, dando mostras de que exercia uma importante liderança religiosa e política. Com o fim da inelegibilidade do clero, o prestígio político de Olímpio Campos ficaria evidenciado pelo fato de ter ocupado – com exceção da presidência da República – todos os cargos eletivos possíveis, sem jamais ter perdido uma única eleição. Sucessivamente, foi eleito deputado para a Assembléia Constituinte (1892) – da qual presidiu os trabalhos –, deputado estadual (1892-1893), deputado federal (1893-1899), presidente do Estado (1899-1902) e senador (1903-1906).

Ao tratar dessa trajetória de sucesso percorrida, meritoriamente, por seu biografado, Antônio Carmelo concentra sua análise na fase republicana, demarcando alguns momentos principais da atuação política de Olímpio Campos. O primeiro desses momentos diz respeito ao período em que Olímpio Campos foi opositor do governo estadual. Mais precisamente a partir do tumultuado ano de 1894, quando Oliveira Valadão, o líder da facção política a que se opunha Olímpio Campos, assumiu o governo do Estado impondo-se pela força, uma vez que ele não se enquadraria nas condições de elegibilidade estabelecidas pela Constituição de Sergipe para o cargo de presidente do Estado²⁵⁴.

²⁵⁴ No ano de 1894 os grupos políticos de Oliveira Valadão e Olímpio Campos concorreram nas eleições para a Assembléia Estadual, para o Congresso e para a presidência do Estado. Da apuração do resultado das eleições para o Legislativo saiu o vitorioso o grupo político de Olímpio Campos. Contudo, no dia 03 de setembro, por ocasião das seções preparatórias da Assembléia Estadual, os candidatos do grupo de Valadão, por não concordarem com o resultado das urnas, anteciparam-se aos seus adversários e, com o apoio das forças militares sediadas no Estado, tomaram assento na Assembléia e impediram o ingresso dos representantes do grupo contrário, liderados pelo senador Leandro Maciel. Diante do impasse, o então presidente de Sergipe, José Calazans, que estava no último mês de seu mandato e era apoiado pelo grupo de Olímpio Campos, acatando sugestões de correligionários, convocou os eleitos a reunirem-se na vila de Rosário do Catete. Criou-se então uma duplicidade de poderes com o funcionamento de duas Assembléias Legislativas. Diante dessa situação inusitada, o grupo político de Valadão, por ter ficado nas areias de Aracaju, ficou popularmente conhecido como “pebas”, em alusão ao tatu; ao passo que o grupo de Olímpio Campos, Leandro Maciel e Coelho e Campos, por ter se reunido na zona dos engenhos, ficou conhecido como “cabaús”, em alusão ao mel escuro, purgado na fabricação do açúcar. Em 11 de setembro, com base no argumento que a ida de José Calazans para Rosário do Catete configurava o abandono do cargo, Sílvio Romero, político dos “pebas”, liderou o movimento para depor o presidente do Estado, entregando o cargo ao presidente da Assembléia reunida em Aracaju, que comandou a transição de forma repressiva para entregar o governo, no dia 24 de outubro, a Valadão. Desse modo, após uma eleição marcada pela violência, o coronel Valadão, ex-secretário e amigo de Floriano Peixoto, contou com a solidariedade de seus companheiros de Exército e se impôs pela força, assumindo a presidência de Sergipe. De acordo com os adversários de Valadão havia um impedimento legal à sua posse, pois ele não atendia ao critério definido na Constituição de Sergipe (artigo 79, inciso III), que estabelecia que para ser eleito presidente era preciso

Desde então, os dois grupos políticos empreenderam uma intensa luta em torno da legitimidade do governo de Valadão, sustentando a polêmica nas páginas da imprensa, no Congresso Nacional e nos tribunais de justiça do país. Entre os polemistas, assinala o biógrafo, destacou-se Olímpio Campos como o “fulcro da oposição ao governo ilegal”²⁵⁵. O fato de ser o principal opositor fazia dele também o principal alvo das ‘pedras’ dos adversários. Porém, mesmo quando sua dignidade era atacada – como o fizera, por exemplo, Sílvio Romero²⁵⁶ – Olímpio Campos dava provas da “superioridade de seu caráter”, respondendo aos adversários sem nunca agredi-los²⁵⁷. Segundo Antônio Carmelo, nessa contenda entre as duas facções políticas, coube ao seu biografado ser o “herói de uma campanha de quase seis anos”, coube-lhe o papel de “sentinela indormida” na defesa da legalidade e da honra de Sergipe²⁵⁸.

A campanha de Olímpio Campos continuou mesmo após a saída de Valadão do governo, quando este – um pouco antes do término de seu mandato – transmitiu o cargo a seu substituto, o padre Leonardo Dantas. As lutas políticas continuavam renhidas e poucos dias após ter assumido o governo, o padre Leonardo Dantas foi deposto por um levante da polícia. Contudo, a revolta não logrou êxito, pois o presidente da República, Prudente de Moraes, determinou imediatamente a sua reposição. Os situacionistas atribuíram a autoria intelectual do movimento revoltoso a Olímpio Campos. Dessa acusação, Antônio Carmelo busca inocentar seu biografado, referindo-se a um pronunciamento que ele fizera na Câmara dos Deputados negando, nos seguintes termos, a sua participação na revolta

“ser residente no Estado, durante os dois anos que precederam a eleição, ou representá-lo no Congresso Nacional ou na Assembléia do Estado”. Essas informações baseiam-se num estudo inédito de Ibarê Dantas, a quem agradeço por ter me disponibilizado o texto. Cf.: DANTAS, José Ibarê Costa. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909), o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe**. [no prelo]. Especificamente sobre as denominações “pebas” e “cabaús”, ver também: AMADO, Gilberto. **História de minha infância**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

²⁵⁵ CARMELO, Antônio. Op. cit., p. 84.

²⁵⁶ Num livro em que reproduziu parte de seus artigos sobre a referida polêmica, Sílvio Romero refere-se a Olímpio Campos com os seguintes predicados, além do que dá título à obra: “vigário perereca”, “cão de roupeta”, “víbora de estola”, “cascavel de batina”, “hiena dos altares”, “apocalíptica besta da politiquice aldeã”, “protista haeckeliano da depravação moral”, “Judas do Vasa-Barris”. Cf.: ROMERO, Sílvio. **O vampiro do Vasa-Barris**. Rio de Janeiro: Cia. Impressora, 1895, p. 32, 39 e 49.

²⁵⁷ CARMELO, Antônio. Op. cit., p. 81.

²⁵⁸ Ibid., p. 81 e 82.

Lamento não ter tido a glória do movimento, porque considero uma glória enxotar o governo que lá existe... Aceito a responsabilidade moral da revolta; entendo que os soldados praticaram um ato patriótico em enxotar o governo que está em Sergipe e lamento não ter tido a glória de ser o autor do movimento. Eu teria muita satisfação em promover o movimento para a deposição, por qualquer meio²⁵⁹.

Esse pronunciamento de Olímpio Campos atende ao intuito de negar peremptoriamente o seu envolvimento na revolta. Contudo, se o trecho destacado não depõe contra o próprio Olímpio Campos, parece depor contra o intuito de Antônio Carmelo, quando este apresenta seu biografado como uma “sentinela do direito e da lei” e, ao mesmo tempo, reproduz um trecho de um pronunciamento em que essa mesma sentinela afirma que teria satisfação em depor o governo ilegítimo “por qualquer meio”.

Tendo ou não planejado a revolta, Olímpio Campos continuaria por mais algum tempo fazendo oposição ao governo. Isto porque nas eleições de 1896 para a presidência de Sergipe, mais uma vez, opositoristas e situacionistas apresentavam resultados que davam a vitória a seus respectivos candidatos²⁶⁰. Assim como ocorreu em 1894, o grupo ligado a Valadão novamente levaria a melhor, tendo os seus candidatos reconhecidos pela Comissão de Verificação de Poderes do Congresso. A diferença é que dessa vez não havia nenhum impedimento legal contra Martinho Garcez, o presidente eleito. Permaneceriam, contudo, as lutas políticas não apenas entre facções adversárias como também as divergências no interior de cada grupo. De uma dessas divergências internas resultou o rompimento de Martinho Garcez com Valadão, o que levaria a uma posterior recomposição das forças políticas.

Esse rearranjo político que uniu facções contrárias foi fruto de um acordo celebrado entre Martinho Garcez e Olímpio Campos com o propósito de solucionar as infundáveis brigas políticas e usurpações de poder. Por meio desse acordo, Olímpio

²⁵⁹ Ibid., p. 97.

²⁶⁰ Pelo grupo de Valadão foram candidatos: Martinho Garcez (presidente) e Pereira Lobo (vice-presidente), ao passo que pelo grupo de Olímpio Campos foram candidatos: Davino Nomísio de Aquino (presidente) e Manuel Batista Itajaí (vice-presidente). Ibid., p. 99.

Campos chegou à presidência do Estado²⁶¹, o que demarca, de acordo com Antônio Carmelo, o segundo momento significativo da atuação política de seu biografado. Este foi o momento em que Olímpio Campos pôde dar provas de sua “capacidade moral, política e administrativa”²⁶². Assim, logo é apontado o contraste entre o seu governo e os que o antecederam, pois enquanto os bons serviços prestados pelo governo Valadão, por exemplo, “caberiam em um ovo”²⁶³, as realizações da administração de Olímpio Campos, tudo o quanto fora feito por ele é “digno de nota, mas enfadonho enumerar”²⁶⁴. Então, resumidamente

Basta que lhe fique a glória de remodelar a Escola Normal, do que fez pela instrução pública, do início do nivelamento do solo de Aracaju para receber o primeiro calçamento, do aterramento de pântanos que tanto prejudicavam o estado sanitário da capital... Basta que lhe não esqueça o comércio o resgate que fez, em pouquíssimo tempo, de muitas centenas de contos de réis em *fichas*, desmoralizados papeluchos que com o título de moeda fiduciária sugavam o povo, e que vinham como herança de outros governos (...)²⁶⁵.

O biógrafo também assinala como sendo digna de nota a coerência entre os princípios e as práticas políticas de seu biografado, um homem público que, pelos serviços prestados ao país, só não alcançou mais notoriedade em âmbito nacional em virtude do “critério geográfico”, da pequenez de Sergipe²⁶⁶. A mensagem presidencial escrita por Olímpio Campos, em 1900, seria uma prova tanto da coerência entre seus princípios e práticas quanto da falta de reconhecimento de seus méritos. Isto porque o biografado escreve uma mensagem que

só não vale tudo porque foi escrita em Sergipe, mas que lhe não poderão negar nem originalidade, porque nenhum presidente antes dele emitiu aqueles conceitos de bom direito constitucional, nem teve bastante coragem cívica e abnegação cristã para, em documento de tão alto valor como é uma mensagem,

²⁶¹ Teve, porém, que aceitar na chapa de seu partido – como candidatos ao cargo de deputado federal, indicados por Martinho Garcez – os nomes de dois de seus principais críticos: Silvio Romero e Fausto Cardoso.

²⁶² Ibid., p. 108.

²⁶³ Ibid., p. 94.

²⁶⁴ Ibid., p. 113.

²⁶⁵ Id.

²⁶⁶ Ibid., p. 111.

insurgir-se contra o próprio poder, pedindo, pela regulamentação daquele art. 6º, leis taxativas para a procurada estabilidade ou equilíbrio das forças políticas em ação²⁶⁷.

Antônio Carmelo esclarece aos leitores que apresenta esse documento político “a fim de que não julgueis nunca que eu falando de Olímpio Campos lhe romanceio a vida antes que lhe escrevo a história”²⁶⁸. Trata-se de um documento em que, conforme comentou o biógrafo, Olímpio Campos aponta para a necessidade de regulamentação do artigo 6º da Constituição Federal de 1891 – que estabelecia as condições nas quais o Governo Federal poderia intervir nos Estados – com o intuito de que fossem evitadas “a onipotência dos governos estaduais, onipotência que se traduz em despotismo opressor do povo, e a tutela do Governo Federal que aniquila a autonomia dos Estados, implantando a anarquia, ou pela intervenção manhosa ou pela neutralidade culpável”²⁶⁹. Na mensagem, Olímpio Campos segue então criticando a tirania, o absolutismo dos chefes dos Estados, o partidarismo intolerante e apontando a necessidade de que prevaleçam as boas práticas do regime republicano federativo.

Ao tratar da mensagem presidencial, Antônio Carmelo comenta que “apesar de tanta superioridade, houve ainda quem lhe chamasse *onipotente!*” e considera que os pensamentos nela emitidos por Olímpio Campos “são como que defesa prévia às acusações que de futuro lhe seriam dirigidas”²⁷⁰. Procurando demonstrar o quão infundadas são essas acusações contra Olímpio Campos, Antônio Carmelo interpela seus leitores do seguinte modo: “seria assim que falaria Rosas aos argentinos? Seria assim que falaria Francia aos paraguaios? Seria assim que falariam aos seus vassallos todos os tiranos?”²⁷¹. Ele busca defender seu biografado das acusações de onipotente, despótico, tirano, argumentando que o então presidente de Sergipe soube exteriorizar na teoria e na prática “os verdadeiros ensinamentos da democracia”²⁷². Com os comentários feitos sobre essa mensagem, o biógrafo empreende um trabalho de livrar a figura de Olímpio

²⁶⁷ Ibid., p. 114-115.

²⁶⁸ Ibid., p. 115.

²⁶⁹ Id.

²⁷⁰ Ibid., p. 118.

²⁷¹ Ibid., p. 119.

²⁷² Id.

Campos dos ataques que lhe são feitos, das ‘pedras’ que lhe são atiradas, apanhando-as para evitar que atinjam a imagem de seu biografado e utilizando-as para erguer um ‘altar’ onde ele seja entronizado.

Esse trabalho típico de operário de construções simbólicas continua sendo feito por Antônio Carmelo ao tratar de outro momento significativo da trajetória política de seu biografado: o período que se seguiu ao seu governo. Foi este o período em que Olímpio Campos foi mais criticado como chefe político. Alguns de seus principais adversários surgiram de uma cisão ocorrida no seu próprio partido, momento em que Coelho e Campos e Leandro Maciel, seus antigos aliados, tornaram-se ferrenhos opositores. O motivo do desentendimento foi a sucessão presidencial. Olímpio Campos indicou o seu secretário de governo, Josino Menezes, para sucedê-lo na presidência do Estado, tendo indicado também os demais integrantes do partido que concorreriam aos cargos de vice-presidente, de senador e de deputados federais²⁷³. Coelho e Campos e Leandro Maciel, que na época eram senadores, discordaram do nome de Josino Menezes para a presidência do Estado, sugerindo outro nome – o de Mesquita Dantas – para o cargo e, além disso, propuseram que Olímpio Campos fosse o candidato ao senado. As alterações sugeridas por seus correligionários não foram, todavia, aceitas por Olímpio Campos, que, numa obra em que responde às críticas à sua atuação política, assim explica o critério da escolha de Josino Menezes

era a minha convicção concorrer para a eleição de um político novo, fazendo assim cessar a acusação que se nos fazia de só querermos que predominasse a *velha oligarquia conservadora* como escarninhamente exprimiam-se os nossos adversários; e essa acusação em certa ocasião trouxe-nos dificuldades²⁷⁴.

Dando prosseguimento à sua explicação, Olímpio Campos afirmava não pretender pleitear nenhum cargo e entendia que, diante de sua decisão, os correligionários

²⁷³ A indicação completa de Olímpio Campos foi a seguinte: presidente: Josino Menezes; vice-presidente: Pelino Nobre; senador: Mesquita Dantas; deputados: Rodrigues Dória, Joviniano de Carvalho, Leandro Diniz (candidato sugerido por Leandro Maciel) e João Gomes Vieira de Melo (candidato sugerido por Coelho e Campos). Ibid., p. 122.

²⁷⁴ CAMPOS, Olímpio de Souza. Política de Sergipe: resposta ao deputado Alfredo Varella e ao jornalista José do Patrocínio. Aracaju: Tipografia d’O Estado Sergipe, 1904, p. 23 apud CARMELO, Antônio. Op. cit., p. 122.

deveriam lhe dar “a liberdade de nenhuma posição querer, pois eu ficava satisfeito de ver posta em prática a minha posição política e acomodados os amigos”²⁷⁵.

Esse episódio da sucessão presidencial é utilizado pelo biógrafo para argumentar em favor da “*desmarcada ambição*”, da “*abnegação*” de seu biografado que, ao contrário do que afirmavam os adversários, não era obcecado por posições de mando²⁷⁶. Contudo, se Olímpio Campos abria mão de ocupar cargos políticos, o mesmo não acontecia com a defesa de suas idéias, pois nesse aspecto ele era intransigente. Deu provas disso enfrentando os dissidentes, mantendo a indicação de Josino Menezes e elegendo-o presidente do Estado. Não bastasse isso, com a morte do candidato que ele havia apresentado para o senado, – o próprio Olímpio Campos candidatou-se e foi eleito senador, pondo em evidência a sua força política.

O biógrafo argumenta que – pela reação cívica que liderou quando seu grupo político estava na oposição, pela combatividade que sempre revelou nos serviços prestados ao partido e pelo desejo que fosse dada continuidade à sua obra grandiosa à frente do governo estadual – Olímpio Campos tinha todo o direito de não ceder às pressões dos correligionários e de indicar seu sucessor. Além disso, com a escolha de Josino Menezes, que havia militado na propaganda do novo regime, Olímpio Campos afastava-se das críticas que eram lançadas contra o conservadorismo da “*velha guarda monarquista adesista*”, dando provas de sua fé republicana, uma vez que ele próprio se apresentava como um “operário da consolidação da República”²⁷⁷.

A defesa intransigente de suas posições e a evidência de sua força política renderam a Olímpio Campos toda a sorte de críticas e acusações, as quais se intensificaram já no período das eleições para a sucessão presidencial, ainda em seu mandato, e mantiveram-se, posteriormente, durante os governos de Josino Menezes e

²⁷⁵ CAMPOS, Olímpio de Souza. Op. cit., p. 23 apud CARMELO, Antônio. Op. cit., p. 123.

²⁷⁶ CARMELO, Antônio. Op. cit., p. 123. O biógrafo busca reforçar a idéia do desprendimento de Olímpio Campos em relação aos cargos políticos, mencionando, além do episódio em que ele abriu mão do cargo de senador, o fato de que quando foi candidato à presidência do Estado, o seu biografado havia indicado outro nome para ocupar o cargo e apenas lançou sua candidatura porque Martinho Garcez – estabeleceu como condição *sine qua non* para que se fizesse o referido acordo político – que Olímpio Campos fosse o presidente.

²⁷⁷ Ibid., p. 130 e 128.

Guilherme Campos²⁷⁸ que foram eleitos sob sua orientação política, enquanto ele ocupava o cargo de senador. No período final de seu mandato de presidente do Estado, Olímpio Campos foi alvo de algumas das mais sérias acusações que lhe foram feitas. Entre os principais acusadores estavam alguns deputados estaduais da oposição e até mesmo o vice-presidente, adversário de longa data, eleito com base no acordo Garcez-Olímpio. Esses “adversários sem escrúpulos, ambiciosos”, “deputados vagabundos”²⁷⁹, acusaram Olímpio Campos de fazer uso da força policial para praticar violências, persegui-los e ameaçá-los de morte para impedir que comparecessem à Assembléia Legislativa e ainda recorreram a Martinho Garcez para que impetrasse uma ordem de *habeas-corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal. Olímpio Campos, por sua vez, em resposta ao referido Tribunal – que posteriormente negaria o pedido de *habeas-corpus* –, “restabeleceu a verdade”, afirmou que foram os seus adversários que, dois anos antes, tentaram contra sua vida e que aquelas acusações não manchariam a honorabilidade de seu nome e a dignidade de seu cargo²⁸⁰.

As críticas a Olímpio Campos como chefe de partido mantiveram-se incessantes no período em que passaram a governar o Estado os presidentes eleitos sob sua orientação política. Além de se intensificarem as críticas em torno da sua propalada onipotência, de seu autoritarismo, os adversários procuraram também depreciar sua imagem, arremessando ‘pedras’ contra a sua falta de talento intelectual. Sempre envolvido em polêmicas, quer de ordem religiosa, quer de ordem política, Olímpio Campos não aguardaria pelas defesas póstumas que lhe fariam os seus biógrafos. Ele próprio cuidou de se defender, na imprensa e através de livros, das acusações de seus adversários. Entre os ataques à sua falta de inteligência, um dos casos mais emblemáticos reside nas críticas feitas por Felisbelo Freire ao censurar a onipotência de Olímpio Campos e afirmar não

²⁷⁸ A propósito de Guilherme Campos, é digno de nota o silêncio do biógrafo sobre a sua chegada ao Governo. Antônio Carmelo detém-se em minúcias ao tratar das eleições dos governos a que seu biografado fazia oposição, do governo do próprio Olímpio Campos, do governo de Josino Menezes, demorando-se neste para justificar os critérios de sua escolha. Entretanto, sequer é mencionada a chegada de Guilherme Campos – irmão de Olímpio – ao governo. Apenas quando vai tratar da revolta de 1906 é que o biógrafo faz alusão ao fato de o governo ser ocupado, na época, por Guilherme Campos.

²⁷⁹ Ibid., p. 132 e 146.

²⁸⁰ Ibid., p. 138-144.

entender como alguém tão sem talentos podia ocupar posições eminentes na política sergipana. Olímpio Campos respondeu ao seu adversário nos seguintes termos

Eu me não maldigo de minha nulidade intelectual nem aceito discussão sobre tal assunto, pois há uns políticos que têm talento e outros que têm caráter, e assim como não ousou comparar o meu talento com o do Dr. Felisbello, também espero que s. ex. não se atreva a confrontar o seu caráter com o meu, pois sendo este parte dependente da ação do indivíduo, eu tenho procurado fazê-lo digno em todos os sentidos²⁸¹.

Mais adiante, voltando à crítica feita por Felisbello Freire, Olímpio Campos aponta para o adversário um aspecto através do qual este poderia aferir o seu talento, afirmando: “é conhecido o dito francês – ‘Há homens que sobem por seus talentos e outros que têm o talento de subir’. Eu tive o talento de subir e de manter-me nas posições”²⁸². Para Olímpio Campos, todos os cargos ocupados ao longo de sua carreira e a manutenção de sua liderança e prestígio político bastavam para que se avaliasse a inteligência que possuía. Já no que concerne à crítica ao seu predomínio político, Olímpio Campos afirmava que, além de ter tido o talento de subir, gostaria de ter o talento de cair bem e por isso encerraria a sua carreira política no fim de seu mandato senatorial. Dessa forma, dar-se-ia o término do que os adversários consideravam sua onipotência política, à qual ele próprio preferia denominar, de modo chistoso e num evidente trocadilho com o seu nome, de “Olimpíada sergipana”²⁸³.

A falta de ilustração do padre foi uma crítica na qual fizeram coro alguns dos mais destacados intelectuais sergipanos da época – Sílvio Romero, Fausto Cardoso, Gumercindo Bessa, além do já citado Felisbello Freire. Em virtude disso, nota-se nas biografias consagradas a Olímpio Campos uma preocupação em afirmar a sua inteligência²⁸⁴. Em geral, busca-se demonstrar que se a linguagem de Olímpio Campos não era primorosa em sua forma, se não tinha o estilo tão rebuscado quanto a dos

²⁸¹ CAMPOS, Olímpio de Souza. **Orientação política de Sergipe**. Aracaju: Tipografia d’O Estado Sergipe, 1906, p. 33.

²⁸² Ibid., p. 56.

²⁸³ Id.

²⁸⁴ Essa preocupação é manifestada por diversos autores. Contudo, mais do que na biografia escrita por Antônio Carmelo, a defesa da inteligência de Olímpio Campos é feita com afinco no texto de: PRATA, Gervásio de Carvalho. Discurso: Olímpio Campos na história de Sergipe. **Revista de Aracaju**, n. 5, p. 51-92, 1954.

adversários, destacava-se, porém, pelo conteúdo, pelos argumentos persuasivos, expostos sempre com sobriedade em contraposição aos excessos retóricos dos seus adversários e polemistas.

Apresentadas as principais lutas e polêmicas nas quais Olímpio Campos esteve envolvido, Antônio Carmelo afirma que seu biografado percorreu uma trajetória política em que “foi de eleitor a senador caminhando por si só, firmando-se nos próprios méritos, sem mentir, sem trair, sem pedir, posição que soube com dignidade sustentar, e da qual nem o arredaram nem caiu, mas de onde o atiraram morto”²⁸⁵. O biógrafo considera que a carreira política de Olímpio Campos foi um desígnio de Deus e que ninguém, como ele, foi tão caluniado em sua honra, nem foi um político tão dedicado e combativo. Entendendo finalmente que a atuação política de Olímpio Campos legou para Sergipe ordem, paz, liberdade e progresso, propõe aos conterrâneos um epitáfio para seu biografado: “nós os sergipanos que formos capazes de justiça, com o punho firme escrevamos na areia de seu túmulo, sem receios: *‘Nós um bem lhe devemos que gozamos’*”²⁸⁶.

Depois de ter proposto o epitáfio, o biógrafo passa a narrar a história do crime hediondo cometido contra Olímpio Campos. Antes, porém, relata brevemente a revolta e a morte de Fausto Cardoso, de modo a tornar compreensíveis os acontecimentos que deram ensejo à conspiração urdida pelos adversários para atribuir a Olímpio Campos a culpa por aquela morte e, com isso, incitar os filhos de Fausto Cardoso a matá-lo para vingar a morte do pai. Segundo Antônio Carmelo, os adversários empreenderam um incessante “trabalho de solapamento” da honra de seu biografado. Para eles, “Olímpio Campos devia morrer, e morrer sem deixar nome, ou deixando um nome miserável”²⁸⁷.

É justamente para fazer justiça e zelar pelo bom nome de seu biografado, livrando-o das ‘pedras’ que lhe eram arremessadas, que Antônio Carmelo desenvolve uma argumentação no sentido de demonstrar o quão infundadas eram as versões que imputavam a Olímpio Campos a culpa pela morte do líder dos revoltosos, a julgar que, não bastassem os aspectos relativos à moral do biografado, o autor do disparo contra

²⁸⁵ CARMELO, Antônio. Op. cit., p. 148.

²⁸⁶ Ibid., p. 149.

²⁸⁷ Ibid., p. 168.

Fausto Cardoso tinha sido um soldado do Exército e que Olímpio Campos estava incomunicável desde que se asilou na torpedeira *Gustavo Sampaio*.

Contudo, as calúnias, as intrigas e os ódios impediram que aquele acontecimento fosse analisado de um modo lógico, resultando daí outra morte trágica. No dia 9 de novembro, após ter recepcionado Afonso Pena – que chegava ao Rio de Janeiro para tomar posse da presidência da República no dia 15 daquele mês – e ter participado da sessão do Senado, Olímpio Campos seguia de volta ao hotel, quando, passando pela Praça XV, foi cercado por seus assassinos que

sem nenhum respeito à auréola de seu sacerdócio, às altas funções de embaixador do Estado na República, com um tiro na alta fronte vararam-lhe o cérebro... Fora um caso de uma vingança, poder-se-iam sentir desafrentados... entretanto, o cheiro do sangue aguça-lhes os maus instintos, querem-no em migalhas... E enquanto aquele nobre desgraçado procura um asilo, todos os assassinos descarregam suas armas... Então, deitado, ressupino, com os olhos desmesuradamente abertos, vagamente fitando a amplidão azul do infinito por onde entrava para Deus quando a terra lhe fugia aos pés, ele, o bondoso amigo, o pulcro sacerdote alando-se às regiões supremas das eternamente luminosas alvoradas, como herança lega aos seus amigos farta messe de virtude e os despojos de seu corpo já sem vida banhado em sangue. Morrera, pois!²⁸⁸.

Os assassinos – Armando Cardoso, Humberto Cardoso e Délio Guaraná²⁸⁹ – desfecharam, no total, onze tiros e duas facadas contra Olímpio Campos, sendo presos logo após o crime. Em seus depoimentos, na delegacia, os filhos de Fausto Cardoso inocentaram o primo Délio Guaraná de qualquer participação no assassinato, assumindo sozinhos a autoria do crime. Alegaram também que apenas pretendiam tomar uma satisfação sobre a morte do pai e que quando se aproximaram de Olímpio Campos, este sacou de uma garrucha, tendo eles então, só depois disso, atirado contra ele.

Diante dos depoimentos dos filhos de Fausto Cardoso, Antônio Carmelo afirma que “nunca a palavra infalível da Escritura – *omnis homicida mendax* – todo assassino é mentiroso, teve maior nem mais viva aplicação”²⁹⁰ e, assim, empenha-se em defender a

²⁸⁸ Ibid., p. 170-171.

²⁸⁹ Antônio Carmelo menciona ainda a existência de um quarto indivíduo que se evadiu do local sem ser identificado pela polícia. Ibid., p. 179.

²⁹⁰ Ibid., p. 184.

memória de seu biografado, de modo a livrá-lo de mais uma ‘pedra’: a acusação de que estivesse armado. Para isso, comenta outros depoimentos prestados pelos acusados, e publicados na imprensa, apontando contradições e demonstrando o seu desejo prévio de assassinar Olímpio Campos. Argumenta que as únicas armas encontradas no local foram as dos assassinos e que Olímpio Campos tinha a consciência tranqüila quanto à sua inocência na morte de Fausto Cardoso. Por isso, não temia represálias e dispensava até o oferecimento de amigos que queriam acompanhá-lo para proteger sua vida, não tendo, portanto, porque querer portar uma arma²⁹¹. Afirma que os ambientes freqüentados por seu biografado e que o senso moral que ele possuía, decorrente “de suas altas investidas de sacerdote e de senador”²⁹² já eram evidências suficientes de que aquelas acusações eram falsas.

A propósito do crime cometido contra seu biografado, Antônio Carmelo faz ainda mais dois registros: um deles é relativo às justas manifestações de pesar e homenagens prestadas pelo Congresso Nacional à memória de Olímpio Campos; o outro registro é referente à sua indignação com o modo como a imprensa carioca abordou o crime, ou seja, demonstrando condescendência com os criminosos e apenas se referindo a um assassinato tão bárbaro de modo quase indiferente, “em cores pálidas, sem luz”²⁹³, quando deveria, em vez disso, “desposar com ardor a causa desse mártir ultrajado pelo crime de uma vingança injusta e odiosa”²⁹⁴. Afinal, o próprio Antônio Carmelo declarou esboçar o quadro do assassinato “apertando as cores da pintura” e ao proceder desse modo não se afastou sequer “um ponto da verdade”²⁹⁵.

De fato, coube mesmo ao biógrafo esculpir a imagem de seu biografado, defendê-lo com ardor das inúmeras afrontas que lhe foram lançadas para, dessa forma, desagrarar

²⁹¹ Com base em informações publicadas na imprensa, Antônio Carmelo afirma que Olímpio Campos, no dia do crime, carregava consigo apenas um guarda-sol e acrescenta: “pensando poder abrigar-se com aquele escudo de seda... que ingenuidade!”. Ibid., p. 183-184.

²⁹² Ibid., p. 185.

²⁹³ Ibid., p. 193.

²⁹⁴ Ibid., p. 196.

²⁹⁵ Ibid., p. 170. A propósito de ter carregado nas cores da pintura ao tratar do assassinato de Olímpio Campos, é bastante curioso o paralelo que é traçado pelo biógrafo, o qual, com riqueza de detalhes, compara os assassinos com tigres em perseguição à sua presa.

a sua memória, fazendo-o entrar “limpo para a história”²⁹⁶. As últimas acusações feitas a Olímpio Campos, envolvendo o episódio de seu assassinato, foram, ao que parece, as mais facilmente defensáveis se comparadas às inúmeras outras ‘pedras’ que contra ele foram arremessadas. Ao longo de toda a biografia, o trabalho de Antônio Carmelo, foi livrar a imagem de seu biografado das várias ‘pedras’ que lhe atiraram, reunindo-as e destinando-as a outro fim: edificar um monumento narrativo, erguer um ‘altar’ nas alturas do qual Olímpio Campos pudesse ser objeto de justa e necessária devoção.

²⁹⁶ Ibid., p. 173.

Capítulo 3 - Uma história da memória: as comemorações das mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos (1906-2006)

Depois de terem sido apresentadas a revolta de 1906 e as figuras de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, a partir das significações construídas pelas narrativas historiográficas e biográficas, o propósito deste capítulo é analisar outras práticas e representações que compuseram o processo de construção das memórias dos dois líderes políticos, buscando-se empreender uma história da memória. Trata-se de uma análise semelhante à que foi feita por Georges Duby em sua obra sobre a batalha de *Bouvines*, na qual ele tentou “ver como um acontecimento se faz e se desfaz, já que, afinal, ele só existe pelo que dele se diz, pois é fabricado por aqueles que difundem a sua notoriedade”. Impulsionado por esse intuito, o autor esboçou, por conseguinte, “a história da lembrança de *Bouvines*, de sua deformação progressiva, pelo jogo, raramente inocente, da memória e do esquecimento”²⁹⁷.

Contudo, a ênfase aqui não recai sobre a memória da revolta de 1906, mas sim sobre aquela construída em torno das figuras dos dois políticos. Desse modo, para observar os pontos de inflexão que marcaram a vitalidade e o arrefecimento do processo de culto às memórias de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, a análise está centrada nas comemorações dos aniversários de suas mortes, celebradas, respectivamente, nos dias 28 de agosto e 09 de novembro. Foi nessas comemorações que se concentrou a maior parte dos “lugares de memória”²⁹⁸ – além de que elas próprias se constituíram como tais – produzidos por faustistas e olimpistas para homenagear seus líderes: missas fúnebres, romarias cívicas, elogios diante dos túmulos e produções discursivas veiculadas na imprensa. Ainda que os monumentos erguidos em praças públicas não tenham sido inaugurados exatamente nessas efemérides, eles foram também parte integrante das práticas comemorativas e se constituíram em dois expressivos lugares de memória.

Acompanhemos então como, através das comemorações realizadas no período compreendido entre 1906 e 2006, fez-se a gestão das memórias de Fausto Cardoso e

²⁹⁷ DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 11-12.

²⁹⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares..., passim.

Olímpio Campos, num processo que mobilizou um vasto repertório simbólico e que foi marcado por lembranças e esquecimentos.

3.1 - Dos ritos fúnebres aos monumentos públicos

3.1.1 - As homenagens dos faustistas

Logo após a morte de Fausto Cardoso tiveram início, através dos ofícios religiosos, as primeiras evocações de sua memória. Proliferaram as missas fúnebres celebradas em sufrágio de sua alma. Além das missas de periodicidade mais convencional – sétimo dia, mensais e anuais – outras foram realizadas nos dias subseqüentes ao sepultamento²⁹⁹. A grande quantidade de missas encomendadas expressava uma crença presente na mentalidade católica, segundo a qual essas liturgias eram vistas como a forma de assegurar um bom destino para a alma.

Apesar de as missas serem um rito comum a todos os católicos mortos, as que foram realizadas em homenagem a Fausto Cardoso assumiram uma dimensão pública e uma solenidade maiores do que o habitual. Sempre que se referia às missas em seu noticiário, a imprensa destacava a grande quantidade de pessoas que delas participavam. Neste sentido, também o jurista Gumersindo Bessa testemunhou em seu diário, por ocasião da missa de sétimo dia, que a Igreja Matriz foi “insuficiente para conter o povo”³⁰⁰. Além dos correligionários, diversas famílias encomendavam missas pela alma de Fausto Cardoso. Na data do segundo aniversário de sua morte, por exemplo, realizavam-se em Aracaju, simultaneamente, uma missa na Igreja Matriz e outra na capela do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Isto sem contar aquelas que eram celebradas nas paróquias de vários municípios do interior.

²⁹⁹ Fausto Cardoso foi sepultado em 29 de agosto, dia seguinte ao de sua morte, no cemitério Santa Izabel em Aracaju. De seu sepultamento, não foi possível, porém, obter descrições na imprensa, pois não há jornais referentes ao mês de agosto de 1906 em nenhuma das hemerotecas de Sergipe.

³⁰⁰ **Diário de Gumersindo Bessa, anotado por João Dantas Martins dos Reis**. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, cx. 28, doc. 147.

As missas eram realizadas com grande regularidade. Até o aniversário de um ano da morte de Fausto Cardoso, elas foram celebradas todos os meses. Depois disso, embora tenham ocorrido algumas missas mensais, passaram a ter periodicidade anual. A cada 28 de agosto realizavam-se missas com grande solenidade: bandas de música acompanhavam o ato religioso, executando marchas fúnebres e eram distribuídos retratos de Fausto Cardoso e cópias de poesias de sua autoria. A pompa da cerimônia era completada por um catafalco erguido no centro da nave da Igreja. Na descrição feita por um articulista, tratava-se de um “suntuoso catafalco, que terminava quase no teto por um símbolo representando a Pátria em lágrimas, lamentando a perda de um filho adorador”³⁰¹. Durante muito tempo, a armação de catafalco era uma honraria permitida apenas nas missas para papas, bispos e reis. Esse aparato só era autorizado para outras pessoas sob licença especial. A partir de meados do século XIX, deixou de haver essa restrição formal, contudo, o uso de catafalco ocorria somente nas missas fúnebres de caráter mais solene, consagradas a mortos ilustres³⁰².

Marcadas pela grande afluência de pessoas, pela regularidade com que eram celebradas e pelo caráter solene que sempre as caracterizaram, as missas em homenagem a Fausto Cardoso pareceram exceder o seu fim religioso, ou seja, a crença em seu papel de garantir a salvação da alma. Constituíram-se num momento de reavivar na memória as lembranças do morto, afastando assim a possibilidade de esquecimento.

Contudo, mais até do que as missas fúnebres, outras práticas ritualísticas mobilizaram um vasto repertório de símbolos e tiveram um papel significativo na construção da imagem póstuma de Fausto Cardoso: as romarias cívicas ao seu túmulo. Sua periodicidade foi idêntica à das missas³⁰³. Decorridos sete dias do sepultamento, ocorreu a primeira romaria, à qual se seguiram outras, realizadas mensalmente, sempre no dia 28. Nessas visitas mensais eram depositadas flores e grinaldas sobre o túmulo³⁰⁴. A

³⁰¹ **Correio de Aracaju**, Exéquias e romaria, 01 set. 1907, p. 2.

³⁰² REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³⁰³ A programação do dia de homenagens era sempre composta por missas e romarias. Aquelas invariavelmente no período da manhã e estas à tarde.

³⁰⁴ Foram enviadas grinaldas para o túmulo de Fausto Cardoso pela colônia sergipana domiciliada em Santos-SP, pelos estudantes da Escola Militar de Porto Alegre-RS e por Arthur Lemos, deputado pelo estado do Pará. A propósito dessa última grinalda, a imprensa fez questão de registrar o quanto ela era preciosa,

exemplo do que ocorreu com as missas, foi também por ocasião das comemorações anuais da morte de Fausto Cardoso que essas romarias revelaram-se mais imponentes.

Entre os anos de 1907 e 1911 realizaram-se cinco grandes romarias cívicas. Nesses rituais, o cortejo era aberto por uma ala de crianças e senhoritas que trajavam branco e carregavam um estandarte com o retrato de Fausto Cardoso; a segunda ala era formada pela banda de música que executava marchas fúnebres e, na seqüência, vinham os demais romeiros que usavam broches e medalhas com a efígie do morto e carregavam sobre os ombros charolas com coroas de flores, das quais pendiam fitas roxas com dedicatórias expressas em significativas inscrições:

Ao gênio da Pátria – o povo de Sergipe; Herói e mártir, a imortalidade é tua; O coração das sergipanas ao coração de Fausto; Ao bom Fausto – *recuerdo* de Annita, Santinha e Cassula; A Fausto Cardoso – saudades da família Campos; Ao gênio das tribunas – a mocidade das escolas; Ao herói da Pátria – a mocidade de Sergipe; Fausto, teu sangue nos remiu³⁰⁵.

Para que um número maior de romeiros pudesse participar das homenagens, a comissão organizadora publicava notas na imprensa solicitando o fechamento do comércio de Aracaju no horário em que seria iniciada a romaria. O cortejo saía, sempre às 16h:00, das proximidades do chalé em que Fausto Cardoso morreu; passava em frente ao Palácio do Governo, sendo, neste momento, arremessadas flores sobre o local em que ele caiu ferido; e seguia em direção ao cemitério Santa Izabel, precisamente ao “carneiro n. 67”³⁰⁶. Ao longo do cortejo eram feitas algumas paradas para que os fotógrafos pudessem registrar a romaria. Das fotografias eram produzidos cartões postais da romaria, ou seja, era memória registrando memória. Ainda durante o trajeto, pessoas provenientes de diversos pontos da cidade incorporavam-se aos romeiros, enquanto outras aguardavam a procissão cívica já no cemitério. Nos noticiários da época, calculava-se que participavam dessas cerimônias aproximadamente quatro mil pessoas.

visto que “foi vinda de Paris e custou mais de 5:000\$000; é toda de alumínio, sendo a mais importante que até hoje veio à América do Sul”. **Correio de Aracaju**, Fausto Cardoso, 06 dez. 1906, p. 2.

³⁰⁵ **Correio de Aracaju**, Romaria ao túmulo de Fausto Cardoso, 30 ago. 1908, p. 2; **Correio de Aracaju**, Romaria, 31 ago. 1910, p. 2; **Diário da Manhã**, Romaria, 30 ago. 1911, p. 1.

³⁰⁶ **Diário de Gumersindo Bessa...**, IHGS, cx. 28, doc. 147.

Quando o cortejo chegava ao cemitério, eram depositadas flores sobre o túmulo e o orador oficial da cerimônia proferia o seu elogio fúnebre, louvando o caráter exemplar e os grandes feitos de Fausto Cardoso durante a revolta de 1906. O panegírico do morto era continuado nos discursos de outros oradores e nas poesias recitadas pelas senhoritas. Com flores e referências nos discursos, também era lembrado Nicolau Nascimento cujo túmulo ficava vizinho ao de Fausto Cardoso.

Com as romarias anuais ao túmulo de Fausto Cardoso gestava-se uma tradição comemorativa. Era preciso, portanto, que fossem mantidas as características cênicas do ritual. O pedido da comissão para que o comércio fosse fechado, a disposição das alas, o horário e o local de saída, o trajeto do cortejo, os símbolos da cerimônia, e os elogios fúnebres repetiam-se a cada ano. Cuidava-se para que nada fosse alterado. A repetição era importante para assegurar a eficácia do ritual, pois, conforme assinalou Eric Hobsbawm, “o objetivo e a característica das ‘tradições’, inclusive das inventadas, é a invariabilidade”³⁰⁷.

A despeito da regularidade com que essas práticas ritualísticas ocorriam e da diversidade de representações elaboradas para homenagear Fausto Cardoso, o culto à sua memória não transcorreu de forma pacífica. Ao contrário, o que se observou foi uma verdadeira batalha entre memórias concorrentes, uma vez que o desfecho duplamente trágico da revolta acentuou o antagonismo existente entre faustistas e olimpistas. O que, para um grupo, era digno de memória, para o outro, devia ser relegado ao esquecimento. Por isso, durante todo o período em que os olimpistas estiveram no poder – desde o desfecho da revolta até fins de 1911 – as ações que visavam à preservação da memória de Fausto Cardoso tenham sido alvo de perseguição política.

A repressão aos faustistas ocorreu principalmente durante o governo de Guilherme Campos, momento em que, ainda muito excitados os ânimos após o desfecho da revolta, foram registrados os atos mais violentos, as agressões físicas. No calor dos acontecimentos de 1906 os principais líderes faustistas fugiram do Estado com medo de represálias e o *Jornal de Sergipe*, que havia se tornado o órgão do faustismo, foi extinto. Nesse período, todas as manifestações públicas que contribuíam para dar visibilidade ao

³⁰⁷ HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 10.

faustismo sofriam forte perseguição dos olimpistas. No dia 28 de setembro, Gumersindo Bessa registrou em seu diário

30 dias da morte heróica de Fausto Cardoso. A cidade acordou surpreendida pela notícia de terem sido presos esta noite, nos seus domicílios, alguns oficiais da polícia revoltosa. Uma traição indigna do governo, que tinha prometido anistia. Perfídia agravada pelo fato de se pretender, assim, pelo terror, impedir a Romaria, marcada para hoje³⁰⁸.

As romarias foram um dos principais alvos dos olimpistas na tentativa de impor o silêncio ao grupo rival. Em novembro de 1906, depois do assassinato de Olímpio Campos, a repressão aos faustistas foi intensificada. No dia da romaria ao túmulo de Fausto Cardoso, os romeiros encontraram os portões do cemitério fechados e foram impedidos de entrar pela polícia, tendo então arremessado as flores por cima dos muros³⁰⁹. Pouco antes da romaria de dezembro, expressava-se com humor o receio decorrente da perseguição política

- Parece que se complica a história da colocação da grinalda vinda do Pará.
- Não vejo motivos para tanto.
- E o cemitério se abrirá?
- Nada sei meu amigo, dessas moradas do outro mundo.

- Quem vem lá?
- Sou eu que ando na plena paz do senhor e vou visitar o Dr. Chefe.
- Olhe a faca do sargento...
- Então, quem falou já não está aqui³¹⁰.

As ações repressivas do governo estadual eram objeto de denúncias constantes na imprensa. Neste sentido é particularmente expressiva uma série de artigos em que o jornal *Correio de Aracaju*³¹¹ tornava pública a onda de violência na capital e no interior, ao mesmo tempo em que pregava a “paz e a concórdia” entre os dois grupos rivais. Por

³⁰⁸ **Diário de Gumersindo Bessa...**, IHGS, cx. 28, doc. 147.

³⁰⁹ **Correio de Aracaju**, Triste nota, 02 dez. 1906, p. 2.

³¹⁰ **Correio de Aracaju**, Moscas Volantes, 13 dez. 1906, p. 3.

³¹¹ O jornal *Correio de Aracaju* era de propriedade de Oliveira Valadão. No contexto político de 1906, o grupo de Valadão representava a terceira força política de Sergipe. Contudo, após o insucesso da revolta e o enfraquecimento dos faustistas, os valadonistas tornaram-se os principais opositores do olimpismo.

ocasião dos preparativos para a primeira romaria anual ao túmulo de Fausto Cardoso, o referido jornal assinalava que

Toda vez que o culto da amizade cogita em fazer demonstrações piedosas à memória de Fausto Cardoso, espalha-se, sem que se possa conhecer a procedência do boato, a notícia de que as autoridades estaduais impedirão as consagrações feitas ao nome do grande morto³¹².

Em seguida, o articulista fazia uma advertência em sutil tom de ironia, afirmando que se alguém “tentasse esse sacrilégio, o sr. desembargador Guilherme, ilustre presidente do Estado, empregaria todos os meios para evitá-lo”, afinal o governante não era “um profanador de sepulcros!”³¹³.

No ano de 1911, já haviam cessado as perseguições e violências físicas, porém, os interesses dos dois grupos continuavam inconciliáveis. Alguns dias antes da romaria daquele ano, o mestre da banda de música do Corpo de Polícia havia oferecido aos faustistas uma marcha intitulada “Lembrança de Fausto Cardoso”. A contratação da referida banda para acompanhar o cortejo cívico foi, porém, vetada por Rodrigues Dória, presidente do Estado, que havia sido eleito pela política olimpista. Num artigo intitulado “Mesquinheza”, criticava-se a decisão do governante, que teria agido desse modo “para não ferir a suscetibilidade política dos reduzidos amigos do padre Olímpio Campos”. A crítica seguia em tom sarcástico

o sr. Rodrigues Dória, que cede e aluga todos os dias a música policial para acompanhar bangüês de anjinhos, procissões, tocar em teatros, circos de cavalinhos e até em bambochatas das ruas de canto, não podia, não devia recusá-la para acompanhar o préstito cívico ao túmulo do maior dos sergipanos³¹⁴.

Em tom desafiador dirigia-se o jornal a Rodrigues Dória: “ontem, hoje, amanhã e sempre, quer s. ex. queira, quer não, essas romarias serão soberbas apoteoses”³¹⁵. Para contornar o problema, os organizadores da romaria contrataram a Filarmônica Santa Cecília, da cidade de Maruim, assegurando assim o bom andamento da cerimônia.

³¹² **Correio de Aracaju**, Fausto Cardoso, 25 ago. 1907, p. 2.

³¹³ Id.

³¹⁴ **Diário da Manhã**, Mesquinheza, 30 ago. 1911, p. 2.

³¹⁵ Id.

O papel desempenhado pela imprensa não ficou restrito, contudo, às denúncias de perseguição política aos faustistas. Além de divulgarem em seu noticiário a realização de homenagens como as missas fúnebres e as romarias cívicas, os jornais veicularam artigos que foram importantes na construção da memória de Fausto Cardoso ao produzirem significados que, posteriormente, foram reproduzidos em larga medida por biógrafos e historiadores.

A maior parte dos artigos de opinião foi escrita nas efemérides em que se comemorava a morte de Fausto Cardoso. Nesses textos, buscou-se destacar os múltiplos aspectos que compunham a individualidade e o caráter exemplar de Fausto Cardoso. Compararam-no a Demóstenes para evidenciar sua habilidade como orador, aos soldados espartanos para significar a sua dedicação e coragem e também a uma águia para caracterizar os altos vãos de seu intelecto. Isto para citar apenas alguns exemplos. Assim, ao empregarem essas alegorias os autores dos textos buscavam construir sentidos reconhecíveis, explorando a relação simbólica existente entre o signo e o significado³¹⁶.

Contudo, não surpreende que a tônica dessas produções discursivas tenha sido evocar a morte de Fausto Cardoso no desfecho da revolta e apontar as razões pelas quais ele devia ser imortalizado. Por ocasião do primeiro aniversário da morte de Fausto Cardoso, Homero de Oliveira referiu-se em seu texto às “saudades”, “lágrimas” e “gemidos” provocados por aquele acontecimento traumático, mas, ao mesmo tempo, destacou a importância de rememorar-lo, pois, caso contrário, aquela lembrança “se cristalizaria numa dor eterna”³¹⁷, enfatizando, desse modo, o efeito catártico das comemorações.

Na rememoração dos acontecimentos de agosto de 1906 são destacados três momentos principais: a recepção, o juramento da paz e o assassinato. É a este último acontecimento que os autores dos textos conferem maior ênfase, procurando apresentar o líder da revolta como herói e mártir. Para significar o seu martírio uma medida bastante eficaz foram as comparações com Cristo. Nessa analogia, busca-se identificar uma via

³¹⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 20-21.

³¹⁷ OLIVEIRA, Homero de. Fausto Cardoso. **Correio de Aracaju**, 28 ago. 1907, p. 1.

crucis em comum, acentuando a vitimização de Fausto Cardoso e a impunidade em que ficou o crime

Cristo marchou de Pilatos ao Calvário, como ele seguiu de Firmino Rego à praça pública. Cristo levava aos ombros uma cruz, símbolo augusto da redenção humana; ele levava no peito um coração a pulsar, e nos lábios a palavra apaixonada, vibrante e quente, uma e outra, transfiguradas nos símbolos vivos do seu grande amor à liberdade dos povos. Em ambas as tragédias de conhecimento notáveis, esta diferença: Pilatos fugiu de assistir a morte do Inocente... Firmino Rego assistiu a execução do herói... o remorso do primeiro atirou-o ao desespero e a vigília; o segundo não teve remorso, a tranqüilidade, deste, levou-o ao sossego bendito do sono. Conseqüências: Pilatos teve por prêmio, através dos séculos, a merecida execração da humanidade; Firmino Rego espera, em breve, as promoções da Pátria!³¹⁸.

O recurso às comparações com Cristo era importante para que as representações que iam sendo construídas alcançassem a todos, para que fossem capazes de atingir a alma popular, afinal a sociedade sergipana tinha na religiosidade cristã um dos principais componentes de seu repertório cultural. Por isso, esse expediente foi utilizado reiteradas vezes. Em outro artigo, afirmou-se, por exemplo, que “em torno do sepulcro de Cristo, montam guarda e velam, dia e noite, todas as pátrias; em torno da sepultura de Fausto ronda e vela, sem cessar, a Pátria sergipana”³¹⁹.

Nos textos veiculados nos jornais são comuns as referências à uma pátria sergipana e também a intenção de apresentar o gesto heróico de Fausto Cardoso no desfecho da revolta como uma decorrência natural de seu patriotismo, de sua dedicação e de seu amor por Sergipe, pois

Ninguém, como Fausto, soube, mais alto, erguer o nome de Sergipe; ninguém, por esse pedaço de terra, mais dedicou-se, esforçou-se, lutou e combateu; passou a vida conquistando, dia a dia, para seu Sergipe, renome e glórias, e, quando a morte o surpreendeu, foi, ainda, em defesa do que o sonhador e o crente presumia ser a conquista de sua liberdade, de sua felicidade no presente, de sua grandeza no futuro³²⁰.

³¹⁸ Id.

³¹⁹ OLIVEIRA, Homero de. Fausto Cardoso. **Correio de Aracaju**, 28 ago. 1910, p. 1.

³²⁰ **Correio de Aracaju**, Fausto Cardoso, 24 out. 1906, p. 3.

A morte de Fausto Cardoso não foi tematizada, no entanto, apenas em textos eruditos de intelectuais que colaboravam na imprensa. O culto à memória do líder da revolta expressou-se também na tradição oral e ficou registrado no cancionero popular, conforme se verifica nas estrofes seguintes

Vamos ao Aracaju
Ver a Revolução
Que mataram Fausto Cardoso
E mataram ele a traição.
(...)
O nono se ofereceu
Por ser o mais valentão,
Se ofereceu ao Padre Olímpio
Para vencer a questão.

Quando ele subiu o palácio
Subiu com boas maneira
Mas não pensava ele que
Era a sua derradeira.
(...)
A viúva de Fausto Cardoso
Nem o luto quer botar,
Quando lembra do marido
Só deseja se vingar.

Minha gente, venha ver
Um caso de admirar:
Um homem como Fausto Cardoso
Em Sergipe outro não há.

Minha gente, venha ver
Um caso que nunca se deu:
Um homem como Fausto Cardoso
Na praça pública morreu.

As moças do Aracaju

Não podem mais trabalhar,
Quando lembram de Fausto Cardoso
Começam logo a chorar.

As moças vão pra igreja
Com seu terço pra rezar,
Quando vê Padre Olímpio
Começam a se retirar³²¹.

Um teor semelhante está presente nos versos dessa outra composição

A 28 de agosto
Do ano que já findou
O Padre Olímpio de Campos
Tirou a vida ao doutor.
(...)
Maldito seja este padre,
Sem política e sem razão
Que a alma do nosso amigo
Lhe atrapai a sarvação³²².

As duas composições acima destacadas refletem o clima de animosidade entre faustistas e olimpistas e expressam duas idéias difundidas entre os seguidores de Fausto Cardoso, a saber: que o seu líder foi traído pelos adversários e que Olímpio Campos tinha responsabilidade na sua morte.

No culto a Fausto Cardoso, a sua memória estava sendo evocada através da oralidade, de representações textuais, de representações imagéticas e de práticas ritualísticas. Contudo, os faustistas consideravam que para assegurar a imortalidade de seu líder era preciso perpetuar a sua memória através do bronze, acrescentando às várias homenagens já existentes um monumento em praça pública.

³²¹ Esses versos, que foram reunidos pelo folclorista Jackson da Silva Lima, faziam parte do romance *A morte de Fausto Cardoso*. Cf.: LIMA, Jackson da Silva. **O folclore em Sergipe**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1977, p. 528-530.

³²² CALASANS, José. Subsídios para o cancionário histórico de Sergipe. In: **Aracaju e outros temas sergipanos**: esparsos de José Calasans. Aracaju: Governo de Sergipe - FUNDESC, 1992, p. 131-132.

3.1.2 - O monumento a Fausto Cardoso

A idéia de erguer um monumento a Fausto Cardoso, apresentada pelos faustistas como um “preito de gratidão” e um “dever cívico”³²³, apenas se tornou exeqüível com o fim do controle da política estadual pelo grupo olimpista. Isso ocorreu somente em fins de 1911, quando, como parte integrante de um movimento de amplitude nacional – a “Política das Salvações”³²⁴ –, o general José Siqueira de Menezes chegou à presidência de Sergipe. Embora desde 1908 já não fossem registrados atos violentos contra os faustistas, a animosidade persistia e os dois grupos empenhavam-se em projetos concorrentes de culto aos seus líderes mortos. Como a construção de um monumento era uma homenagem que dependia da anuência dos poderes públicos, a saída dos olimpistas do governo de Sergipe era uma condição indispensável para o êxito do projeto faustista.

Já durante a campanha sucessória para a presidência do Estado, quando se teve certeza de que o governo olimpista estava chegando ao fim, pois Siqueira de Menezes era candidato único, teve início oficialmente a mobilização para erguer um monumento a Fausto Cardoso. No dia 23 de abril de 1911, um grupo de faustistas se reuniu no prédio da Associação Comercial para levar a efeito aquela que era considerada a maior homenagem prestada ao líder assassinado. Nessa reunião, decidiu-se constituir uma comissão promotora do monumento, destinada a coordenar todas as ações necessárias para atingir o fim visado e à qual estava facultado o direito de nomear comissões parciais. Ficou decidido também que seriam abertas listas de donativos junto à população como forma de arrecadar o valor necessário à construção do monumento. Essas listas de arrecadação [figura 7] foram distribuídas em diversos municípios de Sergipe e de outros estados do Brasil.

³²³ **Correio de Aracaju**, Fausto Cardoso, 21 abr. 1911, p. 3.

³²⁴ A Política das Salvações foi implementada pelo presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914) e recebeu este nome porque consistiu num processo de intervenções militares que pretendia “salvar” o país do domínio oligárquico. Em Sergipe, porém, não houve intervenção. Siqueira de Menezes elegeu-se na condição de candidato único, indicado por Hermes da Fonseca. A esse respeito, cf.: DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe: República (1889-2000)**..., p. 35; FRANCO, Josevanda Mendonça. **A Política das Salvações: um estudo de caso**. São Cristóvão, 1982. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

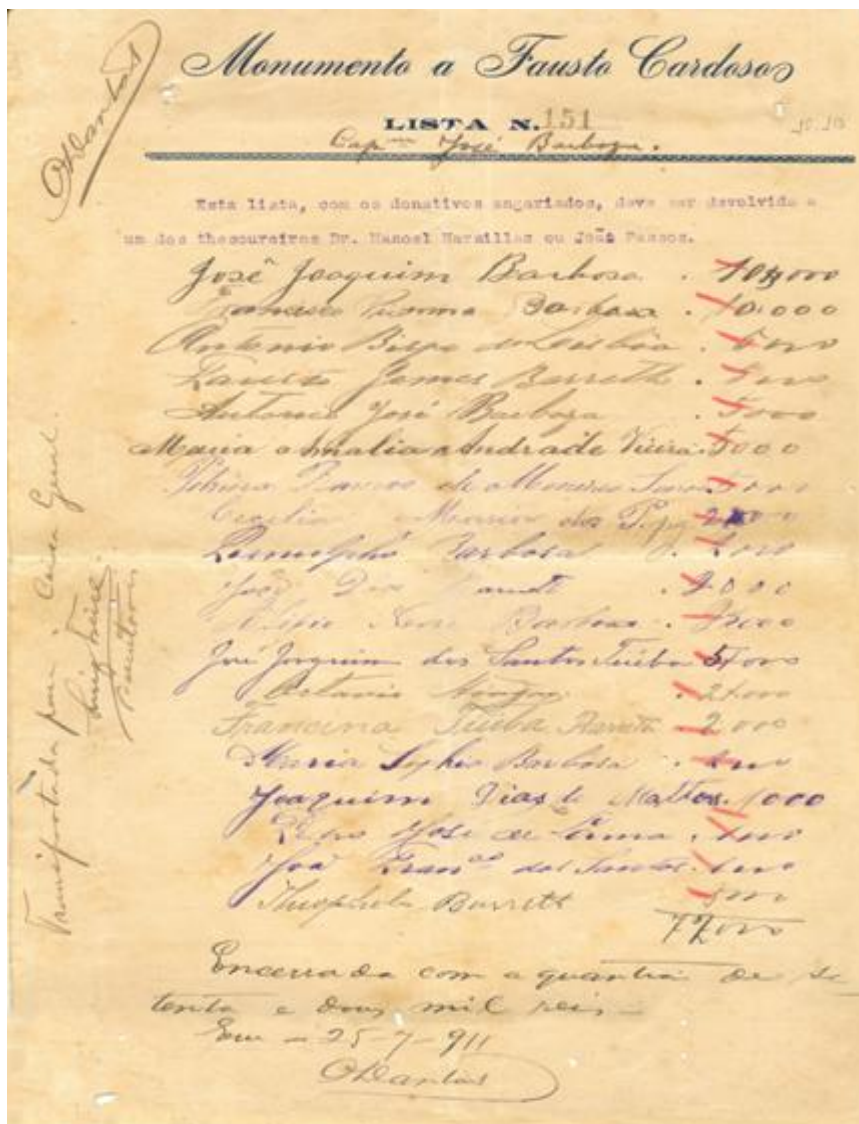


Figura 7: Lista de arrecadação de donativos para o monumento a Fausto Cardoso
Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (cx. 33, pac. 2)

Estando traçadas as principais diretrizes, passou-se na reunião subsequente à distribuição dos cargos entre os membros da comissão central, que ficou assim estabelecida: Olegário Dantas (presidente), Jesuíno José Gomes (vice-presidente), Luiz Freire (1º secretário), Carlos Alberto Rolla (2º secretário), Manoel de Marsillac Mota e João Canuto dos Passos (tesoureiros). Esses guardiões da memória de Fausto Cardoso correspondiam ao perfil da intelectualidade sergipana da época: havia dois bacharéis em Direito (Jesuino J. Gomes e Luiz Freire), um bacharel em Medicina (Carlos Alberto Rolla),

um jornalista e funcionário público (Olegário Dantas). Quanto a João Canuto dos Passos e Carlos Alberto Rola, não se tem conhecimento de suas áreas de atuação profissional.

Nos meses seguintes à reunião, as listas com os valores arrecadados começavam a ser recebidas pelos membros da comissão promotora, os quais anotavam criteriosamente todas as informações: o número da lista, seu responsável, a data em que era recebida e o valor arrecadado³²⁵. Ao serem encerradas, essas listas eram assinadas por Olegário Dantas (presidente) e Luiz Freire (1º secretário), que além das assinaturas deixavam anotações, no mínimo, curiosas. Às vezes, a pessoa a quem havia sido destinada a lista não procedia a arrecadação, devolvendo-a em branco. Diante de situações desse tipo, havia desde comentários taxativos como: “que padre ruim”, “estupidamente devolvida”, ou ainda, “devolvida por imprestabilidade do destinatário”, até aqueles que se revestiam de suave ironia como: “generoso cidadão”. Em contrapartida, quando a arrecadação era satisfatória afirmava-se que havia sido “brilhantemente encerrada com a quantia de (...)” ou então se consignava um “voto de louvor”³²⁶.

A análise destas listas permite apreender o perfil do grupo de pessoas que, com suas doações, contribuíram para a construção do monumento. Essencialmente heterogêneo em sua composição, esse grupo era integrado por comerciantes, operários, padres, advogados, médicos, dentistas, farmacêuticos, professores, políticos, etc. Além disso, um dado que impressiona é o grande número de mulheres entre os contribuintes, visto que num universo de um pouco mais de 3.000 assinaturas quase 10% partiram de mãos femininas. Esses dados são ainda mais expressivos se considerarmos que a sociedade sergipana na época era acentuadamente patriarcal e hierarquizada. Também tiveram lugar nessas listas as assinaturas anônimas. “Uma admiradora faustista” e “um patrício do mártir venerado” foram algumas das várias formas com que contribuintes ocultaram seus nomes. O recurso ao anonimato torna plausível a interpretação de que essas pessoas talvez possuíssem algum tipo de ligação com o olimpismo, temendo, em função disso, sofrer as conseqüências advindas das reviravoltas próprias da política.

³²⁵ Registro das listas recebidas, IHGS, cx. 33, pacotilha 6.

³²⁶ Listas de donativos, IHGS, cx. 33, pacotilhas 1, 2, 3 e 4.

Os diversos segmentos sociais que integravam o grupo de contribuintes, a considerável participação feminina e o expediente do anonimato apontam para o fato de que a mobilização para a construção do monumento não se deu apenas entre os políticos que militavam nas hostes faustistas, tendo-se tornado, ao contrário, uma causa pela qual se empenhou uma coletividade bem mais ampla. Além disso, bastante significativo da aceitação popular alcançada pela campanha foi o fato de terem sido registradas, nas listas de donativos, contribuições provenientes da maioria dos municípios sergipanos e também de alguns municípios de outros estados do Brasil.

As arrecadações foram particularmente expressivas em estados onde havia numerosa colônia sergipana. Os “expatriados”, mesmo distantes da terra natal, julgaram legítima a causa e contribuíram para que ela se efetivasse. Ilustrativo disso é o trabalho que fora levado a efeito em Santos-SP. Ali, além das doações, a arrecadação proveio de uma sessão de cinema explicitamente destinada a conseguir fundos para a campanha. Em carta enviada à comissão promotora do monumento, a comissão formada naquela cidade explicava o êxito obtido na arrecadação, afirmando que

foram distribuídas listas angariadoras a todos os seus membros e feitos apelos à distinta colônia sergipana aqui domiciliada, por intermédio do simpático órgão da imprensa desta terra ‘*A Tribuna*’ que abraçou como sua a nossa causa. Contribuiu para o senão ótimo, porém feliz resultado obtido, o bom acolhimento com que foi recebida a nossa idéia pelo patriótico povo desta hospitaleira cidade, em geral, e em particular pelos seus distintos filhos, pois que, com geral agrado seu, não se negou a contribuir com seu valioso auxílio para o bom êxito obtido em um espetáculo cinematográfico efetuado no ‘*Colyseu Santista*’ de propriedade do distinto e benemérito empresário Sr. F. Serrador que, gentilmente ofereceu um espetáculo em benefício da nossa grande obra. É que Fausto Cardoso não era só um sergipano ilustre, era um extraordinário homem mundial³²⁷.

Assim, o culto a Fausto Cardoso lançou mão dos meios mais modernos que então havia. Em Aracaju, os proprietários do *Kinema Ideal*, que funcionava no *Teatro Carlos Gomes*, também ofereceram um espetáculo cinematográfico cuja renda foi destinada à construção do monumento. Mais do que atender à finalidade prática com que fora pensado, esse espetáculo cinematográfico, realizado em 11 de novembro de 1911,

³²⁷ Carta recebida pela Comissão Promotora do Monumento a Fausto Cardoso. IHGS, cx. 33, pacotilha 4.

transformou-se num grande evento que se constituiu, por si só, numa homenagem ao morto ilustre. Naquela noite, o Teatro recebera caprichosa ornamentação e grande público. Conforme assinala a imprensa: “antes de começar o espetáculo foi feita magnífica apoteose ao genial tribuno”³²⁸, ocasião em que foram recitados poemas que visavam a enaltecer a figura de Fausto Cardoso.

Foi a partir das listas de donativos, dos juros de dinheiro em depósito e do valor arrecadado com esse espetáculo cinematográfico que se obteve a receita necessária à construção do monumento. Em novembro de 1911, decorridos apenas sete meses do lançamento das listas e sem qualquer tipo de ajuda financeira do Governo, a quantia arrecadada já era suficiente para pagar a estátua. Precisamente no dia 23 daquele mês, Ceciliano Vasconcellos, representante comercial da Comissão Promotora em São Paulo, celebrava o contrato com o escultor Lorenzo Petrucci. Pelos termos desse contrato, o valor de 25.500\$000 (vinte e cinco contos e quinhentos mil réis) a ser pago pela estátua seria quitado em quatro parcelas. No começo de 1912, Olegário Dantas, presidente da comissão, viajaria a São Paulo e aprovaria o modelo previamente avaliado por Ceciliano Vasconcellos que, em telegrama destinado à comissão, afirmava ser a estátua “rigorosamente fiel à fisionomia de Fausto”³²⁹. Segundo Armindo Guaraná³³⁰, foi de Olegário Dantas a idéia de erigir o monumento a Fausto Cardoso. Todavia, a documentação consultada não permite saber se foi dele também o projeto que definiu a forma com que Fausto Cardoso seria representado na estátua.

A avaliação positiva do modelo era um indício de que tinha sido feliz a escolha do artista a quem foi confiada a estátua. Um dos expoentes no cenário artístico da *Belle Époque* paulistana, o escultor italiano Lorenzo Petrucci³³¹ havia se destacado em duas grandes exposições coletivas realizadas em São Paulo: a Exposição de Belas-Artes e Artes

³²⁸ **Correio de Aracaju**, Fausto Cardoso, 15 nov. 1911, p. 2.

³²⁹ Telegrama recebido pela comissão, IHGS, cx. 33, pacotilha 4.

³³⁰ GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. Op. cit., p. 441.

³³¹ Dentre as obras importantes desse escultor, destacam-se dois monumentos a Anita Garibaldi: um em Sorocaba-SP (1911) e outro em Belo Horizonte-MG (1913). Em Aracaju, Lorenzo Petrucci esculpiu o obelisco a Inácio Barbosa, em 1917, e o monumento a Tobias Barreto, em 1920. Este último, já destruído em parte.

Industriais (1902) e a Exposição Brasileira de Belas-Artes (1911)³³². O trabalho realizado pelo escultor, que veio a Sergipe dirigir a montagem do monumento e aguardou a sua inauguração, mereceu da imprensa o reconhecimento de que fizera “obra de inexcusável valor”³³³ e em virtude da “perfeição de seu trabalho”³³⁴ recebeu da comissão promotora uma menção honrosa na sua última ata de reunião.

Para que a Comissão Promotora obtivesse êxito em seu projeto era preciso bem mais do que apenas arrecadar dinheiro e contratar um escultor. Neste sentido, a escolha do local a ser erguido o monumento deve ser vista como uma de suas principais medidas. Já em junho de 1911, ela encaminhava a Napoleão de Carvalho, intendente do município de Aracaju, o seguinte requerimento

A Comissão Promotora do Monumento a Fausto Cardoso entendendo que nenhum lugar é mais próprio para a colocação da estátua do grande mártir das liberdades sergipanas como aquele onde ele teve morte heróica requer a V. Ex^a. a devida licença para que a referida estátua seja erigida no centro da Praça Benjamim Constant (antiga do Palácio)³³⁵.

Ainda no primeiro semestre de 1912, Napoleão de Carvalho sancionaria uma lei mudando o nome da praça, que passou a se chamar “Praça Fausto Cardoso”. Precisamente no dia 17 de abril daquele ano, foram colocadas as novas placas indicativas e conjuntamente inaugurada a praça que recebera nova denominação³³⁶.

A localização da praça Fausto Cardoso era estratégica, pois se constituía no local das práticas de cidadania: festas, procissões, comícios, passeatas etc. Ela abrigava as sedes dos três poderes e os principais prédios públicos da cidade, sendo o local por excelência das concentrações cívicas. Colocada a estátua no centro da praça, com a frente voltada para o Rio Sergipe, é como se Fausto Cardoso recepcionasse aqueles que desembarcavam na cidade pela Ponte do Imperador, fazendo-lhes lembrar os acontecimentos de 1906. Pois, mais do que um privilegiado espaço de sociabilidade, a

³³² ROSSI, Mirian Silva. Circulação e mediação da obra de arte na *Belle Époque* paulistana. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**. São Paulo: USP, v. 6/7, n. 7, p. 83-122, 2003.

³³³ **Diário da Manhã**, Lorenzo Petrucci, 12 set. 1912, p. 1.

³³⁴ Livro de Atas da Comissão Promotora, IHGS, cx. 33, pacotilha 5.

³³⁵ Requerimento ao intendente de Aracaju, IHGS, cx. 33, pacotilha 8.

³³⁶ **Correio de Aracaju**, Praça Dr. Fausto Cardoso, 19 abr. 1912, p. 1.

praça era também o local onde Fausto Cardoso tombou abatido pela violência da intervenção que derrotou os faustistas.

À medida que se aproximava a inauguração do monumento ou, conforme denominava a imprensa, a “ressurreição de Fausto”, três importantes cerimônias alteravam a rotina da cidade de Aracaju. A primeira delas ocorreu no dia 15 de agosto de 1912 e consistiu na transladação dos restos mortais de Fausto Cardoso e Nicolau Nascimento do Cemitério Santa Izabel para a base do monumento. Invertia-se agora o percurso da romaria: saía-se do cemitério para a praça e não mais o contrário, como havia sido freqüente nos cinco anos anteriores. No cortejo, que tinha à sua frente a banda de música da polícia executando marchas fúnebres, “os ossos foram transportados em urnas de madeira envernizadas, sobre charola coberta com a Bandeira Nacional e conduzida por senhoritas”³³⁷. No dia 28, data do sexto aniversário do assassinato de Fausto Cardoso, teve lugar a segunda cerimônia. Nessa ocasião foi colocada a estátua sobre o pedestal do monumento, que “foi todo ornamentado de festões e bandeiras e durante todo o dia muitas senhoras e até crianças depositaram flores e coroas no sopé do mesmo”³³⁸. A terceira cerimônia aconteceu com a chegada da família de Fausto Cardoso a Aracaju em 04 de setembro de 1912. Na Ponte do Imperador, o desembarque de Pastora Cardoso, viúva de Fausto, e de seus filhos³³⁹, Armando Cardoso³⁴⁰ e a senhorita Mercedes Cardoso, foi marcado por uma calorosa recepção, onde se fizeram ouvir girândolas de foguetes. Todas essas cerimônias, que contavam com banda de música, foguetes, flores, discursos e com o fechamento do comércio a pedido da Comissão Promotora, atuaram como indícios de que se preparava uma imponente festa para o dia da inauguração.

Também o aparelhamento urbanístico da cidade ia sofrendo os reparos que há muito tempo ela demandava e que, em virtude da tão esperada festa, tornavam-se ainda

³³⁷ **O Estado de Sergipe**, Fausto Cardoso, 16 ago. 1912, p. 1.

³³⁸ **Diário da Manhã**, Fausto Cardoso, 29 ago. 1912, p. 1.

³³⁹ A imprensa não informa o motivo pelo qual o outro filho de Fausto, Humberto Cardoso, não foi a Sergipe participar da inauguração do monumento. Porém, como era ele que estava com o pai no momento em que este foi assassinado, é possível aventar a hipótese de que ele quisesse, desse modo, evitar lembranças traumáticas.

³⁴⁰ Armando de Aguiar Cardoso foi eleito deputado estadual por Sergipe para a legislatura 1913-1914. Cf.: GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. Op. cit., p. 70. Não há, todavia, estudos que informem sobre sua atuação parlamentar, como de resto sobre a atuação de todo o legislativo sergipano.

mais urgentes. A Ponte do Imperador, uma espécie de porta de entrada da cidade de Aracaju na época, a Praça Fausto Cardoso e suas ruas adjacentes foram os alvos das intervenções feitas pelo poder público, que se ocupou principalmente de problemas relacionados ao calçamento e à iluminação. Com vistas a solucionar este último aspecto do problema é que “em torno da estátua que será inaugurada a 8 do corrente foram colocados por ordem do dr. Napoleão de Carvalho, intendente Municipal, mais quatro postes de ferro com bonitos lampiões, providos de bicos duplos para iluminação a acetileno”³⁴¹. Essas reformas pelas quais passou o centro da cidade demonstram que, apesar de o monumento ter sido uma obra financiada unicamente por meio de subscrições populares, o apoio do Governo era de fundamental importância para assegurar o êxito das homenagens que seriam prestadas à memória de Fausto Cardoso.

Aos poucos, estavam sendo acertados os últimos preparativos para a festa da inauguração do monumento. Em torno da estátua eram construídos pavilhões destinados às autoridades, à família de Fausto Cardoso, à Comissão Promotora, aos oradores, à imprensa e às mulheres. A praça recebia cuidadosa ornamentação e tanto ela quanto os edifícios públicos que a cercavam eram fartamente iluminados. O ambiente beirava o feérico. A programação estava definida. De forma didática, os atos solenes e as atrações que comporiam a festa eram divulgados nas colunas dos jornais. Restava apenas aguardar o grande momento.

Eis que em 8 de setembro de 1912 pôs-se um fim a essa espera³⁴². Nessa data teve lugar a inauguração do monumento ou, como preferia a imprensa, a “ressurreição de

³⁴¹ **Diário da Manhã**, Fausto Cardoso, 04 set. 1912, p. 1.

³⁴² A inauguração do monumento estava inicialmente prevista para o dia 28 de agosto, efeméride que celebraria a passagem do sexto aniversário da morte de Fausto Cardoso. Porém, ao que parece não houve tempo hábil para finalizar todos os preparativos e a data da inauguração foi transferida para o dia 07 de setembro. **Diário da Manhã**, Fausto Cardoso, 08 ago. 1912, p. 1. Pouco depois, noticiava-se uma nova data das festividades da inauguração que seria transferida do dia 07 de setembro (sábado) para o dia 08 de setembro (domingo), “em vista dos insistentes pedidos do comércio de Maruim, Riachuelo e Laranjeiras, e do proletariado desta capital”. **Diário da Manhã**, Fausto Cardoso, 28 ago. 1912, p. 2. A propósito dessa última mudança na data da inauguração, fica evidenciada mais uma prova da importância do apoio dos poderes públicos, pois Siqueira de Menezes, o presidente de Sergipe, adiou para o dia 15 de setembro a eleição para o legislativo estadual, que estava marcada também para o dia 08. Interpretando esse ato, o articulista do jornal afirmou: “quis S. Ex. deste modo significar o interesse que devem ligar os sergipanos à memória do grande tribuno, afastando os embaraços e dificuldades que por ventura pudessem surgir na capital e no interior, prendendo, por motivo da referida eleição, os amigos e correligionários que desejem concorrer às festas”. **O Estado de Sergipe**, Fausto Cardoso, 30 ago. 1912, p. 2.

Fausto Cardoso”³⁴³. O amanhecer do dia foi anunciado pela alvorada tocada pela banda de música da polícia militar junto à estátua. Às 11 horas, a Comissão Promotora convidou o presidente do Estado, Siqueira de Menezes, e o intendente de Aracaju, Napoleão de Carvalho, para descerrarem a cortina que velava o monumento, ao que se seguiu a execução do hino nacional. Logo após, Gumersindo Bessa proferiu o seu discurso, na condição de orador oficial do evento, no que foi seguido pelos demais oradores que assomaram à tribuna: Olegário Dantas, João Esteves, Arthur Fortes, Pedro Barreto de Andrade, Ulysses Sampaio, Carlota Salles, Clodomir Silva, Horácio Hora, Guiomar Silva e Armando Cardoso. À noite, as quermesses, a fonte luminosa e um espetáculo cinematográfico exibido pelo *Elite Cinema*, em plena praça pública, completaram o brilhantismo da cerimônia.



Figura 8: Praça Fausto Cardoso no dia da inauguração do monumento

Acervo: Memorial de Sergipe

³⁴³ Afirmou-se, por exemplo, que a estátua representava “a iniciação desta nova vida que o notável patricio vai receber”. **Diário da Manhã**, Fausto Cardoso, 07 set. 1912, p. 1. A idéia de ressurreição, expressa de modos os mais diversos, está presente em vários outros artigos.

Na imagem acima [figura 8], é possível notar que nem mesmo o dia chuvoso dispersou as pessoas, todas elegantemente trajadas para a ocasião. Vêem-se em torno do monumento os pavilhões preparados pela Comissão Promotora. Esses pavilhões, a fonte luminosa, o cinema ao ar livre e os demais elementos que compuseram o ambiente preparado para a festa destoavam do restante da paisagem urbana que, mesmo na principal praça da cidade, ainda era carente de diversos melhoramentos. Considerando-se que a cidade de Aracaju ainda não possuía uma estrada de ferro concluída, nem mesmo energia elétrica, o monumento desponta, em 1912, como o principal artefato da sua modernidade.

A vivacidade e brilhantismo da festa contrastavam também com o cenário de cores fúnebres evocado pelos oradores da cerimônia, ou seja, com a revolta que resultou na morte daquele que ressurgia agora no bronze. As representações contidas em seus discursos eram construídas a partir de uma leitura dos principais acontecimentos do movimento político de 1906. No epílogo da vida de Fausto Cardoso estava, portanto, a matéria-prima para a construção de sua imagem póstuma.

Os discursos da solenidade de inauguração do monumento repetiram o teor dos textos publicados por ocasião das comemorações anuais da morte de Fausto Cardoso. Os episódios da recepção, do juramento da paz e, principalmente, do assassinato estavam presentes em quase todos os poemas e discursos proferidos pelos oradores da cerimônia quando estes historiaram a revolta. A morte de Fausto Cardoso, isto é, a forma heróica com que ela ocorreu, continuou sendo o aspecto mais explorado pelos guardiões de sua memória. Aludindo à frase em que o literato francês Vitor Hugo afirmou que “felizes, entre todos, aqueles cuja morte é bela”, buscou-se apontar o sentido da morte do líder da revolta, pois

se bem morrer é, do modo pelo qual ele mesmo [Vitor Hugo] o definiu; como Cristo pela virtude, Sócrates pela razão e Leônidas pela Pátria, quem pode negar que Fausto teve uma morte bela, sacrificando-se pelo que dizia convictamente – liberdade e grandeza dos sergipanos³⁴⁴.

Em linhas gerais, a morte de Fausto Cardoso é representada como singular, grandiosa, sublime, como resultado de seu voluntário sacrifício em nome de um ideal.

³⁴⁴ **O Estado de Sergipe**, Homenagem do Estado de Sergipe a Fausto Cardoso, 08 set. 1912, p. 1.

Assim, apesar de ele ter sido considerado grande orador, filósofo, jurista e parlamentar, as qualidades intelectuais referenciadas nos discursos aparecem sempre em segundo plano, ou seja, a morte do mártir sobrepõe-se à vida do “gênio”. Neste sentido, Gumersindo Bessa assinalou em seu discurso que o monumento não foi consagrado ao intelectual,

mas ao herói, ao homem abnegadamente generoso, leoninamente valente, para quem o sacrifício era uma volúpia, que, tendo consumado uma revolução incruenta, e vendo-a soçobrar preferiu submergir-se com ela a salvá-la a preço do sangue alheio ou de uma vilania própria³⁴⁵.

Outra morte destacada pelo orador é a de Nicolau Nascimento, pois, nas cenas finais da revolta, ele e Fausto Cardoso “vibraram uníssonos como os dois ramos do mesmo diapasão, deram a mesma nota, nota clara, nota clangorosa de timbre heróico”. A figura de Nicolau Nascimento é utilizada pelo orador para significar a comunhão de aspirações e a identificação de Fausto Cardoso com o povo sergipano. Desse modo, o líder da revolta é apontado como “o homem mais popular de nossa terra, como ninguém antes dele pôde sê-lo, e como não sei se depois dele Deus suscitará quem o mereça ser”³⁴⁶.

Era essa popularidade que explicava as razões de sua entronização como herói, afinal, com a inauguração do monumento, “Fausto já não é o chefe de maragatos. É o orago de Sergipe”³⁴⁷. A devoção à sua memória fizera com que ele passasse de líder derrotado de uma revolta – daí a analogia estabelecida entre os faustistas e os maragatos, revoltosos federalistas derrotados na luta contra Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul – à condição de símbolo, uma espécie de guia que deveria continuar sendo objeto de veneração e servindo de inspiração e exemplo para os sergipanos.

Numa perspectiva semelhante, Pedro Barreto de Andrade afirmou em seu discurso que o monumento havia transformado os acontecimentos de 1906 em “reliquias” e ainda que representava o avançado estágio civilizatório dos sergipanos, pois

³⁴⁵ BESSA, Gumersindo. A inauguração do monumento a Fausto Cardoso – discurso do orador oficial. **Diário da Manhã**, 10 set. 1912, p. 1.

³⁴⁶ Id.

³⁴⁷ Id.

com aquela homenagem, forma “da qual se tem valido todos os povos para perpetuarem a memória dos seus eleitos”, imortalizava-se o vulto de quem “se fez para a alma popular da sua terra uma personagem lendária”³⁴⁸.

Na tentativa de significar o patriotismo e o heroísmo de Fausto Cardoso, os oradores evocaram diversos personagens históricos, revelando um exercício de erudição em discursos permeados de expressões latinas e caracterizados por uma retórica triunfalista. Contudo, se por um lado, muitas das representações elaboradas tinham um alcance restrito aos letrados, por outro lado, esses discursos não foram os únicos à disposição da platéia. Isto porque, considerando que “toda imagem comporta uma mensagem discursiva”³⁴⁹, o monumento pode ser entendido como o discurso mais eloqüente. Seu alcance também foi o maior, pois não ficou restrito àqueles que presenciaram a cerimônia de inauguração e ao pequeno público leitor dos jornais. Estava na principal praça de Aracaju para ser visto por todos aqueles que por ali passassem e, não bastasse isso, ficaria ainda à disposição dos olhares das gerações futuras.

Com o monumento [figura 9] acreditava-se, portanto, assinalar o ápice das ações perpetuadoras da memória de Fausto Cardoso. Das páginas dos jornais, foi possível obter uma cuidadosa descrição do monumento

Consta de degraus octogonais, base redonda com quatro corpos avançados e seguidos de uma moldura entalhada em granito polido; repousando sobre a moldura um toro de bronze modelado em folhas de louro e quatro medalhões ornamentais; surgindo daí a coluna ligada ao meio por uma faixa de louro em bronze, sendo o capitel formado de ramagens brônzeas que coroam a coluna e completam o friso octogonal, tendo em quatro das faces tarjas de bronze. Sobre tudo isso fica a estatua de bronze de *Fausto Cardoso*³⁵⁰.

³⁴⁸ ANDRADE, Pedro Barreto de. A inauguração do monumento a Fausto Cardoso – discurso de Pedro Barreto de Andrade. **Diário da Manhã**, 10 set. 1912, p. 3.

³⁴⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 86.

³⁵⁰ **Diário da Manhã**, A inauguração do monumento a Fausto Cardoso, 10 set. 1912, p. 1. Numa de suas edições anteriores, noticiando a chegada do monumento a Aracaju, esse mesmo jornal informou que ele media 8,30 m de altura e pesava 41 toneladas. **Diário da Manhã**, Monumento a Fausto Cardoso, 23 jul. 1912, p. 2.



Figura 9: Monumento a Fausto Cardoso (Aracaju, Lorenzo Petrucci, 1912)

(Foto: Giliard Prado, 2007)

A representação contida na estátua evoca dois gestos que antecederam a morte de Fausto Cardoso. Um deles é o gesto em que, decidindo impedir a reposição dos governantes, ele sai do chalé em que estava hospedado, agitando o chapéu e conclamando os presentes a acompanhá-lo em direção ao Palácio do Governo. O outro gesto foi aquele com que Fausto Cardoso enfrentou as tropas do Exército, abrindo o fraque e oferecendo o peito à bala [figura 10]. Romanticamente afirmou-se que ele estava representado “naquela mesma atitude heróica, de chapéu alçado, num gesto de redentor, e uma das mãos sobre o peito, onde sentia palpitar um coração abnegado e amante”³⁵¹.

³⁵¹ **O Estado de Sergipe**, Homenagem do Estado de Sergipe a Fausto Cardoso, 08 set. 1912, p. 1.

Vê-se que o monumento tem em comum com os demais discursos o fato de que também remete à revolta de 1906, gravando no bronze a sua história. No entanto, mais do que os discursos textuais, o discurso imagético facilita a recepção dos significados de que é portador, oferece-se à leitura a partir de uma linguagem que pode ser mais facilmente decifrada e que, por ser dotada de alto poder mobilizador, reveste-se de maior eficácia no seu intento de atingir o imaginário social.



Figura 10: Detalhe do monumento a Fausto Cardoso (Aracaju, Lorenzo Petrucci, 1912)

(Foto: Giliard Prado, 2007)

Esse poder persuasivo da imagem é posto em evidência por Olegário Dantas ao afirmar em seu discurso que se tinha através do monumento “a história do nosso mais insigne herói e mártir, recontada singelamente, numa linguagem que o coração compreende, porque resume, condensa as impressões indefiníveis que ora agitam, tumultuam, comovem a alma do povo”³⁵². Também sobre o forte apelo da imagem e ainda sobre a função do monumento referiu-se Helvécio de Andrade ao afirmar que “essa estatua, será mais que um exemplo doravante, será livro que o povo habituar-se-á a ler

³⁵² **Diário da Manhã**, Monumento a Fausto Cardoso, 15 set. 1912, p. 1.

todos os dias com os olhos d'alma, e em cujas páginas beberá com sofreguidão e confiança lições de independência e patriotismo”³⁵³.

Contudo, do mesmo modo que ocorre com o discurso textual, a apropriação do discurso imagético também pode não corresponder às intenções que lhe foram conferidas pelo autor, ou seja, a leitura desse discurso “pode levar à formulação de significados bem distantes daqueles almejados ou previstos”³⁵⁴. Desse modo assumem grande importância as inscrições do monumento, que instruem o observador sobre a forma como ele deve ser interpretado. No monumento a Fausto Cardoso há no capitel duas tarjas de bronze onde estão gravadas sua data de nascimento: “Dezembro - 22 - 1864” e sua data de morte: “Agosto - 28 - 1906”. Na parte da frente da coluna constam as seguintes inscrições: “A Fausto Cardoso – o povo”, que dá a ver que o monumento não foi obra governamental, mas sim que lhe foi oferecido pelo povo, e “Vou morrer defendendo a honra de minha terra”, inscrição que alude à frase que teria sido por ele proferida quando partiu para protestar contra a reposição dos governantes olimpistas e que busca mostrar que no monumento está representado um indivíduo que se sacrificou por Sergipe. Na parte detrás da coluna lêem-se as seguintes inscrições: “Ao heróico popular Nicolau Nascimento”, numa homenagem prestada àquele que foi vitimado junto com Fausto Cardoso no desfecho da revolta, e “A liberdade só se prepara na história com o cimento do tempo e o sangue dos homens – Fausto Cardoso”, trecho retirado de um discurso proferido por Fausto Cardoso na Câmara Federal³⁵⁵ e bastante significativo, pois parecia antever a própria história daquele que, conforme se buscou demonstrar, tinha derramado seu sangue em defesa da liberdade dos sergipanos.

No monumento, que consagra a ação política do homem público, está gravada uma outra história da revolta de 1906. Ali, Fausto Cardoso não foi representado como o indivíduo derrotado no desfecho daquele movimento político. Ao contrário, o bronze materializava o herói, o mártir de atitude desafiadora, o líder cívico que agora ressurgia

³⁵³ **Correio de Aracaju**, Fausto Cardoso, 08 set. 1912, p. 1.

³⁵⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. p. 60.

³⁵⁵ Discurso “Lei e Arbitrio”, proferido na sessão de 09 de junho de 1902. Cf.: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Perfis parlamentares – Fausto Cardoso**. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1987, p. 701, (Coleção Perfis Parlamentares; 31).

em atitude de vencedor, dando a ver que não fora em vão a sua luta, como também não o seria a luta daqueles que, como ele, sonhassem com o ideal de liberdade.

3.1.3 - As homenagens dos olimpistas

As primeiras manifestações em honra da memória de monsenhor Olímpio Campos deram-se através dos ofícios religiosos. No dia 09 de novembro, data de sua morte, foram-lhe oferecidos responsos na Igreja de São Pedro pelo cardeal do Rio de Janeiro. A imprensa noticiou inicialmente que, no dia seguinte, após a autópsia, o cadáver seria levado para essa mesma Igreja, de onde partiria o cortejo para o sepultamento no cemitério São João Batista. No entanto, Guilherme Campos telegrafou ao Rio de Janeiro, informando que o cadáver do monsenhor devia ser embalsamado e trasladado para ser sepultado em Sergipe.

Em virtude do demorado traslado, feito por via marítima, a missa de sétimo dia ocorreu antes do sepultamento. O cadáver apenas chegou a Sergipe no dia 20 de novembro. Após o desembarque, que foi precedido por uma cerimônia religiosa celebrada por dezoito padres, realizou-se um cortejo pelas principais ruas de Aracaju. Compuseram a cena do ritual, que contou com grande acompanhamento: o féretro conduzido sobre carro fúnebre, as charolas com coroas de flores, que traziam fitas pretas com inscrições em homenagem ao morto, e as marchas fúnebres executadas pelas bandas de música. Ao longo do cortejo foram feitas quatro paradas. A primeira dessas estações ocorreu na Igreja de São Salvador; a segunda no Palácio do Governo; a terceira na casa do morto e a última na Igreja Matriz, para o interior da qual o corpo foi conduzido e colocado em câmara ardente sobre um catafalco, onde ficou exposto para visita pública e recebeu, durante todo o dia, honras fúnebres. No dia seguinte, 22 de novembro, após ser celebrada mais uma missa, o monsenhor foi sepultado na capela Nossa Senhora da Pureza, no interior da Igreja Matriz³⁵⁶.

³⁵⁶ **Correio de Aracaju**, Monsenhor Olímpio Campos, 22 nov. 1906, p. 2.

Pomposas missas passaram a ser celebradas mensalmente. Estas solenidades contavam sempre com marchas fúnebres, grinaldas de flores, montagem de catafalco e distribuição de retratos do morto. Nessas ocasiões, o túmulo do monsenhor era visitado e ornado com flores. Contudo, as missas não eram celebradas apenas na Igreja Matriz. Encomendadas por diversas famílias, realizavam-se em várias paróquias do interior do Estado e, muitas vezes, simultaneamente, em duas Igrejas de Aracaju – a Matriz e a Igreja de São Salvador.

Esses atos religiosos contavam sempre com a afluência de um grande número de pessoas e eram celebrados com regularidade. A partir de novembro de 1907, embora tenham sido realizadas algumas missas mensais, sua periodicidade passou a ser anual. Todos os anos, a cada 09 de novembro – dia em que as repartições públicas ficavam fechadas e as bandeiras hasteadas a meio mastro – eram celebradas missas e, conjuntamente, depositadas flores no túmulo do Monsenhor.

Outro tipo de homenagem prestada à memória de Olímpio Campos foi a aposição de seu retrato em diversas repartições públicas. No âmbito dessas homenagens, a colocação de seu retrato no salão nobre do Hospital de Caridade Santa Izabel – para a construção do qual ele havia colaborado – foi a que teve maior destaque. No dia 05 de maio de 1907, partiu uma grande romaria da Rua da Aurora – principal rua do centro de Aracaju – em direção ao Hospital Santa Izabel. No cortejo cívico, que teve início às 15h:00, o retrato de Olímpio Campos foi conduzido sobre charola, a qual se seguiam outras charolas com coroas de flores, marchando os romeiros – autoridades, funcionalismo público, professores, estudantes, representantes da imprensa e a população em geral, tanto de Aracaju quanto de municípios do interior – ao som das bandas de música. Na sessão solene, depois de desvelado o retrato, Homero de Oliveira proferiu o elogio ao morto, na condição de orador oficial³⁵⁷. Levando-se em conta que as visitas ao túmulo de Olímpio Campos não tinham o caráter de um préstimo cívico, a colocação de seu retrato

³⁵⁷ **Correio de Aracaju**, Colocação de retrato, 02 mai. 1907, p. 2; **Folha de Sergipe**, Em romaria ao Hospital – colocação do retrato de Monsenhor Olímpio Campos, 05 mai. 1907, p. 1; **Correio de Aracaju**, Colocação de retrato, 08 mai. 1907; **Folha de Sergipe**, Em romaria ao Hospital – colocação do retrato de Monsenhor Olímpio Campos, 09 mai. 1907, p. 1-2. Convém ressaltar, com base em todas as fontes consultadas nesta pesquisa, que Homero de Oliveira foi o único intelectual que proferiu elogios tanto a Olímpio Campos quanto a Fausto Cardoso. Em geral, os intelectuais estavam muito ligados a um ou a outro grupo político. O discurso proferido por Homero de Oliveira na cerimônia de colocação do retrato de Olímpio Campos não foi, no entanto, publicado na imprensa.

no salão nobre do Hospital foi uma das poucas homenagens que apresentou as características cênicas desse tipo de ritual.

Para além dos salões nobres das repartições, a efígie de Olímpio Campos se fez presente também – a exemplo do ocorreu com Fausto Cardoso – em broches, medalhas e objetos de louça, num culto que se manifestou tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Por meio desses símbolos, os olimpistas evocavam a memória de seu líder, representavam seu pertencimento ao grupo e, desse modo, afirmavam sua identidade.

No que se refere à dimensão pública desse culto, uma das homenagens mais significativas ocorreu, em 24 de outubro de 1907, com a inauguração do primeiro jardim público de Aracaju: o “Jardim Olímpio Campos”. Com esta homenagem, a memória de Olímpio Campos começava a ser projetada na toponímica urbana. O jardim ficava estrategicamente localizado entre as duas principais praças da cidade – a praça do Palácio do Governo e a praça da Igreja Matriz – e sua inauguração foi comemorada com grande cerimônia, constando da programação da festa: missa campal, hino sergipano, hino nacional, discursos alusivos ao ato e ainda um espetáculo de teatro³⁵⁸.

A data escolhida para a inauguração também era estratégica, pois o dia 24 de outubro celebrava a emancipação política de Sergipe³⁵⁹ e era ainda a data em que a cada três anos tomavam posse os presidentes eleitos no Estado, sendo que, naquela ocasião, Guilherme Campos comemorava o aniversário de dois anos de seu governo. Desse modo, buscava-se associar a memória daquele que era apresentado como o maior dos sergipanos a uma das principais datas comemorativas do calendário cívico de Sergipe.

No processo de mitificação da figura de Olímpio Campos, outros importantes lugares de memória foram as produções discursivas veiculadas nos jornais, especialmente durante as efemérides que assinalavam as comemorações do aniversário de sua morte.

³⁵⁸ **Correio de Aracaju**, ‘24 de Outubro’, 19 out. 1907, p. 1; **O Estado de Sergipe**, Jardim Olímpio Campos, 24 out. 1907, p. 1; **Folha de Sergipe**, ‘Festejos de 24 de Outubro’, 27 out. 1907, p. 1. Os discursos proferidos pelos oradores não foram publicados na imprensa.

³⁵⁹ O decreto da independência política da província de Sergipe foi assinado pelo Rei D. João VI em 8 de julho de 1820. Contudo, apenas no dia 24 de outubro de 1821 é que foi nomeado o primeiro presidente da província. Durante muito tempo, os sergipanos comemoraram a sua emancipação política da Bahia nesta última data. Depois passaram a celebrar ambas as datas e, finalmente, decidiu-se comemorar a emancipação política no dia 8 de julho, data da assinatura do decreto.

Os discursos têm como tema principal “a tragédia de 09 de novembro”³⁶⁰ e são marcados pela ênfase que é dada aos sentimentos provocados pelo assassinato daquele que “fora um mártir, um herói e um político sumamente extraordinário”³⁶¹.

Os autores buscam demonstrar a injustiça de um crime cometido contra um inocente, pois Olímpio Campos “morreu como se sacrificam os inocentes e caiu como se imolam as vítimas destinadas a levar as culpas alheias”³⁶². No intuito de representá-lo como um mártir não faltaram analogias com Cristo, afinal

Por qualquer face que se o queira apreciar – sacerdote, cultivando a flor imaculada das virtudes cristãs; cidadão, guardando o fogo sagrado das virtudes cívicas –, é comparável a Cristo, doutrinando os ensinamentos de sua fé inabalável, ou pregando a doutrina do amor pela humanidade. Como Jesus, ele expirou vítima inocente dos mais cruciantes martírios, havendo entre ele e o unigênito de Maria grandes pontos de contato³⁶³.

Um aspecto enfatizado na maioria dos discursos é o trauma provocado pela morte injusta e violenta de Olímpio Campos. Reiteradas vezes insistiu-se na dor e na mágoa decorrentes daquele acontecimento. “Amanhã, o segundo aniversário do trucidamento de Olímpio Campos! Dois anos já que a pátria sergipana chora lágrimas de dor por causa da destruição do melhor de seus filhos”³⁶⁴. No ano seguinte, registrou-se: “três anos já se passaram e o martírio que lhe abriu as portas da imortalidade ainda nos aperta o coração como se este fora comprimido por uma força indomável”³⁶⁵. Nas comemorações do sétimo aniversário de sua morte ainda assinalou-se que “não tem poder o tempo para desvanecer essas lúgubres recordações”³⁶⁶.

O modo como os olimpistas se referem aos adversários e ao episódio da revolta está em consonância com o trauma provocado pela morte de seu líder e é bastante significativo das batalhas travadas em torno da memória. Enquanto os faustistas

³⁶⁰ **O Estado de Sergipe**, Olímpio Campos, 08 nov. 1908, p. 1. A expressão “tragédia de 09 de novembro” está presente em diversos artigos.

³⁶¹ LIMA, Adolfo Ávila. **Folha de Sergipe**, 09 jun. 1907, p. 1.

³⁶² **O Estado de Sergipe**, Olímpio Campos, 09 nov. 1909, p. 1.

³⁶³ **Folha de Sergipe**, Olímpio Campos, 08 nov. 1908, p. 1.

³⁶⁴ **O Estado de Sergipe**, Olímpio Campos, 08 nov. 1908, p. 1.

³⁶⁵ **O Estado de Sergipe**, Olímpio Campos, 09 nov. 1909, p. 1.

³⁶⁶ **Diário da Manhã**, Monsenhor Olímpio Campos, 09 nov. 1913, p. 1.

destacavam os gestos heróicos de Fausto Cardoso e apresentavam a revolta como uma luta pela liberdade e contra a opressão, os olimpistas apontavam-na como “um ato subversivo da ordem, um fato anormal na série de acontecimentos sociais, um crime enfim, que outra coisa não foi a revolta de 10 de agosto”³⁶⁷. Por ocasião da passagem de um ano do desfecho da revolta, os olimpistas assinalaram que a reposição representou “o triunfo da lei sobre a anarquia”³⁶⁸. Mais adiante o movimento revoltoso foi considerado como “um simples caso de ambição política”³⁶⁹.

Olímpio Campos é apontado como um defensor da ordem e da legalidade e nisto residiam algumas das razões de sua superioridade em relação aos adversários. Em um dos artigos, afirmou-se que a alma sergipana era “pura”, mas também “negra e hedionda”. Desenvolvendo esse argumento, por meio de uma referência implícita, o articulista fazia uma marcação das diferenças entre olimpistas e faustistas: “no primeiro caso, acham-se aqueles que só procuram o levantamento da harmonia e do progresso e, infelizmente, no segundo, aqueles que só buscam a desgraça e a ruína, trazendo, às impiedosas mãos, o punhal horrífico e inexorável do crime”³⁷⁰. Por diferenças como essas é que se considerava que Olímpio Campos “trunfará na História, seus inimigos confundir-se-ão no silêncio”³⁷¹.

A abnegação, o civismo, o patriotismo e o empenho pelo progresso de sua terra natal. Essas características justificavam o triunfo da memória de Olímpio Campos ao mesmo tempo em que evidenciavam a necessidade de que sua obra política fosse continuada e apontada como exemplo para as gerações futuras. Por isso, decidiu-se dar “a maior prova de amizade, reconhecimento e gratidão”³⁷² pelos serviços prestados por Olímpio Campos a Sergipe, erguendo-lhe uma estátua que perpetuasse sua memória.

³⁶⁷ **Folha de Sergipe**, Recordação dolorosa, 08 ago. 1907, p. 1.

³⁶⁸ **Folha de Sergipe**, Política das coisas – a reposição, 29 ago. 1907.

³⁶⁹ **Diário da Manhã**, Monsenhor Olímpio Campos, 09 nov. 1913, p. 1.

³⁷⁰ LIMA, Adolfo Ávila. Olímpio Campos. **Folha de Sergipe**, 09 jun. 1907, p. 1.

³⁷¹ **O Estado de Sergipe**, 09 nov. 1910, p. 1.

³⁷² OLIVEIRA, Otávio de. Estátua Olímpio Campos, **Folha de Sergipe**, 28 jun. 1908, p. 1-2.

3.1.4 - O monumento a Olímpio Campos

Os construtores da imagem póstuma de Olímpio Campos acreditavam que para assegurar a sua imortalidade, além das homenagens que estavam sendo prestadas, era preciso render à sua memória aquela que era vista como a principal homenagem numa hierarquia das formas de entronização: a construção de uma estátua em praça pública.

As primeiras medidas para levar a efeito o empreendimento que visava perpetuar no bronze a memória de Olímpio Campos tiveram início ainda em 1907, pouco antes que fosse completado um ano de sua morte. Precisamente no dia 24 de outubro – data em que era inaugurado o Jardim Olímpio Campos e em que se comemorava a emancipação política de Sergipe – alguns olimpistas reuniram-se no escritório da redação do jornal *Folha de Sergipe* e decidiram constituir uma comissão promotora do monumento.

Essa comissão era formada por um grande número de integrantes, dezessete no total, dentre os quais apenas três cargos foram definidos: o de presidente a ser exercido por Antônio Teixeira Fontes; o de secretário por Manoel dos Passos de Oliveira Teles; e o de tesoureiro por José Cardoso. Compunham ainda a comissão: Francisco C. Nobre de Lacerda, José Menezes, Francisco Monteiro de C. Filho, Sabino Ribeiro, Alcino Barros, Tancredo Campos, Aristides da Silveira Fontes, Juvenal Batista de Santana, Antônio Xavier de Assis, Serafim José Moreira, Manoel Batista Itajaí, João Fernandes de Brito, Felisberto de Oliveira Freire e José Calazans.

Aos integrantes desse grupo estava confiado o êxito das ações que visavam à construção do monumento. A eles caberia arrecadar o dinheiro para a construção do monumento, decidir o modo como Olímpio Campos seria representado, escolher o escultor, definir o local onde seria erguido o monumento e preparar as festas de sua inauguração. Mas quem eram esses indivíduos que assumiam a responsabilidade de concretizar essa grande homenagem? Quem eram os guardiões da memória de Olímpio Campos? Integravam a comissão alguns dos mais destacados correligionários do olimpismo, muitos dos quais haviam ocupado ou ocupavam cargos políticos no estado, alguns na capital e outros em municípios do interior. No que concerne à atuação profissional, predominavam na comissão os bacharéis em Direito (desembargador, juiz,

advogado), os oficiais das forças armadas (major, capitão, coronel) e os autônomos, em sua maioria proprietários rurais que também eram chamados de coronéis.

Como eram muitos os guardiões da memória de Olímpio Campos, decidiu-se dividir a comissão em duas seções. A 1ª seção, denominada de “promotora”, ficava encarregada de adquirir os recursos financeiros para o monumento; enquanto a 2ª seção, denominada de “construtora”, ficava encarregada das questões relativas à sua construção, incluindo-se aí a encomenda da estátua, as obras do pedestal e a escolha do local a ser erguido o monumento. Em meio a essas denominações, resolveu-se batizar a comissão, como um todo, com o nome de “Comissão Olímpio Campos”³⁷³.

Dentre as primeiras medidas adotadas pela comissão estavam a distribuição de listas impressas a amigos que ficariam responsáveis por fazerem a arrecadação de donativos entre as pessoas de suas respectivas localidades. Essas listas deveriam circular nas repartições públicas, no comércio e entre os mais diversos segmentos sociais. Neste sentido, era de interesse da comissão: “poder o povo, os pobres, os que não podem dar muito, também assinarem as suas pequenas quantias, as mais íntimas, as mais escassas, porque no povo era que Monsenhor Olímpio contava os seus escolhidos”³⁷⁴.

A comissão recorreu ainda a todas as 33 intendências existentes em Sergipe na época, solicitando-lhes que os seus conselhos municipais votassem leis destinando uma verba de seus próximos orçamentos – referentes ao ano de 1908 – para a construção do monumento. A captação de recursos para essa obra ocorreu também fora das fronteiras de Sergipe. Foram distribuídas listas a sergipanos domiciliados em outros estados, o que acabou abrangendo todas as unidades da federação³⁷⁵.

Com essas iniciativas, a comissão, de modo bastante otimista, esperava arrecadar até o final de fevereiro de 1908, prazo estipulado para que as listas fossem devolvidas, o valor necessário para custear as despesas com o monumento – incluindo-se tanto a aquisição da estátua quanto a construção do pedestal –, que se calculava girar em torno de 30:000\$000 (trinta contos de réis). A prestação de contas aos doadores seria feita

³⁷³ **Folha de Sergipe**, Ata da reunião da comissão promotora da aquisição e colocação da estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 31 out. 1907, p. 2-3.

³⁷⁴ **Folha de Sergipe**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 23 fev. 1908, p. 2.

³⁷⁵ **Folha de Sergipe**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 01 mar. 1908, p. 2.

através da imprensa, periodicamente, e no dia da inauguração do monumento, quando seriam expostos no pedestal todos os documentos comprobatórios da receita e das despesas relativas àquela obra.

Aos poucos a comissão começava a receber as primeiras doações e a divulgar nos jornais as listas recebidas – nas quais constavam os nomes dos contribuintes e as respectivas quantias doadas –, bem como os pareceres que iam sendo aprovados por cada conselho municipal e os valores das verbas destinadas. Paulatinamente também iam surgindo os primeiros sinais das dificuldades que a comissão enfrentaria para realizar o seu empreendimento. Logo, começavam a ser publicados na imprensa os primeiros apelos de devolução das listas, pois a maioria delas não havia sido devolvida. Além disso, nem todas as intendências tinham ainda aprovado as verbas para o monumento e, entre as que já o tinham feito, havia algumas que não tinham repassado o valor para a comissão.

As votações das verbas nos conselhos das intendências nem sempre foram consensuais. No conselho municipal de Japaratuba, por exemplo, a votação parece ter ferido suscetibilidades políticas, pois nem todos os membros do conselho, ao que parece, estavam de acordo em destinar recursos para aquela homenagem a Olímpio Campos. Tomando conhecimento disso, a comissão declarou que preferia não registrar contribuição nenhuma daquele município, pois insistia em só querer o que lhe fosse “trazido de muito boa vontade, sem vislumbre de constrangimento, nem de deferências pessoais”³⁷⁶. Porém, apesar das discussões que gerou, a lei foi aprovada pelo conselho daquele município e a quantia destinada para a construção do monumento foi aceita pela comissão.

Contudo, mesmo com as dificuldades encontradas na arrecadação de donativos, a comissão precisava adotar outras providências para concretizar o empreendimento visado, afinal o êxito daquela tarefa não dependia apenas do dinheiro para a aquisição da estátua. Era preciso que essa obra, destinada a perpetuar no bronze a memória daquele que era apresentado como o maior dos sergipanos, fosse confiada a um grande escultor e erguida num lugar privilegiado da cidade. Em junho de 1908, essas duas decisões já

³⁷⁶ **Folha de Sergipe**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 12 abr. 1908, p. 2.

havam sido tomadas. Naquele momento estava definido o escultor e pronta uma primeira maquete da estátua em seu ateliê. A obra foi confiada a Rodolfo Bernardelli³⁷⁷, um dos mais renomados escultores brasileiros. O lugar estrategicamente escolhido para erguer o monumento a Olímpio Campos foi a praça do Palácio do Governo³⁷⁸. Tratava-se da principal praça de Aracaju, sede dos três poderes e importante espaço de sociabilidade.

Após adotar essas medidas, o passo seguinte da comissão foi dado em setembro de 1908, quando, tendo arrecadado pouco mais de 10:000\$000 (dez contos de réis), firmou o contrato para a construção da estátua com a *Fundição Indígena*, empresa localizada no Rio de Janeiro e de propriedade do grupo *Farinha, Carvalho & Cia*. O contrato foi orçado em 27:000\$000 (vinte e sete contos de réis), valor a ser pago em três prestações iguais: a primeira delas no ato da celebração do contrato para que fossem custeadas as despesas iniciais; a segunda quando a empresa informasse ter executado metade do trabalho; e a última prestação no ato da entrega da estátua, devidamente acondicionada para ser transportada, por via marítima, para Aracaju. Pelos termos do contrato, a *Fundição Indígena*, que trabalhava em parceria com o ateliê de Rodolfo Bernardelli, ficaria encarregada apenas de vazar no bronze a estátua, comprometendo-se, porém, a fornecer desenhos e plantas para a construção do pedestal. A entrega estava prevista para fins de abril de 1909 e a inauguração deveria acontecer no dia 18 de maio, data do aniversário da Constituição sergipana³⁷⁹.

À comissão, em virtude dos percalços que continuava a enfrentar na arrecadação de donativos, não seria possível, porém, cumprir os prazos previstos no contrato. Isto ficaria evidente já em dezembro de 1908, quando se aproximava o período em que teria que ser efetuado o pagamento da segunda prestação da estátua. Lembrando o

³⁷⁷ José Maria Oscar Rodolfo Bernardelli nasceu em Guadalajara, no México, em 18 de dezembro de 1852 e faleceu no Rio de Janeiro em 7 de abril de 1931. Foi professor de escultura estatutuária na Academia Imperial de Belas-Artes (AIBA) e, quando foi escolhido para esculpir a estátua de Olímpio Campos, ocupava o cargo de diretor da Escola Nacional de Belas-Artes (ENBA), função que exerceu de 1890 a 1915. É autor de monumentos ao General Osório (1894), ao Duque de Caxias (1899), a Carlos Gomes (1905), a Campos Salles (1919), entre outros. VACCANNI, Celita. **Rodolpho Bernardelli**: vida artística e características de sua obra escultórica. Rio de Janeiro: ENBA/Universidade do Brasil, 1949.

³⁷⁸ **Folha de Sergipe**, Estátua Olímpio Campos, 07 jun. 1908, p. 2.

³⁷⁹ **Folha de Sergipe**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 20 set. 1908, p. 2; **A Razão**, Estátua, 27 set. 1908, p. 1.

“compromisso sério” que havia firmado com a *Fundição Indígena*, a comissão valia-se das páginas da imprensa para se dirigir aos amigos e aos intendentos que ainda não tinham devolvido as listas, pedindo-lhes que remetessem os donativos que, até aquele momento, tivessem arrecadado³⁸⁰.

No ano de 1909 não mais são encontrados registros na imprensa³⁸¹ sobre o recebimento das listas de donativos. Depois de algum tempo sem nada noticiar a respeito da arrecadação, o jornal oficial do Governo, que era olimpista, publica uma brevíssima nota na qual afirma tão somente que “está em andamento a estátua de Monsenhor Olímpio Campos”³⁸². Mais tarde, o mesmo jornal publica um telegrama recebido do Rio de Janeiro, noticiando que “o professor Bernardelli está concluindo a estátua de Olímpio Campos”³⁸³. Todavia, nada é mencionado sobre o fato de não ter sido arrecadado o valor suficiente para pagar a segunda prestação da estátua e nem sequer sobre uma nova previsão para que o monumento fosse inaugurado. Também nos anos de 1910 e 1911, nada relacionado a esse assunto é encontrado na imprensa. O silêncio se estabelece. Nos referidos anos, não há nenhuma referência ao monumento nem mesmo nos artigos publicados nos jornais com o intuito de homenagear Olímpio Campos, por ocasião da passagem do aniversário de sua morte.

A única referência a essa dificuldade para arrecadar o valor necessário à construção do monumento foi encontrada num ofício³⁸⁴, datado de 19 de julho de 1911, em que a Comissão Olímpio Campos apelou para o olimpista Rodrigues Dória, presidente de Sergipe na época, solicitando-lhe que o Estado destinasse uma verba para custear duas das três prestações estipuladas no contrato firmado com a *Fundição Indígena*. A comissão tinha almejado inaugurar o monumento em maio de 1909 e chegava a julho de

³⁸⁰ **Folha de Sergipe**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 06 dez. 1908, p. 2.

³⁸¹ Foram consultados os jornais *Correio de Aracaju*, *A Razão* e *O Estado de Sergipe*. Quanto ao jornal *Folha de Sergipe*, que era o órgão da imprensa que mais notícias veiculava sobre a construção do monumento, não há as edições referentes ao ano de 1909 na hemeroteca do IHGS. Já na hemeroteca da BPEd, no período em que foi realizada a pesquisa, esse jornal, devido ao estado de conservação, não estava disponível para os consulentes, o mesmo acontecendo com as edições do ano de 1910. Em ambas as hemerotecas, os catálogos indicam edições da Folha de Sergipe no período compreendido de 1907 a 1911.

³⁸² **O Estado de Sergipe**, [sem título], 19 mar. 1909, p. 2.

³⁸³ **O Estado de Sergipe**, Telegramas, 25 jul. 1909, p. 1.

³⁸⁴ Ofício da Comissão Olímpio Campos ao presidente Rodrigues Dória. Arquivo Público do Estado de Sergipe, Fundo G1, v. 1842.

1911 tendo arrecadado pouco mais de 1/3 do valor e efetivado apenas o pagamento da primeira das três prestações.

Tratava-se de um momento crítico para a concretização daquela homenagem há muito tempo planejada. O período parecia mesmo ser desfavorável, pois em fins de julho ocorreria a eleição do novo presidente do Estado, sendo candidato único o General Siqueira de Menezes, político que, embora não fosse exatamente um faustista, estava mais ligado a estes do que aos olimpistas. Não bastasse isso, já se tinha conhecimento que, em abril de 1911, em virtude justamente dessa mudança prevista para o cenário político estadual, os faustistas tinham iniciado a mobilização para a construção de um monumento a Fausto Cardoso. Na disputa que se travava entre memórias concorrentes, era inquietante para os olimpistas a possibilidade de serem sobrepujados pelo grupo rival. Sentiam-se, dessa forma, ameaçados no seu intento de que fosse consagrado a Olímpio Campos o primeiro monumento público de Sergipe. A importância atribuída ao pioneirismo dessa homenagem já tinha sido assinalada pelos membros da comissão ao se referirem à construção do monumento a Olímpio Campos como um “grande feito, primeiro nesta terra, e por isso mesmo consagrado àquele a quem, sem ressalvas, podemos chamar – primeiro sergipano”³⁸⁵.

A comissão, temendo que coubesse aos faustistas o pioneirismo daquele tipo de homenagem, apelou para que Rodrigues Dória destinasse uma verba do Estado, no valor de 18:000\$000 (dezoito contos de réis), para socorrer a causa olimpista. No ofício encaminhado ao presidente, a comissão solicitou a execução da lei n. 528 de 8 de novembro de 1907, sancionada durante a presidência de Guilherme Campos, que autorizava o Governo a adquirir uma estátua para perpetuar a memória de Olímpio Campos e a criar a verba necessária para custear as despesas. Para que seu pedido tivesse um apelo maior, a comissão anexou ao ofício um artigo de jornal que continha o recibo emitido pela *Fundição Indígena*, referente ao pagamento da primeira parcela, e também um telegrama no qual essa mesma empresa fazia uma cobrança à comissão, questionando quando receberia as demais prestações pela estátua. Não foi possível localizar o despacho de Rodrigues Dória para esse requerimento. Porém, apesar de não

³⁸⁵ **Folha de Sergipe**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 13 fev. 1908, p. 2.

serem conhecidas as eventuais justificativas dadas pelo presidente, sabe-se que a comissão não teve seu pedido atendido.

O novo presidente eleito, Siqueira de Menezes, embora fosse mais ligado aos faustistas, estava longe de ser um inimigo político dos olimpistas, mantendo com estes relações amistosas. Tanto é assim que durante a sua administração não parece ter criado aos olimpistas qualquer obstáculo no empreendimento de consagrar a memória de seu líder. Ilustrativo disso é o fato de que se tenha dado durante o governo de Siqueira de Menezes a retomada da campanha para angariar fundos para a construção do monumento a Olímpio Campos.

Em novembro de 1912 – pouco depois que os faustistas concretizaram com êxito o monumento a Fausto Cardoso e talvez estimulados por isso –, os olimpistas divulgavam através da imprensa a distribuição, na capital e no interior do estado, de novas listas de donativos. Ao noticiar o envio das novas listas remetidas, a Comissão Olímpio Campos rogava “à pessoa que por qualquer motivo, dispensado de externar, não puder ou não quiser encher a lista que lhe foi enviada, o especial obséquio de devolver logo”³⁸⁶. Entre os olimpistas, havia pressa em inaugurar o monumento a Olímpio Campos, certamente ainda mais pelo fato de terem sido sobrepujados pelos faustistas nesse tipo de homenagem.

Contudo, persistiriam as dificuldades encontradas pelos olimpistas para angariar fundos para a construção do monumento. Pouco após ser reaberta a campanha, já não mais se falava nela. Nos anos de 1913 e 1914, a exemplo do que ocorreu em 1910 e 1911, não se encontra nos jornais, nem mesmo nos artigos sobre as comemorações do aniversário da morte de Olímpio Campos, qualquer referência à arrecadação de donativos. Registros do recebimento das listas apenas são encontrados, ainda assim de modo esporádico, no ano de 1915³⁸⁷. Neste ano, os olimpistas estavam tentando quitar a última prestação da estátua. Não foi possível verificar quando exatamente foi paga a 2ª prestação. Sabe-se apenas que isto ocorreu entre 1912 e 1915.

³⁸⁶ **O Estado de Sergipe**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 29 nov. 1912, p. 2.

³⁸⁷ No ano de 1915 é encontrado o primeiro registro de que o dinheiro fora depositado no Banco de Sergipe para que, desse modo, fosse ampliada a receita em função dos juros obtidos. Cf.: **O Estado de Sergipe**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 07 nov. 1915, p. 3.

Foi apenas em 1916 que a comissão, finalmente, conseguiu quitar a dívida relativa à estátua. Após os insistentes pedidos veiculados na imprensa para que os responsáveis pelas listas devolvessem-nas com as quantias arrecadadas e diante da falta de respostas aos apelos feitos, a comissão decidiu mandar recebê-las junto a seus responsáveis³⁸⁸. Não foram, entretanto, as listas recebidas após essa medida que permitiram à comissão pagar a sua dívida. Somente no mês de abril daquele ano, após receber 3:000\$000 (três contos de réis) da verba de 5:000\$00 (cinco contos de réis)³⁸⁹ destinada pelo Governo do Estado³⁹⁰, é que a Comissão conseguiu arrecadar o dinheiro necessário para efetuar o pagamento da última prestação da estátua. Bastante ilustrativo dos obstáculos enfrentados pela comissão para arrecadar o dinheiro para a aquisição da estátua é o fato de o valor referente a essa última prestação ter sido pago em três parcelas, o que fez com que as três prestações inicialmente firmadas no contrato com a *Fundição Indígena* fossem subdivididas em outras tantas prestações.

Em carta destinada ao presidente da Comissão, os empresários da *Fundição Indígena* ressaltaram as boas relações estabelecidas entre ambas as partes e, com muita polidez, disponibilizaram-se a executar outros serviços que lhes fosse encomendado, não deixando, porém, de registrar que comercialmente não foram “felizes no negócio da estátua”³⁹¹. A queixa dos proprietários da empresa era plenamente justificada, afinal de contas o pagamento pela estátua foi quitado com sete anos de atraso, uma vez que estava previsto para abril de 1909.

Diante de tal situação, impõe-se um questionamento: o que explicaria tamanha dificuldade encontrada para arrecadar o valor necessário para a construção do monumento? A documentação consultada não permite dar uma resposta única,

³⁸⁸ **Diário da Manhã**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 30 jan. 1916, p. 2.

³⁸⁹ **Diário da Manhã**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 09 abr. 1916, p. 2. Os outros 2:000\$000 (dois contos de réis) foram liberados posteriormente e utilizados para custear o frete da estátua, no valor de 1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil réis). O saldo desse valor foi utilizado para auxiliar nas despesas com a construção do pedestal. Cf.: **Diário da Manhã**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 16 mai. 1916, p. 2.

³⁹⁰ Na época, o presidente do Estado era o General Oliveira Valadão, que exerceu seu mandato no período compreendido entre outubro de 1914 e outubro de 1918. Não deixa de ser curioso que a autorização da verba para o monumento a Olímpio Campos tenha sido feita durante o governo daquele que fora um de seus principais adversários políticos. Não há notícias de que outras verbas do governo estadual tenham sido autorizadas durante as presidências de Guilherme Campos, de Rodrigues Dória e de Siqueira de Menezes.

³⁹¹ **Diário da Manhã**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 20 jun. 1916, p. 1.

conclusiva, a essa pergunta. Possibilita, porém, ainda que não seja possível mensurar o peso de cada uma, apontar algumas questões que certamente ajudam a compreender as dificuldades enfrentadas pelos olimpistas numa longuíssima campanha de arrecadação, que se estendeu de 1907 a 1916.

Uma das questões que, sem dúvida, comprometeu a arrecadação de donativos para o monumento foi o fato de Sergipe atravessar uma grave crise econômica decorrente da seca que assolou o estado nos anos de 1907 e 1908. Nesse período, os jornais registram insistentemente os sérios problemas provocados por uma seca que comprometeu toda a produção agrícola – incluindo-se aí o cultivo da cana-de-açúcar, principal produto da economia sergipana na época –, a criação de gado e até mesmo o abastecimento de água para a população de algumas cidades³⁹². A carestia dos preços e a escassez de produtos alimentícios levaram a imprensa a avaliar que se estava diante da “mais cruel de todas as crises, porque temos passado, nestes últimos cinqüenta anos”³⁹³ e a cobrar do Governo de Sergipe medidas como a importação de cereais e a solicitação de auxílio ao Governo Federal.

A crise decorrente da seca fez com que viesse à tona na imprensa outra crise: a da identidade de Sergipe, marcada pela síndrome da pequenez do estado, e também com que fossem postos em discussão, mais uma vez, os problemas do sistema federativo brasileiro no tocante à relação entre a União e os estados. Reclamava-se, por exemplo, que Miguel Calmon, que ocupava na época o cargo de ministro da indústria, viação e obras públicas, dava assistência à Bahia, procurando socorrer sua terra natal das agruras da seca, enquanto Sergipe era relegado ao esquecimento

Sergipe! Que é Sergipe? A nação não conhece essa coisa... Foi assim na Monarquia; tem sido assim na República. Hoje é pior. Os ministros não são nacionais; são baianos, paulistas, rio-grandenses, mineiros. Cada um pelos seus. Isso é tudo menos República. Vinte e uma repúblicas caricatas é o que são. Cada uma faça o que puder. Temos uma nação teórica, sem outros laços que o interesse do poderio... Rui Barbosa disse e ninguém prestou atenção à sua fulminante objurgatória: ‘Não temos solidariedade nacional, não temos tradição

³⁹² **Correio de Aracaju**, A seca no estado, 23 mai. 1907, p. 2.

³⁹³ **Correio de Aracaju**, A seca, 29 mar. 1908, p. 1.

nacional, não temos instrução nacional, não temos governo nacional, só temos a justaposta dos interesses dos grupos que aspiram ao poder' (...) ³⁹⁴.

Mais adiante, nesse mesmo artigo, procurava-se afirmar uma identidade, fomentando o sentimento de unidade ³⁹⁵ entre os sergipanos e incitando-os a uma ação conjunta: “deixemos de pensar no socorro da mãe pátria. Somos uma família de muitos irmãos... aos quais falta a autoridade de um pai zeloso e austero. Somos órfãos. Assim, pois, unamo-nos como irmãos e trabalhemos pela salvação do nosso lar comum – a terra onde nascemos” ³⁹⁶.

No tocante às questões que parecem ter interferido na arrecadação para a estátua, deve ser considerado também que, simultaneamente, fora aberta outra campanha que pode ter atrapalhado, ainda que obviamente não fosse esse o propósito, a arrecadação para o empreendimento dos olimpistas. Tratava-se da campanha aberta para angariar donativos para a criação da diocese de Sergipe ³⁹⁷. Era, pois, uma campanha que acabava dividindo a atenção e as doações de uma camada extensa da população: os católicos, que se constituíam num público do qual a comissão do monumento provavelmente esperava que partisse uma parcela significativa da arrecadação para a homenagem que seria prestada ao monsenhor Olímpio Campos.

Contudo, a campanha simultânea da diocese e a seca dos anos de 1907 e 1908 não foram os únicos fatores que adiaram a homenagem a Olímpio Campos. Também concorreu para criar dificuldades a esse empreendimento um sério problema de ordem política. Em julho de 1909, Rodrigues Dória afastou-se da presidência de Sergipe, sob a alegação de que ia fazer um tratamento médico na Bahia, e deixou com seu secretário de

³⁹⁴ **Correio de Aracaju**, Pobre Sergipe, 16 abr. 1908, p. 2.

³⁹⁵ Sobre a importância dos sentidos de unidade e coerência para a construção e manutenção de uma identidade coletiva, ver: POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 200-212, 1992.

³⁹⁶ **Correio de Aracaju**, Pobre Sergipe, 16 abr. 1908, p. 2.

³⁹⁷ No dia 21 de outubro, padres de todos os municípios sergipanos reuniram-se na Igreja Matriz de Aracaju com a finalidade de traçar as diretrizes para a criação da diocese. Cf.: **Correio de Aracaju**, Bispado de Sergipe, 24 out. 1907, p. 2. Em fevereiro de 1908, membros do clero sergipano já estavam procedendo a arrecadação de donativos para aquele fim. Cf.: **Folha de Sergipe**, Bispado de Sergipe, 16 fev. 1908, p. 2. Em 1910, a imprensa noticiava que o Papa Pio X havia autorizado a criação da diocese. Cf.: **O Estado de Sergipe**, Bispado de Sergipe, 17 fev. 1910, p. 1. Nos limites desta pesquisa, não foi possível acompanhar como transcorreu a arrecadação para a diocese, nem exatamente a data em que ela foi criada. Sabe-se apenas que a criação da diocese ocorreu antes que a inauguração do monumento a Olímpio Campos.

Governo uma carta de renúncia que só deveria ser levada a público caso o seu estado de saúde se agravasse. Considerando que o interesse de Rodrigues Dória era se desincompatibilizar do cargo para concorrer ao Senado, o vice-presidente Manoel Batista Itajaí – que era membro da comissão do monumento – deu publicidade à carta de renúncia e assumiu o Governo. A polêmica gerou uma contenda judicial que dividiu a Assembléia e envolveu lideranças nacionais. Sem muito respaldo no seio de seu próprio partido, já bastante dividido, mas contando com o apoio do presidente da República, Rodrigues Dória reassumiu o poder cerca de quatro meses depois. O episódio, porém, não ficou restrito a uma simples disputa entre o presidente e o vice, tendo gerado uma divisão no grupo olimpista³⁹⁸. A agitação política desse período e as dissensões daí resultantes devem, portanto, ser levadas em conta como um aspecto que comprometeu o empreendimento olimpista.

Outro aspecto a ser considerado sobre a arrecadação para o monumento diz respeito à pequena popularidade que a campanha atingiu. Parece ter contribuído para isso a estratégia de arrecadação adotada, porque ao recorrer aos poderes públicos – intendências e Governo do Estado – a comissão acabou fazendo com que não ganhasse força suficiente a idéia de que a campanha era uma grande causa popular. Se, por um lado, as verbas provenientes dos cofres públicos compuseram parte significativa da arrecadação, por outro lado, considero plausível que elas tenham desestimulado as doações entre as pessoas comuns. Além disso, as violências e perseguições políticas praticadas pelos olimpistas após o desfecho da revolta – que se estenderam durante todo o governo de Guilherme Campos – podem ter sido um fator que contribuiu para a impopularidade do empreendimento olimpista.

Ilustrativo dessa baixa popularidade da campanha é o fato de que, no período em questão, era comum que monumentos públicos fossem erguidos com recursos oriundos apenas de subscrições populares. Foi este o caso, por exemplo, da campanha para o monumento a Fausto Cardoso que, entre abril de 1911 e março de 1912, angariou a receita necessária àquela obra com doações oriundas apenas de subscrições populares.

³⁹⁸ Sobre esse episódio que resultou na cisão do grupo olimpista, cf.: OLIVA DE SOUZA, Terezinha. **Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 238-239; DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 34.

A confluência dos fatores aqui apontados permite compreender, ainda que parcialmente, alguns motivos, se não do insucesso, da morosidade de uma campanha que se estendeu por quase nove anos, tendo sido iniciada em 1907 e conseguindo fazer a aquisição da estátua apenas em 1916.

De posse da estátua, a comissão pôde cuidar de outras medidas necessárias para que, finalmente, ocorresse a tão protelada inauguração. Tais medidas foram marcadas por permanências e mudanças. As permanências estavam relacionadas às dificuldades enfrentadas com a arrecadação de donativos para as obras do pedestal³⁹⁹ e as festas da inauguração. Nessa reta final da campanha persistiram os sucessivos apelos da comissão para a generosidade e a boa vontade dos contribuintes e também para que os responsáveis pelas listas cuidassem para que elas fossem logo devolvidas com os donativos obtidos.

Algumas mudanças, porém, ocorreriam em relação ao que fora planejado para a inauguração prevista para 1909. A data a ser inaugurado o monumento não mais seria o 18 de maio⁴⁰⁰, mas sim o dia 26 de julho, data do aniversário natalício de Olímpio Campos. A outra mudança que ocorreu – inevitável em relação aos planos iniciais e bastante significativa – foi a do lugar a ser erguido o monumento. Conforme foi visto, a comissão pretendia fixar a memória de Olímpio Campos num lugar que tinha uma forte simbologia política: a praça do Palácio do Governo. Contudo, nessa praça, que abrigava as sedes dos três poderes e que se constituía no local das principais concentrações cívicas, já tinha sido inaugurado, em 1912, o monumento a Fausto Cardoso. Aquele lugar já evocava, portanto, outra memória. Vê-se, desse modo, que “no ambiente urbano o local nunca é aleatório ou casual, pois o espaço não se apresenta como um elemento natural

³⁹⁹ A maior parte das despesas referentes ao pedestal foi custeada por Guilherme Campos, que doou 5:800\$000 (cinco contos e oitocentos mil réis). Cf.: **Diário da Manhã**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 16 mai. 1916, p. 2. Não fosse essa doação, a inauguração do monumento certamente levaria mais alguns meses para ser realizada. As dificuldades encontradas para custear as despesas com as festas fizeram com o que o prazo para o fechamento das contas fosse adiado algumas vezes até que o dia 26 de agosto – um mês após a inauguração – fosse estipulado como prazo final. Cf.: **Diário da Manhã**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 16 mai. 1916, p. 2.

⁴⁰⁰ Mesmo que houvesse, por parte da comissão, o interesse de manter essa primeira data que havia sido escolhida, isto não seria exequível, uma vez que ainda não havia receita suficiente para concluir as obras do pedestal e para custear a cerimônia de inauguração. Além disso, a estátua apenas chegou a Aracaju no dia 03 de junho. Foi noticiado na imprensa que, além de alguns membros da comissão, muitas pessoas assistiram ao desembarque do “precioso objeto”, que pesava 1752 quilos. Cf.: **Diário da Manhã**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 06 jun. 1916, p. 1.

ou físico, mas sobretudo como um produto social, resultado histórico das disputas em torno da significação do território... e do poder na sociedade”⁴⁰¹.

Diante disso, os olimpistas tiveram que escolher outro *lugar de memória* para Olímpio Campos, decidindo-se pela praça da Igreja Matriz. O monumento foi erguido exatamente em frente à atual Catedral. A memória de Olímpio Campos ficaria associada, dessa forma, à simbologia religiosa do local, afinal de contas uma das características dos *lugares de memória* é justamente que a imaginação seja capaz de investi-los de “uma aura simbólica”⁴⁰², uma vez que esses lugares não são apenas materiais, mas também simbólicos e funcionais.

Com dia e local definidos e tendo sido finalizadas as obras do monumento, restavam apenas os preparativos para as festas da inauguração. Logo, a programação preparada para a cerimônia – que deveria se estender por todas as 24 horas do dia 26 de julho – foi didaticamente divulgada através da imprensa⁴⁰³. Tudo estava prescrito passo a passo: os atos solenes, a caracterização do ambiente, os trajes de comissões incumbidas de realizar determinados atos da cerimônia, os hinos a serem cantados, os cânticos a serem entoados, a designação dos oradores e a ordem em que discursariam, enfim todos os atos solenes e atrações que comporiam a festa⁴⁰⁴.

Finalmente chegaria o tão aguardado dia da inauguração do monumento. Assim que o relógio da Catedral anunciou a 0h:00 do dia 26, quatro girândolas de foguetes foram lançadas de cada um dos pontos cardeais da cidade, assinalando o início das solenidades que se estenderam por todo o dia. Na primeira parte da programação buscou-se enfatizar a dimensão religiosa daquela festa e a religiosidade do homenageado. Às 05h:30 tiveram início os ofícios religiosos com a celebração de uma

⁴⁰¹ LEAL, Elisabete. **Representando a história em praça pública**: os monumentos a Benjamin Constant e a Julio de Castilhos. Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, ANPUH - PB, 2003, p. 5, (Cd-rom).

⁴⁰² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, PUC, v. 10, p. 21, dez/1993.

⁴⁰³ **Diário da Manhã**, Programa – Olímpio Campos, 13 jul. 1916, p. 2.

⁴⁰⁴ Tratava-se de uma festa que reunia algumas das principais características apontadas por Roberto DaMatta para as festas cívicas e religiosas, ou seja, a delimitação de papéis e a observância da ordem e da hierarquia social. DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: por uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

missa campal⁴⁰⁵. Às 10h:00 foi celebrada pelo bispo diocesano Dom José Tomaz uma nova missa, desta vez na Catedral, mais precisamente na capela N. S. da Pureza, onde estavam depositados os restos mortais de Olímpio Campos. Entre uma missa e outra, o Apostolado do Sagrado Coração de Jesus cantou o hino da Aleluia e, além disso, foi praticado um ato de alta significação simbólica: uma comissão composta por três senhoras distribuiu esmolas aos pobres com o intuito de representar os gestos caridosos praticados pelo padre Olímpio Campos.

O ápice da programação ocorreu às 13h:00, quando o presidente de Sergipe, o general Oliveira Valadão, foi convidado para declarar oficialmente inaugurado e autorizar que fosse desvelado o monumento, ao redor do qual havia quatro senhoritas representando a justiça, a liberdade, o trabalho e o progresso. O ato de desvelar o monumento coube a uma comissão composta por trinta e quatro senhoritas que representavam cada um dos municípios sergipanos. O véu foi recebido por uma comissão formada também por trinta e quatro senhoras que tinham sido eleitas “protetoras perpétuas da estátua”⁴⁰⁶. Tão logo foi retirado o véu, outra comissão, composta por quatro senhoritas, encarregou-se de arremessar flores sobre o monumento e simultaneamente a banda de música da polícia executou o hino sergipano. Dando seqüência à cerimônia, Antônio Teixeira Fontes abriu a sessão de discursos, falando em nome da Comissão Olímpio Campos, da qual foi presidente, seguindo-se a ele os demais oradores que assomaram à tribuna⁴⁰⁷. À noite houve cinema ao ar livre e, quando o relógio da Catedral novamente marcou 0h:00, fogos de artifício encerraram as festividades.

Ao longo da cerimônia foram distribuídos suvenires da inauguração e retratos de Olímpio Campos, recursos simbólicos utilizados para assegurar a recordação daquela homenagem e do homenageado, forma de assegurar a presença da ausência. Tornar

⁴⁰⁵ Bandas de música tocaram de 0h:00 até as 05h:30, o que se repetiu nos intervalos entre as solenidades, durante todo o dia, com o objetivo de preencher a programação.

⁴⁰⁶ **Diário da Manhã**, Programa – Olímpio Campos, 13 jul. 1916, p. 2.

⁴⁰⁷ Além de Oliveira Valadão, que havia proferido um breve discurso no momento em que declarou inaugurado o monumento, e de Antônio Teixeira Fontes, foram os seguintes os oradores da cerimônia: Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, Manoel dos Passos de Oliveira Teles, Laureta Araújo, Daphne Teles (que recitou uma poesia) e Aristeu Profeta Ramos. Cf: **Jornal do Povo**, A inauguração da estátua de Olímpio Campos, 27 jul. 1916, p. 1.

presente o ausente e, além disso, atribuir-lhe significados era a função do monumento e foi o que fizeram também os oradores da cerimônia.

A tensão presente/ausente foi traduzida por Teixeira Fontes ao assinalar a ambivalência de um momento marcado pela “ligação da alegria e da dor”⁴⁰⁸. Alegria que era resultante da presença daquela homenagem, mas dor que ainda era sentida pela ausência do morto. O martírio de Olímpio Campos e o trauma provocado por sua trágica morte não deixaram de ser lembrados, porém, os discursos priorizaram abordar as razões da sua imortalidade em vez das circunstâncias de sua morte. Depois de decorrida quase uma década, embora não tivessem sido totalmente extintos, os ânimos exaltados e os rancores tinham, pelo menos, arrefecido. Além da passagem do tempo, a morte era um aspecto que contribuía para essa mudança. É o que se conclui a partir do discurso de Oliveira Teles, quando ele argumenta que a morte

não somente redime, antes depura e resolve o fogacho das animosidades e paixões em sublime fogaréu de amor e de veneração... Olímpio Campos, vivo, fora talvez ainda encarado pelo prisma das paixões; morto, sua estatura moral dia-a-dia recresce. A falsa inteligência dos seus atos cede o plano à convicção da honestidade de seu caráter... e o que foram outrora esconjuras e blasfêmias e ironias e maldições condensa-se em pérolas nitentes que lhe cingem a fronte em perdurável diadema⁴⁰⁹.

Na própria cerimônia de inauguração já tinha ocorrido um exemplo bastante eloqüente dessa assertiva. Oliveira Valadão, que aceitou presidir aquela solenidade, fora um dos principais adversários políticos de Olímpio Campos. Se não é certo afirmar que tenha sido Oliveira Valadão quem mais atacou Olímpio Campos, não há dúvidas de que ele tenha sido o político mais atacado por este. Como era publicamente conhecido o antagonismo que existiu entre os dois, Oliveira Valadão afirmou ter aceitado fazer a abertura oficial da solenidade de inauguração

sem azedume de sua vida, sem reminiscências amargas do tempo em que Olímpio Campos teceu armas na justa política do nosso Estado... porque fossem quanto fossem os defeitos de político, Olímpio Campos perdurará as virtudes que o

⁴⁰⁸ FONTES, Antônio Teixeira. A inauguração da estátua de Olímpio Campos: discurso do desembargador Teixeira Fontes. **Jornal do Povo**, 29 jul. 1916, p. 1.

⁴⁰⁹ TELES, Manoel dos Passos de Oliveira. A inauguração da estátua de Olímpio Campos: discurso do dr. Manoel dos Passos de Oliveira Teles. **Jornal do Povo**, 31 jul. 1916, p. 1.

distinguiram como homem particular e dentro dessas virtudes sobressaia a do grande amor à sua terra natal⁴¹⁰.

Procurando demonstrar que havia superado as diferenças do passado e que não guardava ressentimentos, Oliveira Valadão declarou ainda que estava “dominado pelas mesmas emoções que naturalmente hão de sentir aqueles que se acham e que se foram amigos dedicados e religiosamente fiéis”.

Para os oradores da cerimônia, o que importava evocar do passado eram os motivos da imortalidade de Olímpio Campos. São feitas referências às qualidades morais do morto ilustre, que é apresentado como um homem bom, justo, abnegado, que teve uma “vida irrepreensível”⁴¹¹. Contudo, o que predomina nos discursos são as virtudes e façanhas demonstradas como líder político. É sobretudo a figura do grande estadista que é rememorada. E se Olímpio Campos não fora um intelectual, aspecto utilizado pelos adversários para atingi-lo, suas realizações políticas possuíam maior solidez, perenidade e valor do que qualquer trabalho intelectual. Entendia-se, pois, que

Olímpio Campos não foi um filósofo, mas, como vulgarmente se diz, um homem de ação... Aquele consome-se em cogitações e penoso meditar sobre o enigma das coisas, multiplica-se em livros que circulam ou funda sistema aparatoso e empolgante. Entretanto, outro intelectual surgirá que o suplante, atirando ao mundo panfletos que o reduzem e lhe desmoronam a doutrina que julgava sólida. Mas o homem prático, o que quer que produz é fruto exequível, a prudência traça-lhe o caminho, o que ele edifica é para que reste⁴¹².

Era na política que Olímpio Campos havia edificado suas grandes obras. Aspecto comum a todos os discursos é a ênfase dada às virtudes cívicas do homenageado, às suas realizações políticas. Não se devia esquecer que Olímpio Campos fora o “defensor da autonomia” e o “fator da democracia”⁴¹³ sergipana e nem que, quando esteve à frente do Governo, havia segurado em “suas mãos hercúleas os destinos de sua nobre pátria,

⁴¹⁰ VALADÃO, Manoel Prisciliano de Oliveira. A inauguração da estátua de Olímpio Campos: discurso do Exmo. Sr. presidente do Estado. **Jornal do Povo**, 28 jul. 1916, p. 1.

⁴¹¹ FONTES, Antônio Teixeira. A inauguração da estátua de Olímpio Campos: discurso do desembargador Teixeira Fontes. **Jornal do Povo**, 29 jul. 1916, p. 1.

⁴¹² TELES, Manoel dos Passos de Oliveira. A inauguração da estátua de Olímpio Campos: discurso do dr. Manoel dos Passos de Oliveira Teles. **Jornal do Povo**, 31 jul. 1916, p. 1.

⁴¹³ ARAÚJO, Laureta. A inauguração da estátua de Olímpio Campos: discurso de Laureta Araújo. **Jornal do Povo**, 28 jul. 1916, p. 1.

garantido-lhe a ordem e a impelido pelo caminho do progresso”⁴¹⁴. Emerge dos discursos, portanto, a imagem de um político que lutou pela paz, pela autonomia e pelo progresso de Sergipe, respeitando a legalidade, sendo um mantenedor da ordem e concorrendo com seus esforços para o engrandecimento de sua terra natal.

Por todas essas razões é que Olímpio Campos merecia ser imortalizado através do bronze. Os discursos da inauguração buscaram reforçar alguns sentidos, que já tinham sido difundidos desde a época da campanha de arrecadação, em torno daquela homenagem: reconhecimento, gratidão, dívida e justiça. Está muito presente a idéia de que o monumento expressava o reconhecimento e a gratidão dos sergipanos por todos os serviços que aquele grande homem lhes havia prestado. A consagração no bronze é apontada, conseqüentemente, como um dever para Sergipe, como uma dívida que estava sendo paga. Cultuar a figura de Olímpio Campos era recompensá-lo pelos seus feitos em prol da terra natal. Era ainda fazer o desagravo à sua memória. Neste sentido, Oliveira Teles se referiu do seguinte modo àquela homenagem: “a apoteose, como penso, é sobretudo uma reparação. É a justiça da História selada com esses selos de bronze”⁴¹⁵.

Fazer Olímpio Campos entrar para a História, perpetuar sua memória, apontá-lo como exemplo para as gerações futuras. Para esses fins é que foi erguido o monumento, entendido como a forma mais eficaz de fazer com que seu nome passasse à posteridade, pois se tratava de um recurso simbólico associado ao poder de alcance da imagem. Afinal, ao contrário de outras homenagens que compuseram a festa, o monumento não ficaria restrito aos espectadores da inauguração. Com a sua imagem gravada no bronze, Olímpio Campos poderia ser visto por todos aqueles que transitassem por uma das principais praças de Aracaju e, o que era mais importante, ficaria à disposição dos olhares das gerações futuras. Do monumento [figura 11], símbolo que tornava Olímpio Campos sempre presente, foi possível obter a seguinte descrição

Com dois degraus de cada lado, em granilito róseo, estende-se em um quadrilátero a base do monumento, ao centro da qual se elevam dois altos degraus de granito, apoiando o pedestal também granítico. Em cada uma das

⁴¹⁴ TELES, Manoel dos Passos de Oliveira. A inauguração da estátua de Olímpio Campos: discurso do dr. Manoel dos Passos de Oliveira Teles. **Jornal do Povo**, 31 jul. 1916, p. 1.

⁴¹⁵ Id.

quatro faces do pedestal o degrau superior avança verticalmente junto às arestas, formando ameias, para juntamente com idêntico detalhe das faces contíguas servir de apoio principal para a pequena coluna que, encimada por um suave capitel decorado em estilo romano, sustém a estátua. Em cada um dos quatro lados da coluna há uma placa de bronze enlaçada, todas, por dois cordões de louros também em bronze. As placas terminam em elegantes florões e representam pergaminhos desenrolados⁴¹⁶.



Figura 11: Monumento a Olímpio Campos (Aracaju, Rodolfo Bernardelli, 1916)

(Foto: Giliard Prado, 2007)

⁴¹⁶ MATTOS, João Baptista de. Os monumentos nacionais de Sergipe. Separata da: **Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro, Imprensa Militar, n. 1 e 2, 1947, p. 26-27.

Na estátua, Olímpio Campos é representado segurando um livro na mão esquerda e estendendo o braço direito à meia altura. Não deixa de causar estranhamento o fato de os oradores da cerimônia, dentre os quais havia três membros da comissão, não fazerem nenhuma referência ao modo como Olímpio Campos é representado. Também não foram encontradas descrições da estátua nos noticiários dos jornais da época da inauguração, nem mesmo no *Jornal do Povo* – que fez a mais ampla cobertura da cerimônia, tendo sido o único periódico que publicou os discursos dos oradores. Da época da inauguração do monumento não foi encontrada, portanto, nenhuma referência à representação contida na estátua por parte daqueles que foram os responsáveis por aquela homenagem e pela escolha do modo como Olímpio Campos seria representado.

A única tentativa de interpretação da estátua foi encontrada num texto publicado em 1947 por João Baptista de Mattos. Para esse autor, Olímpio Campos

com um livro sacro à mão esquerda, abre, num gesto de orador que confia mais nas palavras que nos gestos, o braço direito, à meia altura. Assim dá mais a impressão do homem devotado ao apostolado de Deus, certo do valor da palavra sagrada e incerto do quanto possa importar a gesticulação, do que a de estar ali eternizado o grande político que ele foi⁴¹⁷.

A intenção seria mesmo fazer sobressair no monumento a figura do líder religioso? Registros encontrados na imprensa, na época da encomenda da estátua, permitem responder negativamente a essa questão. Indubitavelmente, o objetivo da comissão era consagrar o monumento ao líder político. Isto pode ser atestado por vários aspectos. Um deles é a escolha do local a ser erguido o monumento, pois, conforme foi visto, o intuito inicial da comissão era erguer o monumento no centro dos poderes políticos: a praça do Palácio do Governo. Bastante significativo também era o dia escolhido para a inauguração: o 18 de maio, data do aniversário da Constituição sergipana. A data escolhida para a inauguração era decorrência direta da primeira idéia apresentada para a representação da estátua, pois Rodolfo Bernardelli já havia preparado “a maquete, representando monsenhor, de vestes talaras, de pé, figuradamente encostado à mesa da Assembléia do Estado, empenhando a Constituição no ato de sua

⁴¹⁷ Ibid., p. 26.

promulgação”⁴¹⁸. Como fica evidente, o objetivo era resgatar a atuação de Olímpio Campos como presidente da Assembléia Constituinte, jurando a Constituição sergipana e, desse modo, permitir desdobramentos interpretativos que tornassem possível criar em torno dele a imagem de um político que lutou pelo estabelecimento dos princípios constitucionais e que pautava sua ação pela observância das leis.

Contudo, mudanças referentes à representação da estátua foram feitas por ocasião da celebração do contrato. Lamentavelmente, não é possível saber que mudanças foram essas. As notícias veiculadas na imprensa, relativas aos acertos feitos entre o presidente da Comissão e a empresa contratada, dão conta de que a data prevista para a inauguração era mesmo o dia 18 de maio, mas, em relação à maquete, apenas é mencionado que foram “assentadas ligeiras modificações”⁴¹⁹.

Uma descrição diferente da maquete em relação à idéia inicial foi feita, também numa data próxima à celebração do contrato, pelo padre Antônio Carmelo que, após uma visita ao ateliê de Rodolfo Bernardelli, apresentou do seguinte modo a representação de Olímpio Campos na maquete

Em pé, nessa posição de lutador, é que o notável professor imaginou o nosso ilustre patricio. Em hábitos talaes, cai-lhe dos ombros ampla capa romana, cujas fartas dobras ajuntam-se-lhe por detrás em belo efeito. Ao lado de sua curul senatorial, descansa a mão esquerda, tocando apenas um dos braços, enquanto que seu braço direito distende-se para baixo, formando um raio, à meia altura, abrindo-se-lhe a mão e os dedos, em modos dignos de orador, que no momento fala. Para movimentar um gesto de quem levanta alguma coisa... Decididamente o autor o quis representar falando, e com felicidade o conseguiu, principalmente para quem, como eu, o viu orando no Senado pela última vez⁴²⁰.

Como se percebe, na descrição e interpretação feitas por Antônio Carmelo há mais detalhes do que em relação à primeira descrição publicada no jornal. Resta saber se a maquete descrita por Antônio Carmelo já teria sofrido as “ligeiras modificações” acertadas no ato do contrato ou se essas mudanças foram feitas a partir da maquete que ele descreveu. As datas são importantes para pensar essa questão. A notícia que faz

⁴¹⁸ **Folha de Sergipe**, Estátua Olímpio Campos, 07 jun. 1908, p. 2.

⁴¹⁹ **Folha de Sergipe**, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 20 set. 1908, p. 2.

⁴²⁰ CARMELO, Antônio. A estátua do monsenhor: a título de palestra. **Folha de Sergipe**, 11 out. 1908, p. 1.

referência às alterações na maquete é do dia 20 de setembro e, embora ela não informe a data precisa da assinatura do contrato, é pouco provável que, numa época em que se estava publicando quase diariamente notícias sobre a estátua, a celebração do contrato tenha ocorrido muitos dias antes da divulgação. No artigo de Antônio Carmelo não é referida também a data em que foi feita a visita ao ateliê de Rodolfo Bernardelli. Seu texto foi publicado no dia 11 de outubro, mas escrito quase um mês antes, no dia 12 de setembro, num momento em que, a bordo do paquete que o conduzia do Rio de Janeiro a Sergipe, rememorava aquela visita. Diante do exposto, embora não seja possível ter certeza, parece ser mais plausível a hipótese de que as modificações tenham sido feitas em cima da maquete que Antônio Carmelo descreveu.

Seja como for, o modelo inaugurado em 1916 não correspondia exatamente a nenhuma das maquetes – nem à que foi inicialmente apresentada no jornal, nem à que foi descrita por Antônio Carmelo. Faltavam elementos tanto de uma quanto de outra. Em relação à primeira, falta a mesa da Assembléia, à qual Olímpio Campos estaria “figuradamente encostado”. A propósito, a ambigüidade do termo *figuradamente* é um complicador para essa tentativa de interpretação, pois pode se referir tanto à efetiva presença da alegoria, como também, numa outra acepção, pode se referir a algo não existente, suposto. Há aí mais uma questão irresolúvel. Mas, ainda confrontando a primeira maquete com o modelo inaugurado, é preciso considerar também que o modo como o braço direito está estendido e o modo como o livro é segurado na mão esquerda em nada parecem representar um juramento de Constituição. Já no que diz respeito à segunda maquete, não existe a curul senatorial referida por Antônio Carmelo. Outro aspecto que chama atenção é o fato de, em sua descrição, não ser mencionado nenhum livro, pois, em vez de segurar esse objeto, o personagem apenas “descansa a mão esquerda”.

O que é ainda mais instigante na representação da estátua é que a ausência da mesa da Assembléia e da cadeira senatorial, dois símbolos políticos, não parece, todavia, ser decorrente da mesma razão que levou os olimpistas a mudarem o lugar a ser erguido o monumento. Conforme foi visto, a anterior inauguração do monumento a Fausto Cardoso na praça da simbologia política fez com que o monumento a Olímpio Campos fosse erguido na praça da simbologia religiosa. Ocorre, porém, que a ausência dos

símbolos políticos citados acima não parece poder ser explicada pelo mesmo motivo. Isto porque o monumento a Fausto Cardoso foi inaugurado em 1912 e a estátua de Olímpio Campos já estava concluída na *Fundição Indígena* desde 1909.

O que é possível inferir, a partir do exposto, é que a visibilidade – num sentido de ênfase de representação – planejada inicialmente para as esferas política e religiosa, na homenagem a Olímpio Campos, foi sendo modificada no decorrer do tempo. O sobrepujamento da esfera política em relação à esfera religiosa foi consideravelmente diminuído. Se, por um lado, os discursos da inauguração fizeram sobressair a figura do líder político; por outro lado, há que se considerar a grande quantidade de atos religiosos que compuseram aquela cerimônia e, ainda, o forte simbolismo religioso do lugar a que ficou associada a memória de Olímpio Campos, uma vez que o seu monumento foi erguido em frente à Catedral.

Não deixa, portanto, de haver certa ambigüidade no livro que Olímpio Campos segura na mão esquerda. Ambigüidade que, aliás, não pode ser dirimida com o auxílio das inscrições, pois estas – que comumente desempenham uma espécie de função narrativa, instruindo o observador sobre o modo como o monumento deve ser interpretado – estão quase todas apagadas. Das quatro placas [figuras 12, 13, 14 e 15] de bronze apenas se tem conhecimento de duas inscrições. Na placa frontal, que foi há pouco tempo arrancada, lia-se '*Sergipe a Olímpio Campos*', dando a ver que aquela obra fora um oferecimento de todo o estado. Na placa detrás, apenas é legível: '*1916*', em referência à data da inauguração. No tocante às placas laterais, uma delas também já não existe e a outra tem suas inscrições completamente ilegíveis. Desse modo – como as inscrições não ajudam a dirimir a referida ambigüidade –, o livro que Olímpio Campos segura pode mesmo ser a Bíblia, como acredita João Baptista de Mattos, mas pode ser também a Constituição sergipana, pensada desde a primeira maquete. Quanto ao gesto do braço direito, passa mesmo a impressão de um orador. Porém, não se sabe se proferindo uma oração religiosa ou política.

A ambigüidade da representação da estátua permite interpretar que a intenção dos idealizadores daquela homenagem era representar Olímpio Campos pregando a palavra sagrada, mas não exclui a possibilidade também de que o objetivo fosse representá-lo pregando a legalidade constitucional. Para as gerações que se seguiram à

cerimônia de inauguração, a representação contida no monumento e o simbolismo do local onde ele está erguido permitem associar aquela imagem mais à figura de um religioso do que a de um político. A ênfase na significação política parece não ter atingido a dimensão inicialmente desejada. Contudo, se os sentidos religioso e político não foram amalgamados no bronze nas proporções que se queria, pelo menos os guardiões de sua memória tinham a convicção de que essa homenagem faria o nome de Olímpio Campos passar à posteridade.



Figura 12: Placa frontal
(Foto: Giliard Prado, 2007)



Figura 13: Placa traseira
(Foto: Giliard Prado, 2007)



Figura 14: Placa lateral esquerda
(Foto: Giliard Prado, 2007)



Figura 15: Placa lateral direita
(Foto: Giliard Prado, 2007)

3.2 - Entre lembranças, esquecimentos e silêncios: dos monumentos públicos ao centenário da revolta

3.2.1- A gestão da memória de Fausto Cardoso

O nome de Fausto Cardoso continuou sendo lembrado, após a inauguração do monumento, durante as comemorações do aniversário de sua morte. No prosseguimento do culto à sua memória, fizeram-se notar algumas metamorfoses. Essas primeiras mudanças estiveram relacionadas às práticas ritualísticas, que se tornaram menos pomposas. Os primeiros componentes simbólicos a desaparecer foram o catafalco e os retratos do morto. Logo em seguida, deixou-se de registrar o acompanhamento de bandas de música. As notícias dessas cerimônias foram se tornando irregulares até desaparecerem completamente. Na década de 1910, não há referências às missas em 1913 e 1917. Na década seguinte, há apenas um registro em 1927. Depois desse ano, não há nenhuma referência a celebrações de missas.

Outras práticas ritualísticas que sofreram alterações ainda maiores foram as romarias. No ano de 1912, conforme foi visto, os restos mortais de Fausto Cardoso e Nicolau Nascimento foram trasladados para a base do monumento. Desde então, o ritual sofreu significativas variações e perdeu muitas de suas características cênicas. O local e o horário de saída das romarias foram modificados. Elas não mais saiam, às 16h:00, das proximidades do chalé onde Fausto Cardoso morreu. Partiam agora da casa de algum faustista encarregado de sua organização e já não mais era solicitado o fechamento do comércio, pois passaram a ser realizadas às 21h:00. Também deixaram de existir: uma disposição espacial das alas a ser obedecida, o estandarte com o retrato do morto, as charolas e as grinaldas mortuárias com inscrições em suas fitas.

Com essas mudanças, as romarias perderam muito da imponência e do simbolismo fúnebre que possuíam quando tinham como destino o cemitério. O ritual perdeu também o seu poder de mobilização popular, resultando uma significativa redução do público que dele participava. Tinha ficado para trás o tempo em que se estimava haver de quatro a cinco mil romeiros. Numa das romarias mais concorridas

dessa nova fase, a imprensa noticiou terem comparecido “o íntegro presidente do Estado e todos os seus auxiliares imediatos, assim como inúmeras senhoras e senhoritas”⁴²¹. Em geral, o público era composto por alguns políticos, membros do funcionalismo público, intelectuais, professores e estudantes. Ao contrário de antes, já não se registra a presença de pessoas provenientes de outros municípios de Sergipe. Além disso, esses rituais tornaram-se muito esparsos. Somente em quatro ocasiões – 1914, 1927, 1928 e 1956 – foram organizadas romarias que tiveram: local e horário de saída determinados, a presença dos poderes públicos, o acompanhamento da banda de música da polícia, a colocação de flores no pedestal da estátua e discursos enaltecendo a figura de Fausto Cardoso. Em outros anos, houve apenas visitas espontâneas de faustistas que depositavam flores na base do monumento.

Quanto aos artigos de jornais publicados por ocasião do aniversário de sua morte, eles foram marcados por permanências e mudanças. Em praticamente todos os discursos, continuou-se atribuindo à figura de Fausto Cardoso os sentidos de mártir e de herói, com ênfase na sua luta para conquistar a liberdade para os sergipanos. Na década de 1910, essas produções discursivas ocuparam-se principalmente de demonstrar o que significava o monumento, apontando-o como “um símbolo onde a liberdade perpetuou-se em mudez eloqüente”⁴²², como um “símbolo de sacrifício e de glória”⁴²³, como uma prova da grandeza do homenageado. O gesto heróico e o patriotismo de Fausto Cardoso não mais eram apontados como os motivos pelos quais ele merecia a imortalidade, mas pelos quais ele a havia alcançado. Essa imortalidade estava simbolizada através do monumento que, por sua vez, consistia “num brilhante ensinamento cívico”⁴²⁴.

Por considerar Fausto Cardoso como um exemplo de civismo para os sergipanos, a diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, templo de culto dos imortais e agência de civismo por excelência, organizou uma sessão solene, em 28 de agosto de 1918, para homenageá-lo. Em sua fala, Caldas Barreto, o presidente do Instituto, explicou o motivo de comemorar aquela efeméride, pois cumpria à Casa de Sergipe zelar pelas

⁴²¹ **Correio de Aracaju**, Preto de civismo e saudade, 29 ago. 1927, p. 1.

⁴²² **Diário da Manhã**, Fausto Cardoso, 28 ago. 1918, p. 1.

⁴²³ **Diário da Manhã**, Fausto Cardoso, 30 ago. 1918, p. 1.

⁴²⁴ **Diário da Manhã**, Fausto Cardoso, 28 ago. 1915, p. 1.

tradições, lembrando os “feitos memoráveis e refulgentes dos seus antepassados ilustres”⁴²⁵. Já o conferencista, Péricles Muniz Barreto, advertiu que, em observância às normas estatutárias da agremiação, que o proibiam de sustentar polêmicas sobre questões políticas, falaria da atuação política de Fausto Cardoso, porém, sem mencionar as “correntes intriguistas que o cercaram”. Apesar da ressalva, o orador não deixou de comentar a popularidade do “príncipe da multidão” e de enfatizar “o seu sacrifício, morrendo por um ideal de liberdade”⁴²⁶.

As comemorações do aniversário da morte de Fausto Cardoso pela imprensa conheceram sua primeira curva descendente na década de 1920, depois de terem sido lembradas em todos os anos da década anterior. A efeméride de 28 de agosto foi esquecida em 1920, 1921, 1923, 1924 e 1926. Neste último ano, manifestou-se pela primeira vez a “lembança do esquecimento”⁴²⁷, quando um articulista registrou a seguinte queixa

Fausto Cardoso, o grande e extraordinário orador, poeta, jornalista, filósofo e jurista, não é mais lembrado pelo povo de Sergipe. Vinte anos apenas de um desaparecimento são passados, e não houve uma só voz que se lembrasse dele... Uma estátua que tem, não representa a homenagem do seu nome glorioso, nem a admiração pelo seu talento raro, mas, uma demonstração política de momento! É bem dizer o brocardo: a morte esquece tudo⁴²⁸.

Em 1927 voltaram a ser prestadas homenagens à memória de Fausto Cardoso – missa, romaria e artigos de jornais. Essas homenagens não parecem ter sido decorrentes, no entanto, do protesto feito através da imprensa no ano anterior, mas sim da chegada de Manoel Dantas – antigo chefe faustista do município de Capela – à presidência de Sergipe. O período de seu governo (1927-1930) foi marcado não só pela retomada do culto a Fausto Cardoso, mas pela afirmação da identidade faustista num momento em que se buscou consagrar também outros personagens desse mesmo grupo de memória. Tanto nos discursos proferidos diante do monumento quanto nos artigos de jornais,

⁴²⁵ **Diário da Manhã**, Instituto Histórico – Sessão solene em comemoração ao 12º aniversário da morte de Fausto Cardoso, 30 ago. 1918, p. 1.

⁴²⁶ BARRETO, Péricles Muniz. Fausto Cardoso – Conferência pronunciada por Péricles Muniz Barreto. **Diário da Manhã**, 30 ago. 1918, p. 1-2; **Diário da Manhã**, 31 ago. 1918, p. 1.

⁴²⁷ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento...**, passim.

⁴²⁸ **Correio de Aracaju**, [sem título], 30 ago. 1926, p. 1.

foram lembrados outros “legionários da jornada patriótica de agosto de 1906”⁴²⁹, com destaque para as figuras de Olegário Dantas, morto em 1915, Gumersindo Bessa, morto em 1913, João Marsilac Mota – vivo no período em questão, mas que teve um dos braços amputados em decorrência da ação da força interventora – e Nicolau Nascimento.

Este foi o momento em que uma nova geração de faustistas buscou ser identificada como continuadora da obra política de Fausto Cardoso. Evocando a figura do líder da revolta, um dos oradores afirmou: “as tuas fileiras aqui estão irredutíveis; onde falta a cabeça nevada do velho está o filho moço, inflamado, ardoroso, vibrante com a bandeira de teu nome, defendendo-a como o melhor e maior patrimônio”⁴³⁰. Entre os que empunhavam a bandeira do faustismo havia, de fato, alguns filhos de partidários de Fausto Cardoso na época da revolta: Humberto Olegário Dantas (filho de Olegário Dantas) e Leandro Maynard Maciel (filho de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, morto em 1909). Em seus discursos, não faltaram referências à política de 1906 e críticas ao grupo situacionista – embora sem ataques diretos à figura de Olímpio Campos –, que fizera o povo sofrer sob “o jugo de uma tirania insaciável e revoltante”⁴³¹. Os faustistas buscavam, dessa forma, demarcar contra qual política eles se opunham, uma vez que se colocavam, naquele momento presente, como propugnadores de um “programa liberal” e de “idéias de regeneração moral” herdadas de Fausto Cardoso.

Na década de 1930, o aniversário da morte de Fausto Cardoso é rememorado pela imprensa todos os anos, exceto em 1933. Os textos tornam-se mais breves, mas continuam enfatizando a morte de Fausto Cardoso no desfecho da revolta como uma luta pela liberdade dos sergipanos. Na efeméride do trigésimo aniversário, o artigo homenageia novamente outros combatentes da “campanha redentora”, apontando Nicolau Nascimento como “exemplo raro de abnegação heróica”⁴³². São evocadas também as figuras de Olegário Dantas, Gumersindo Bessa e João Marsilac Mota, os quais têm suas fotos publicadas junto com a de Fausto Cardoso.

⁴²⁹ **Correio de Aracaju**, Preto de civismo e de saudade, 29 ago. 1927, p. 1.

⁴³⁰ MACIEL, Leandro Maynard. Preto de civismo e de saudade – discurso de Leandro Maynard Maciel. **Correio de Aracaju**, 29 ago. 1927, p. 1.

⁴³¹ **Correio de Aracaju**, Recordando o grande morto, 28 ago. 1928, p. 1.

⁴³² **Correio de Aracaju**, Fausto Cardoso, 28 ago. 1936, p. 1.

Na década de 1940, o aniversário da morte de Fausto Cardoso foi comemorado em cinco ocasiões: 1941, 1943, 1945, 1946 e 1949. Na comemoração de 1945, o articulista destacou os “anseios libertários” de Fausto Cardoso na sua luta contra o “mandonismo” e a “prepotência do caudilhismo regional”⁴³³. Na efeméride do quadragésimo aniversário, a interpretação que o articulista fez da revolta é idêntica àquela que fora feita por José Calasans – sendo provável que seja este o autor do artigo –, apresentando nos seguintes termos os acontecimentos de 1906

Hoje são passados 40 anos que se desenrolou essa página sangrenta e gloriosa da nossa história. É uma das mais empolgantes da história nacional, porque não registra somente o embate político-partidário, mas também o choque de idéias. Não foram somente duas facções que se enfrentaram: a do governo e a da oposição, a de cima e a de baixo, mas também duas forças de mentalidades inteiramente opostas: uma que marchava em busca do futuro, outra que queria permanecer imóvel como uma pedra no caminho⁴³⁴.

O articulista ainda destacou o “profundo pesar” que os “sergipanos amantes de sua terra” sentiam diante do fato de não se promover nenhuma homenagem à memória de Fausto Cardoso. Afirmou, no entanto, que ele permanecia no monumento “com seu gesto de altivez e bravura, zombando dos falsos ídolos e vencendo toda espécie de abandono”⁴³⁵.

Em 1949, o protesto contra a ausência de homenagens a Fausto Cardoso foi acompanhado de uma crítica ao Governo

Quase meio século decorrido e eis que Fausto Cardoso, simbolizando os ideais libertários da gente sergipana, é bandeira, é nume tutelar, sob que se hão de agasalhar os que não querem a perpetuidade do *leitismo* nefasto e absorvente, em cujo reinado, liliputiano, passam fome os servidores públicos e quase estendem as mãos à caridade honrados guardas civis e dignos soldados da Polícia Militar... Ontem, comemorou-se mais um aniversário de sua morte. E nenhuma homenagem cívica foi prestada ao grande tribuno popular e ardoroso político pelos pigmeus que desgovernam o Estado⁴³⁶.

⁴³³ **Correio de Aracaju**, Fausto Cardoso, 29 ago. 1945, p. 3.

⁴³⁴ **Correio de Aracaju**, Fausto Cardoso, 28 ago. 1946, p. 1.

⁴³⁵ Id.

⁴³⁶ **Sergipe Jornal**, Fausto Cardoso, 29 ago. 1949, p. 1.

Sergipe atravessava naquele momento uma fase de acirradas disputas políticas em que as forças de esquerda faziam forte oposição ao *leitismo*, termo que denominava o governo de José Rolemberg Leite (1947-1951), que havia sido eleito por uma coalizão conservadora com o apoio da Igreja Católica, numa campanha marcada pela propaganda anticomunista. Segundo Ibarê Dantas, a administração de José Rolemberg Leite, membro de uma tradicional família sergipana, teve como uma de suas marcas o fato de ter empregado, “na máquina administrativa, uma vasta parentela”⁴³⁷. Como fica evidente, a figura de Fausto Cardoso foi apropriada nesta época pelos comunistas como um símbolo de sua luta contra as forças conservadoras de direita.

A década de 1950 assinalou uma nova curva descensional no culto à memória de Fausto Cardoso, tendo sido lembrado o aniversário de sua morte em apenas três ocasiões: 1951, 1956 e 1958. Na comemoração de 1951, queixando-se da ausência de homenagens relativas a essa efeméride, as forças políticas de esquerda novamente usariam a figura de Fausto Cardoso. Desta vez, para protestar contra a perseguição aos comunistas pelo governo de Arnaldo Rolemberg Garcez (1951-1955), pois “fazendo dos comunistas os seguidores de Fausto, deu a polícia uma representação ao vivo da cena que deveria ter passado em 1906”⁴³⁸.

A efeméride do cinqüentenário foi comemorada com uma sessão solene na Câmara Municipal de Aracaju, ocasião em que o vereador Pires Wynne, orador oficial da cerimônia, discorreu sobre o pensamento filosófico de Fausto Cardoso. No final da sessão, com o acompanhamento da banda de música da Polícia Militar, políticos, funcionários públicos e estudantes dirigiram-se em romaria ao monumento, onde depositaram flores. Em seguida, o vereador Monteiro de Jesus proferiu o discurso de encerramento da cerimônia, que foi transmitida pela Rádio Liberdade⁴³⁹.

Em 1958, a memória de Fausto Cardoso serviu mais uma vez aos fins políticos dos opositoristas. Nesse ano, o alvo das críticas foi o governo udenista de Leandro Maynard Maciel (1955-1959), curiosamente, o mesmo político que, quando jovem, no final da década de 1920, havia reivindicado para si e para o seu grupo a identidade faustista.

⁴³⁷ DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe**: República..., p. 122.

⁴³⁸ **Correio de Aracaju**, Fausto, 29 ago. 1951, p. 4.

⁴³⁹ **Correio de Aracaju**, Homenagem ao grande tribuno, 01 set. 1956, p. 1.

Referindo-se a Fausto Cardoso como o “proto-mártir das conquistas libertárias de Sergipe”, os opositoristas afirmaram que “se Fausto, porventura, ainda vivesse, sua palavra seria um látigo contra o governo que aí está, abusando do mandato popular de que se acha investido, a achincalhar, impunemente, a nossa própria Constituição”. Em seguida, justificaram o motivo pelo qual Fausto Cardoso ainda não havia sido lembrado no governo de Leandro Maynard Maciel, afirmando que nunca “o espírito despótico e opressor pôde homenagear o espírito libertário”⁴⁴⁰.

Na década de 1960, a morte de Fausto Cardoso foi rememorada também em três ocasiões: 1963, 1965 e 1968. Em duas delas, registrava-se o componente afetivo daquela recordação. Em 1963, registrando a ausência de homenagens cívicas, a imprensa assinalou que

somente umas palmas de flores naturais circundavam a coluna na qual se ergue a estátua de Fausto Cardoso, ali levada por Temistocles Leal Gomes que, testemunha daqueles acontecimentos que enlutaram a nossa terra, ainda vivo, continua a venerar a memória do imortal tribuno⁴⁴¹.

Em 1965, depois de esboçada a trajetória de Fausto Cardoso, informou-se que “a filha do nobre Nicolau, D. Marina Faustina Nascimento, relembra, hoje, a morte do seu querido pai que derramou, com coragem e dignidade, seu generoso sangue pela causa faustista, que era a própria causa de Sergipe”⁴⁴². No ano de 1968, há a notícia de um requerimento aprovado pela Assembléia Legislativa para homenagear Fausto Cardoso pela passagem do aniversário de sua morte⁴⁴³. Na década seguinte, há um registro no ano de 1973, ocasião em que é mencionado o aniversário da morte de Fausto Cardoso e feito um relato dos momentos finais da revolta. A partir daí cessam as evocações dessa efeméride, que só voltaria a ser lembrada no ano do centenário.

Em 2006 tiveram lugar as comemorações do centenário da revolta. As práticas comemorativas desse ano foram impulsionadas por fins educacionais, ainda que no seu decorrer não tenham ficado imunes aos usos políticos no sentido partidário. O propósito

⁴⁴⁰ **Sergipe Jornal**, Lei e Arbítrio, 04 set. 1958, p. 1 e 4.

⁴⁴¹ **Correio de Aracaju**, Fausto Cardoso, 02 set. 1963, p. 1.

⁴⁴² **Gazeta de Sergipe**, Fausto Cardoso, o grande presente, 28 ago. 1965, p. 1.

⁴⁴³ **Gazeta de Sergipe**, Assembléia lembra Fausto Cardoso, 29 ago. 1968, p. 1.

era tornar o episódio da revolta e a figura de Fausto Cardoso conhecidos. O evento foi idealizado e coordenado pela historiadora Terezinha Oliva, diretora do Museu do Homem Sergipano/Universidade Federal de Sergipe e teve como instituições parceiras: o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o Memorial de Sergipe/Universidade Tiradentes, a Escola do Legislativo, a Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe e a Prefeitura de Aracaju.

A programação do “Centenário da Revolta de Fausto Cardoso” estendeu-se durante praticamente todo o mês de agosto e constou de quatro palestras e três mostras museológicas. A abertura do evento comemorativo ocorreu na Assembléia Legislativa, no dia 1º de agosto, com a palestra “A Revolta de Fausto Cardoso”, proferida pelo historiador Ibarê Dantas, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. No dia 7 de agosto, foi aberta na Escola do Legislativo a exposição “Fausto Cardoso, um homem impetuoso” – composta de fotografias e textos – e realizada pelo Memorial de Sergipe/Unit. No dia 10 de agosto, foram abertas no Museu do Homem Sergipano as exposições: “A romântica saga de Fausto Cardoso” – composta majoritariamente de fotografias e textos – e “A ressurreição desenhada”, uma série de retratos executados pelo artista plástico Elias Santos. No dia 17 de agosto, na Escola do Legislativo, o professor José Vieira da Cruz proferiu a palestra “O pensamento social de Fausto Cardoso”. No dia 24 de agosto, também na Escola do Legislativo, Giliard da Silva Prado proferiu a palestra “A história gravada no bronze: o monumento a Fausto Cardoso”. No dia 28 de agosto, na Câmara Municipal de Aracaju, a professora Terezinha Oliva proferiu a palestra “Fausto Cardoso, herói de Sergipe”. Ao fim da palestra, numa reencenação extemporânea das romarias, políticos, professores e estudantes, acompanhados pela banda de música da Polícia Militar, dirigiram-se ao monumento, onde foram depositadas flores. Em seguida, falaram o vereador Iran Barbosa e a deputada estadual Ana Lúcia – ambos do Partido dos Trabalhadores – encerrando-se a programação das comemorações.

As atividades que compuseram as comemorações do centenário da revolta ficaram restritas aos poucos estudantes das redes pública e privada de ensino que assistiram às palestras e ao, igualmente pequeno, público freqüentador de exposições. Apesar disso, as comemorações constituíram-se numa iniciativa importante. Não foi seu objetivo difundir uma história dos grandes homens – a despeito do que alguns títulos

sugerem e do que a má condução dessas atividades possa ter ocasionado. Não se pretendeu promover uma retomada do culto a Fausto Cardoso, fazendo com que o monumento voltasse a ser objeto de reverência a uma memória mítica do passado. As comemorações almejavam tornar conhecidas experiências sociais ocorridas no passado sergipano, informando ao público sobre aspectos de sua história local. Neste sentido, é evidente que a população como um todo desconhece o personagem e a história que estão representados no monumento.

3.2.2- A gestão da memória de Olímpio Campos

Após a inauguração de seu monumento, Olímpio Campos continuou sendo homenageado durante as comemorações do aniversário de sua morte. O culto à sua memória não tardaria, porém, a sofrer significativas modificações. Essas mudanças não dizem respeito aos tipos de homenagens – missas fúnebres e artigos de jornais –, mas sim ao modo como elas passaram a ser executadas.

A pompa das missas fúnebres foi sendo gradativamente diminuída. A partir de 1917 já não mais são feitas referências a catafalcos nem à distribuição de retratos do morto. Aos poucos, outras mudanças foram ocorrendo. Na missa de 1918 ainda se noticiou que o ato religioso foi acompanhado pela banda de música do corpo policial, que contou com a presença de autoridades e que teve “grande concorrência”⁴⁴⁴. Em 1921 já não se faz menção às marchas fúnebres. Na missa de 1922, além de não haver referências ao acompanhamento musical, também não se registra a presença de autoridades, informando-se apenas que “foi bem regular a concorrência”⁴⁴⁵. A partir desse ano, cessam as notícias sobre as missas. Isto não significa necessariamente que elas não mais tenham ocorrido. Evidencia, no entanto, que o culto estava perdendo força, que a evocação daquela lembrança já não tinha a importância que tivera antes.

⁴⁴⁴ **Jornal do Povo**, Monsenhor Olímpio Campos, 09 nov. 1918, p. 1; **Correio de Aracaju**, Monsenhor Olímpio Campos, 10 nov. 1918.

⁴⁴⁵ **Jornal do Povo**, Monsenhor Olímpio Campos, 09 nov. 1922, p. 1.

A imprensa constituiu-se num importante termômetro das, cada vez mais discretas, mobilização e repercussão em torno das homenagens a Olímpio Campos. Os artigos que, antes, chegavam a ocupar uma página inteira dos jornais e eram publicados ininterruptamente por ocasião das comemorações do aniversário de sua morte, transformaram-se em breves notícias e logo conheceram interrupções em sua publicação. O teor dos textos também estava diferente. Em suas poucas linhas, já não se acentuava o caráter traumático daquele acontecimento. Não havia tampouco a preocupação de afirmar sua superioridade em relação aos adversários, bem como de insistir na importância de imortalizá-lo. Acreditava-se que a imortalidade já estava assegurada pelo monumento. Então, apenas se assinalava a passagem do aniversário de sua trágica morte e eram feitas breves referências ao “saudoso monsenhor”, “sergipano ilustre”, “inolvidável político”, “eminente político”, “grande político sergipano”. O seu martírio apenas foi destacado em 1925, quando se afirmou que ele foi “vítima dos seus ideais, aos quais deu em holocausto a sua preciosa vida”⁴⁴⁶.

A outra mudança relativa a esses textos diz respeito à irregularidade com que passaram a ser publicados. O primeiro ano em que não há referências ao aniversário de sua morte é 1919. Na década de 1920, são encontrados artigos apenas nos anos ímpares, com exceção de 1929. Na década seguinte, a data da morte de Olímpio Campos é lembrada novamente em quatro ocasiões: 1931, 1934, 1936 e 1937. A efeméride do trigésimo aniversário foi a única em que reapareceu um artigo mais extenso, de autoria do historiador José Calasans. Esse texto consiste num esboço da trajetória da vida pública de Olímpio Campos, que “representa na história política sergipana um papel de caudilho tonsurado”. Enfatiza-se a sua atuação como “orientador de correntes políticas, chefe dirigente, guia timoneiro”, referindo-se a ele como o “Pinheiro Machado de sotaina”. Pela forma como está estruturado o texto de Calasans, é possível perceber a leitura da biografia escrita por Antônio Carmelo. A apreciação que esses dois autores fazem da figura de Olímpio Campos é, entretanto, bastante diferente. Mesmo num texto destinado a lembrar a morte de Olímpio Campos, José Calasans não esconde sua simpatia e predileção pela figura de Fausto Cardoso, referindo-se em estilo grandiloquente a este “girondino extraviado numa época amorfa... que diante da tropa legal, abrindo o braço

⁴⁴⁶ **Sergipe Jornal**, Monsenhor Olímpio Campos, 10 nov. 1925, p. 1.

num gesto largo e significativo, enviando uma atitude à posteridade, tombou... assim como caem as águas das cachoeiras: empolgando pela grandeza do espetáculo”⁴⁴⁷. Desse modo, enfatiza-se em torno da figura de Olímpio Campos a sua habilidade, o seu tino político; enquanto em torno de Fausto Cardoso é destacada uma atitude apontada como heróica.

Num artigo publicado em 1937, destacou-se a atuação política de Olímpio Campos e também o fato de se estar vivendo um momento em que “serenadas as paixões, com o perpassar dos anos, ressurgiu a figura de Monsenhor Olímpio na redoma da admiração pública pelo muito que fez em benefício da gleba sergipana”⁴⁴⁸.

Contudo, a partir desse ano a morte de Olímpio Campos praticamente deixa de ser lembrada pela imprensa. Nos anos 1940, o esquecimento é completo. Na década de 1950, Olímpio Campos voltaria a ser lembrado, mas não nas efemérides que assinalavam a passagem de sua morte. Em julho de 1953, ele foi homenageado por ocasião do centenário de seu nascimento. Uma comissão, tendo à sua frente Jorge Campos Maynard – prefeito de Aracaju e parente de Olímpio Campos –, organizou uma semana comemorativa daquela efeméride. Ao longo dessa semana foram organizadas sessões solenes no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no Tribunal Regional Eleitoral e no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Além das conferências proferidas nessas sessões, diversos intelectuais discorreram sobre a trajetória de Olímpio Campos, fazendo uso dos microfones da Rádio Difusora de Sergipe.

Desses discursos – que foram reunidos e publicados numa edição especial da *Revista de Aracaju*⁴⁴⁹ – importa destacar aqui o protesto de Gervásio Prata contra o esquecimento da figura de Olímpio Campos, ao chamar a atenção para o fato de que já havia algum tempo “nenhum órgão de imprensa assinalava a passagem de sua morte, aos 09 de novembro de 1906, nem comentário se ouvia da sua atuação de homem público,

⁴⁴⁷ CALASANS, José. O Monsenhor. **Sergipe Jornal**, 09 nov. 1936, p. 1 e 4.

⁴⁴⁸ **Sergipe Jornal**, Mons. Olímpio Campos, 09 nov. 1937, p. 1.

⁴⁴⁹ Os textos que compuseram essa edição especial da *Revista de Aracaju*, publicada em 1954, já foram referidos nos dois primeiros capítulos desta dissertação.

como se tivesse atravessado a vida sem nome a deixar”⁴⁵⁰. E esse esquecimento implicava conseqüentemente no inevitável desconhecimento de quem fora Olímpio Campos

Quantas vezes ao aproximar-me da sua estátua, na praça que o invoca, meus sentimentos condoeram-se desse olvido, ingratidão que não havia de ser dos que amam a sua terra e as suas tradições. Não faz muito, eu me achava contemplando Olímpio sobre o pedestal em que o puseram seus amigos e conterrâneos, quando... manifestei não a minha indignação, mas a tristeza em que via a mocidade não saber o que foi aquele graduado homem ali parado como para significar alguma coisa que lhe valeu a estatura natural em bronze⁴⁵¹.

De nada adiantaria, porém, o protesto de Gervásio Prata. A imprensa continuaria esquecendo os aniversários da morte de Olímpio Campos. Nem mesmo a efeméride do cinqüentenário de sua morte foi rememorada. Voltaria a aparecer uma referência somente em 1960, num texto curto que consiste numa notícia biográfica⁴⁵². Desde então, persistiu um completo esquecimento até 2006. Nas comemorações do centenário da revolta seu nome é apenas referido por ter sido o líder do grupo político a que Fausto Cardoso se opôs. Nessa ocasião, a exemplo do que tinha acontecido na maior parte da historiografia sobre o tema, rememorar a revolta de 1906 era rememorar a figura de Fausto Cardoso. Não sem motivos, o episódio ficou conhecido como ‘Revolta Fausto Cardoso’.

Na efeméride de 09 de novembro de 2006, Olímpio Campos seria lembrado em duas palestras proferidas por Ibarê Dantas. A primeira delas, na Escola do Legislativo, destinada a apresentar a figura de Olímpio Campos a alunos da rede pública de ensino. A segunda palestra, proferida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, abordou a trajetória política de Olímpio Campos, destacando que ele tem sido apresentado em parte da produção historiográfica como “uma espécie de vilão”⁴⁵³ e apontando a importância de que se compreendesse melhor o seu papel na história de Sergipe. Alguns dias depois foi publicado na imprensa um artigo que esboçou a trajetória religiosa e

⁴⁵⁰ PRATA, Gervásio de Carvalho. Discurso: Olímpio Campos na história de Sergipe. **Revista de Aracaju**, n. 5, 1954, p. 52.

⁴⁵¹ Id.

⁴⁵² **O Clarim**, Monsenhor Olímpio Campos, 09 nov. 1960, p. 1. Apesar de ter sido publicado em 1960, o texto é datado de novembro de 1958.

⁴⁵³ DANTAS, José Ibarê Costa. A trajetória política de Olímpio de Souza Campos..., p. 225.

política de Olímpio Campos e, aludindo à efeméride do centenário de sua morte, destacou as comemorações como um momento que impulsiona a produção historiográfica⁴⁵⁴.

Essas lembranças, todas elas destinadas a um público bastante restrito, não retiram, contudo, a pertinência e a atualidade do protesto feito por Gervásio Prata, na década de 1950, contra o esquecimento e o desconhecimento a que estava relegado o nome de Olímpio Campos. Se no tempo de Gervásio Prata – quando ainda vivia pelo menos uma geração contemporânea aos acontecimentos da revolta – era apenas a mocidade que ignorava quem foi o homem representado naquela estátua; atualmente, pode-se afirmar que esse desconhecimento é extensivo à população como um todo. Convém ressaltar ainda que a deterioração do monumento – que teve duas placas de bronze do pedestal e um dos pés da estátua arrancados – é significativa do descuido e da deterioração não apenas de um lugar, mas também de uma memória.

⁴⁵⁴ PRADO, Giliard da Silva. O centenário da morte de Olímpio Campos. **Jornal da Cidade**, 26 nov. 2006, p. 6.

Considerações finais

As imagens póstumas de Fausto Cardoso e Olímpio Campos foram construídas mediante a criação de diversos lugares de memória: missas fúnebres; romarias cívicas; retratos; efígies apostas em broches, medalhas e objetos de louça; discursos; toponímica urbana; monumentos públicos, artigos de jornais; biografias; narrativas historiográficas e comemorações dos aniversários de suas mortes. Apesar de terem sido semelhantes em diversos aspectos, os processos de mitificação desses dois líderes políticos acabaram tendo intensidades desiguais e firmando memórias com significados também diferentes.

Logo após os assassinatos de seus respectivos líderes, faustistas e olimpistas deram início a um trabalho de rememoração que foi marcado pelo “excesso de memória”⁴⁵⁵ e que se consubstanciou num verdadeiro frenesi comemorativo. Neste sentido, as comemorações das efemérides que assinalavam a passagem das mortes dos dois políticos constituíram-se em eixos aglutinadores de várias formas de homenagem que tinham por objetivo rememorar-los e, por conseguinte, afastar a possibilidade de esquecimento. Por meio de louvações e pompas fúnebres em missas e romarias que se repetiam com grande regularidade e também através de artigos de jornais, foram evocadas as mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos e apontadas as razões pelas quais eles deviam ser imortalizados.

A tônica das primeiras produções discursivas foi evocar as formas trágicas como ocorreram as mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, apontando-os como mártires, como vítimas. Ao mesmo tempo em que assinalavam o caráter traumático daqueles acontecimentos, tanto faustistas quanto olimpistas destacavam a importância de rememorar-los, não apenas pelo efeito catártico das comemorações, mas também porque a perpetuação das memórias de seus respectivos líderes era entendida como um dever a cumprir, em decorrência dos serviços que eles haviam prestado aos sergipanos.

As semelhanças dos discursos de faustistas e olimpistas limitaram-se, porém, à ênfase dada ao martírio e ao patriotismo de seus líderes. As representações que os dois

⁴⁵⁵ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**, p. 92.

grupos fizeram dos acontecimentos de 1906 foram obviamente divergentes, buscando-se construir através delas os significados predominantes em torno das memórias dos dois políticos. Os seguidores de Fausto Cardoso apresentaram a revolta como uma luta contra a opressão e a tirania, destacando o gesto heróico de seu líder e apontando-o como libertador de Sergipe. Os olimpistas, por sua vez, interpretaram a revolta como um ato subversivo, anárquico, criminoso, ao tempo em que enfatizaram em torno de Olímpio Campos a figura de um defensor da ordem e da legalidade e apontaram-no como um político que havia contribuído para o progresso de Sergipe. Nestes aspectos destacados por cada grupo estavam as razões pelas quais seus líderes deviam ser imortalizados.

Escritas também com o propósito de edificar a imortalidade de seus homenageados, as primeiras biografias dedicadas às memórias de Fausto Cardoso e Olímpio Campos reforçaram, em certa medida, significados que vinham sendo construídos por meio das produções discursivas veiculadas nos jornais. Na narrativa biográfica consagrada a Fausto Cardoso foi destacada a sua atuação como líder da revolta, enfatizando-se a popularidade que ele possuía e sua oposição a uma política opressora. Na biografia dedicada a Olímpio Campos, não obstante ter-se afirmado não haver justaposição entre as atuações política e religiosa, foi priorizada a figura do político, com ênfase para as suas virtudes cívicas e as obras que ele havia legado para o progresso dos sergipanos. Além de enaltecer os méritos políticos de Olímpio Campos, como se estava fazendo nos artigos de jornais, o biógrafo empenhou-se ainda em combater as representações negativas elaboradas por adversários – entre os quais estavam os faustistas – que, em vida, haviam detratado a imagem de seu homenageado, acusando-o de ser um político autoritário e opressor.

O antagonismo entre faustistas e olimpistas tornou-se ainda mais intenso após as mortes de seus líderes, tendo o processo de construção de suas imagens póstumas sido marcado por uma disputa pelo controle das significações em torno do passado. O que, para um grupo, devia ser rememorado, para o outro devia ser relegado ao esquecimento. Por isso, durante o período em que permaneceram no poder, os olimpistas tentaram impor o silêncio ao grupo rival, criando obstáculos, por meio de violências físicas e simbólicas, ao culto a Fausto Cardoso. Embora a perseguição política não tenha conseguido impedir o frenesi comemorativo nas hostes faustistas, estas aguardaram a

saída dos olimpistas do poder para dar início à mobilização para a construção do monumento a Fausto Cardoso. Após uma bem-sucedida campanha de arrecadação de donativos, os faustistas conseguiram, em pouco mais de um ano, concretizar aquela homenagem, sobrepujando simbolicamente os olimpistas, que somente mais tarde inaugurariam o monumento a Olímpio Campos, depois de uma campanha que, entre outras dificuldades, teve baixa aceitação popular.

Não obstante ter sido diferente o êxito das campanhas, faustistas e olimpistas comungavam a crença de que, com os monumentos, cada grupo havia perpetuado a memória de seu líder, assegurado a sua imortalidade e, dessa forma, cumprido um dever, pagado uma dívida. Desde o início das respectivas campanhas de arrecadação, estava presente, em ambos os grupos, a idéia de que havia sido contraída uma dívida com os seus mártires e de que, como prova de reconhecimento e gratidão por todos os serviços que eles prestaram, era preciso perpetuar suas memórias através do bronze.

As inaugurações dos monumentos assinalaram o ápice dos cultos às memórias de Fausto Cardoso e Olímpio Campos e, por conseguinte, o início de seu gradual arrefecimento. Entendendo os monumentos como as principais homenagens numa hierarquia das formas de entronização, em virtude sobretudo da idéia de perpetuidade associada ao bronze, faustistas e olimpistas julgaram quitadas as suas dívidas e desde então o investimento comemorativo foi diminuindo consideravelmente. Os rituais fúnebres tornaram-se menos pomposos e perderam regularidade; os dias 28 de agosto e 09 de novembro, que haviam sido, ainda que informalmente, incorporados ao calendário cívico sergipano, perderam o seu poder de promover a suspensão do cotidiano, de alterar a rotina da cidade. No caso específico dos faustistas, as romarias sofreram diversas alterações em suas características cênicas, perdendo seu poder mobilizador e de comunhão ritual.

Os artigos de jornais alusivos às comemorações dos aniversários de suas mortes também sofreram modificações e perderam sua regularidade. Neste sentido, a década de 1920 marcou um ponto de inflexão do culto às memórias de ambos os políticos, intercalando-se nestes anos lembranças e esquecimentos. Desde então, esses cultos manifestaram-se com intensidades diferentes. Na década de 1930, Olímpio Campos continuou sendo lembrado em anos esparsos e a partir daí ele praticamente submergiu

no esquecimento. O culto a Fausto Cardoso, por sua vez, conheceu um novo estímulo a partir da segunda metade dos anos 1920 e manteve-se com grande regularidade na década seguinte. Nos anos 1940, voltaram a intercalar-se lembranças e esquecimentos, que sinalizaram uma curva descensional acentuada nas décadas de 1950 e 1960 até o esquecimento a partir dos anos 1970.

Contudo, a principal diferença nas comemorações de suas mortes não esteve relacionada à periodicidade com que ocorreram, mas sim aos sentidos que se firmaram em torno de suas memórias e aos seus diferentes usos. Olímpio Campos foi lembrado em textos, em geral muito breves, que aludiam à figura do líder político, do estadista, do hábil chefe de partido, sem que houvesse, porém, reivindicações de filiação à sua orientação política nem de continuidade de sua obra. Já as lembranças de Fausto Cardoso, continuaram enfatizando a figura do mártir, do herói, do líder popular que havia lutado pela liberdade dos sergipanos. Além disso, houve diversas apropriações de sua memória. No final da década de 1920, alguns faustistas – correligionários remanescentes da época da revolta e membros de uma nova geração – apresentaram-se como seus herdeiros políticos, como continuadores de sua obra. Essa afirmação da identidade faustista consistiu num momento de contar a história não apenas do líder da revolta, mas de seu grupo de memória, mediante a evocação de outros personagens que deviam ser consagrados. Mais tarde, nos anos 1940 e 1950, ocorreram novos usos da memória de Fausto Cardoso, ocasião em que grupos políticos de esquerda, que não possuíam nenhuma ligação com os acontecimentos de 1906, procuraram estabelecer uma continuidade em relação ao faustismo, apontando a figura do líder da revolta como um referencial libertário, como símbolo da luta dos sergipanos contra a opressão e a perseguição política exercida por governantes conservadores.

A partir dos anos 1940, época em que se tornavam esparsas as comemorações, foram publicadas as primeiras narrativas historiográficas sobre a revolta, as quais se distribuíram de forma esparsa pelas décadas seguintes. Na maior parte dessas obras historiográficas, a exemplo do que ocorreu em algumas comemorações dos aniversários da revolta, abordar os acontecimentos de 1906 significava conferir destaque à atuação do líder do movimento revoltoso. Neste sentido, estas narrativas reproduziram episódios, frases e significados enfatizados nas primeiras produções discursivas dos faustistas.

Olímpio Campos, por sua vez, apenas é referido como o líder do grupo e da orientação política a que Fausto Cardoso se opôs. Assim, levando-se em conta os sentidos predominantes no conjunto das obras sobre a revolta e considerando-se ainda que suas narrativas construíram túmulos escriturários para os mortos em questão, pode-se afirmar, metaforicamente, que nos túmulos de Olímpio Campos e Fausto Cardoso lêem-se, respectivamente, os seguintes epitáfios: aqui jaz um oligarca; aqui jaz um libertador.

Em 2006, depois de algumas décadas sem que ocorressem as comemorações, Fausto Cardoso e Olímpio Campos voltaram a ser lembrados por ocasião das efemérides que assinalavam as passagens de suas mortes. Contudo, apesar de todas as homenagens que lhes foram consagradas ao longo de um incomum processo de mitificação, as figuras dos dois políticos não mais estão inscritas na memória social. A população sergipana ignora os personagens e as histórias representadas nos monumentos. Faustistas e olimpistas acreditaram que através do bronze perpetuariam as memórias de seus líderes. Efetivamente conseguiram salvaguardar nomes, imagens e lugares que já estão, porém, destituídos de significados. Monumentos são lugares que dependem de operações de memória que instituem lembranças e sentidos, pois para que haja “imortais” é preciso que se saiba quem foram os mortos.

Fontes e referências bibliográficas

Jornais

A Razão - 1907-1909; 1912.

Cinform - 2006.

Correio de Aracaju - 1906-1914; 1916-1919; 1926-1930; 1935-1939; 1943-1946; 1951; 1956; 1963.

Diário da Manhã - 1911-1918; 1922; 1924-1930.

Folha de Sergipe - 1907; 1908; 1911.

Gazeta de Sergipe - 1965; 1968.

O Estado de Sergipe - 1907-1910; 1912; 1915

Jornal da Cidade - 2006.

Jornal do Dia - 2006.

Jornal do Povo - 1916; 1918; 1922.

Sergipe Jornal - 1922; 1924; 1925; 1927; 1928; 1931; 1932; 1935; 1936-1939; 1941; 1945; 1949; 1957; 1958.

Vida Laranjeirense - 1934.

Manuscritos

Atas da Comissão Promotora do Monumento a Fausto Cardoso. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, caixa 33, pacotilha 5.

Balancetes de receita e despesas com a construção e as festas de inauguração do monumento a Fausto Cardoso. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, caixa 33, pacotilha 5.

Carta recebida pela Comissão Promotora do Monumento a Fausto Cardoso. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, caixa 33, pacotilha 4.

Diário de Gumersindo Bessa, anotado por João Dantas Martins dos Reis. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, caixa 28, documento 147.

Listas de donativos do monumento a Fausto Cardoso. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, caixa 33, pacotilhas 1, 2, 3 e 4.

Ofício da Comissão Olímpio Campos ao presidente Rodrigues Dória. Arquivo Público do Estado de Sergipe, Fundo G1, v. 1842.

Registro das listas de donativos recebidas pela Comissão Promotora do Monumento a Fausto Cardoso. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, caixa 33, pacotilha 6.

Requerimento da Comissão Promotora do Monumento a Fausto Cardoso destinado ao intendente de Aracaju. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, caixa 33, pacotilha 8.

Livros, capítulos de livros, artigos de revistas, dissertações e monografias

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal:** memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996.

AMADO, Gilberto. **História de minha infância.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

ANKERSMIT, Franklin R. Commemoration and national identity. **Textos de História:** Revista da Pós-Graduação em História da UnB, Brasília, v. 10, n. 1/2, p. 15-40, 2002.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi.** Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs.). Usos e abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 183-191.

BRANDÃO, Moreno. **Fausto Cardoso – escorço biográfico**. Penedo-AL: Tipografia de Carvalho Filho, 1909.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. História, historiografia e representações. In: KUYUMJIAN, Marcia de Melo Martins e MELLO, Maria Thereza Negrão de (Orgs.). **Os espaços da história cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2008, p. 29-39.

CALASANS, José. Fausto Cardoso e a revolução de 1906. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 13, n. 18, p. 19-23, 1943-1944.

CALASANS, José. O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 21, n. 26, p. 46-57, 1965-1967.

CALASANS, José. **Fausto Cardoso**. Salvador: [s.e.], 1970.

CALASANS, José. Introdução ao estudo da historiografia sergipana. In: **Aracaju e outros temas sergipanos**: esparsos de José Calasans. Aracaju: Governo de Sergipe - FUNDESC, 1992, p. 7-37.

CALASANS, José. Subsídios para o cancionário histórico de Sergipe. In: **Aracaju e outros temas sergipanos**: esparsos de José Calasans. Aracaju: Governo de Sergipe - FUNDESC, 1992, p. 125-136.

CAMPOS, Edilberto. Se não me falha a memória. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 17, n. 22, p.141-177, 1955-1958.

CAMPOS, Olímpio de Souza. **O ensino religioso na Escola Normal da Província de Sergipe**. Aracaju: Tipografia da Gazeta de Aracaju, 1882.

CAMPOS, Olímpio de Souza. **Política de Sergipe**: resposta ao deputado Alfredo Varela e ao jornalista José do Patrocínio. Aracaju: Tipografia d'O Estado Sergipe, 1904.

CAMPOS, Olímpio de Souza. **Orientação política de Sergipe**. Aracaju: Tipografia d'O Estado Sergipe, 1906.

CANDAU, Joël. **Mémoire et identité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

CARMELO, Antônio. **Olímpio Campos perante a história**. 2. ed. Aracaju: SCESE, 2005. [1ª edição: Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Gomes, Irmãos & Cia, 1910].

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: TORRAL, Luis Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal: da historiografia à memória histórica (séculos XIX e XX)**. Vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 221-361.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras, 2001.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, José Cupertino. Revolta Fausto Cardoso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 12, n. 17, p. 11-65, 1943.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930**. Petrópolis: Vozes, 1974.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, José Ibarê Costa. A trajetória política de Olímpio de Souza Campos (1853-1906). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 36, p. 225-238, 2007.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909), o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe**. [no prelo].

DÓRIA, Epifânio. Monsenhor Olímpio Campos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 16, n. 21, p. 107-112, 1951-1954.

DUARTE, José Côrtes. **A tragédia de Sergipe e outras narrativas**. Belo Horizonte: Lemi, 1979.

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix; Ed. da USP, 1988.

FALCON, Francisco. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 7-30, 1996.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1986-1996.

FONSECA, Domingos. Monsenhor Olímpio Campos – professor da Escola Normal. **Revista de Aracaju**, n. 5, p. 37-41, 1954.

FONTES, José Silvério Leite. Um projeto de História de Sergipe. **Momento**: Revista Cultural da Gazeta de Sergipe, Aracaju, n. 2, p. 7-14, mar. 1976.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, Josevanda Mendonça. **A Política das Salvações**: um estudo de caso. São Cristóvão, 1982. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

FREITAS, Itamar. **A “Casa de Sergipe”**: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado em

História Social) – Programa de Pós-Graduação em História/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FREITAS, Itamar. **A escrita da História na “Casa de Sergipe” – 1913/1999**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

FREITAS, Itamar. Indicadores da nova historiografia universitária. In: **Historiografia sergipana**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2007, p. 65-68.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. In: **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 85-103.

GOMES, Fernando. Homenagem da Diocese ao Monsenhor Olímpio Campos. **Revista de Aracaju**, n. 5, p. 49-50, 1954.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003, p. 525-541.

LEAL, Elisabete. Representando a história em praça pública: os monumentos a Benjamin Constant e a Julio de Castilhos. **Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, ANPUH - PB, 2003. (Cd-rom)

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996, p. 141-184.

LIMA, Jackson da Silva. **O folclore em Sergipe**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1977.

LIMA, Jackson da Silva. **Os estudos filosóficos em Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

LIMA, Zózimo. Revivendo Fausto Cardoso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 20, n. 25, p. 85-89, 1960.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 225-249.

MACHADO, Manoel Cabral. A tragédia de Fausto Cardoso. **Revista de Aracaju**, n. 6, p. 59-96, 1957.

MASCHIETTO, Cármen Cecília Trovatto. **A tradição euclidiana: uma ponte entre a história e a memória**. São Paulo: Arte e Ciência; Rio de Janeiro: Ed. UNIRIO, 2002.

MAYNARD, Jorge Campos. Discurso. **Revista de Aracaju**, n. 5, p. 93-96, 1954.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NORA, Pierre. L'ère de la commémoration. In: NORA, Pierre (dir.). **Les lieux de mémoire** (Les France). Vol. 3. Paris: Gallimard, 1997, p. 4687-4719.

OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Fausto Cardoso: as idéias de um líder. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 28, p. 89-123, 1979-1982.

OLIVA DE SOUZA, Terezinha. **Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Fausto Cardoso: um tobiático na política. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 30, p. 111.114, 1989.

OLIVA, Terezinha Alves de. Fausto Cardoso, herói de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 35, p. 17-44, 2006.

OLIVEIRA, Homero de. **Olímpio Campos julgado pelo Desembargador Homero de Oliveira**. Aracaju: Tipografia d'O Estado de Sergipe, 1907.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRADO, Giliard da Silva. **A história gravada no bronze**: o monumento a Fausto Cardoso. São Cristóvão, 2006. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

PRADO, Giliard da Silva. Desvelando um monumento: representações e lutas políticas na construção da memória de Fausto Cardoso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 1, n. 35, p. 45-74, 2006.

PRADO, Giliard da Silva. **Entre as pedras e os altares**: dois monumentos à memória de Olímpio Campos. São Cristóvão, 2009. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

PRATA, Gervásio de Carvalho. Discurso: Olímpio Campos na história de Sergipe. **Revista de Aracaju**, n. 5, p. 51-92, 1954.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, J. Freire. 1º centenário de Olímpio Campos. **Revista de Aracaju**, n. 5, p. 33-35, 1954.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

ROLLEMBERG, Francisco. Introdução. In: **Perfis parlamentares – Fausto Cardoso**. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1987, p. 19-112 (Coleção Perfis Parlamentares; 31).

ROMERO, Sílvio. **O vampiro do Vasa-Barris**. Rio de Janeiro: Cia. Impressora, 1895.

ROSSI, Mirian Silva. Circulação e mediação da obra de arte na *Belle Époque* paulistana. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**. São Paulo: USP, v. 6/7, n. 7, p. 83-122, 2003.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Combates entre história e memórias**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

SÁ, Antonio Fernando de Araújo. História da historiografia de/em Sergipe (1972-2007). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 37, p. 15-26, 2008.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997.

SANTIAGO, Enoch. Centenário de Monsenhor Olímpio Campos. **Revista de Aracaju**, n. 5, p. 7-32, 1954.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996, p. 231-269.

SOUZA, Adriana Barreto de. Entre o mito e o homem: Caxias e a construção de uma heroicidade moderna. **Lócus: revista de história**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, v. 7, n. 1, p. 93-106, 2001.

SOUZA, Adriana Barreto de. Decompondo um monumento: narrativa histórica e luta política na construção da memória do Duque de Caxias. **Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, ANPUH - PB, 2003 (Cd-rom).

VACCANNI, Celita. **Rodolpho Bernardelli**: vida artística e características de sua obra escultórica. Rio de Janeiro: ENBA/Universidade do Brasil, 1949.

WOODWARD, Katryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

WYNNE, J. Pires. Um chefe político. **Revista de Aracaju**, n. 5, p. 43-48, 1954.



WYNNE, J. Pires. **Fausto Cardoso e os rumos filosóficos de seu pensamento**. Aracaju: s. e. 1957.



WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe (1575-1930)**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Pongetti, 1970.



ZACCUR, Edwiges. Metodologias abertas a iterâncias, interações e errâncias cotidianas. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Método**: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 177-198.



Anexos



Quadro comparativo das comemorações das mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos (1906-2006)

1906 - 1925		1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925
		1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925


1926 - 1945		1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
		1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945


1946 - 1965		1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
		1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965

1966 - 1985		1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
		1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985

1986 - 2005		1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
		1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005

2006		2006
		2006

 Houve comemoração

 Não houve comemoração

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)